



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 14
Horta, Quinta-Feira, 15 de Março de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 35 minutos.

Período de antes da ordem do dia:

Após a leitura da correspondência, entrou-se de imediato no período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região, tendo proferido intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Sérgio Ferreira (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Azevedo (*PSD*), Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Gilberta Rocha (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), Manuel Silveira (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas, *Ricardo Rodrigues*, e da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses*.

Período da Ordem do Dia:

- Apresentação da **Proposta de Resolução sobre a Defesa e Preservação do Património da Indústria do Chá e criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o Chá de S. Miguel**, feita pelo Sr. Deputado José do Rego (*PS*).

- **Proposta de Resolução sobre “Apoio aos Idosos”**. apresentada pelo PS.

Na discussão desta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Gilberta Rocha (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Nélia Amaral (*PS*).

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

- **Proposta de Resolução sobre “Biblioteca Inclusiva”**, apresentada pelo PS.

Intervieram no debate desta Proposta de Resolução os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), e Costa Pereira (*PSD*).

Posta à votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

- **Proposta de Resolução – “Escala Semanal entre Lisboa e Santa Maria”**, apresenta pelo PSD.

Na discussão desta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados Sérgio Ferreira (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

- **Proposta de Resolução que aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 2001.**

Posta à votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Finalmente foi aprovada por unanimidade uma **Proposta de Resolução da Mesa, declarando findo o Período Legislativo de Março.**

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 25 minutos

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia
Estão abertos os nossos trabalhos e vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 35 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques
Andreia Martins Cardoso da Costa
António das Neves Lopes Gomes
António José Tavares de Loura
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa
Dionísio Mendes de Sousa
Fernando Manuel Machado Menezes
Fernando Rosa Rodrigues Lopes
Francisco Couto de Sousa
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha
Hernâni Hélio Jorge
João António Ferreira Ponte
José António Cabral Vieira
José de Sousa Rego
José Humberto Medeiros Chaves
José do Nascimento de Ávila
Lizuarde Manuel Machado
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Óscar Manuel Valentim da Rocha
Paulo Manuel Ávila Messias
Renato Luís Pereira Leal
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis
António Bento Fraga Barcelos
Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Manuel Bettencourt Cunha
Jorge Alberto da Costa Pereira
José Francisco Salvador Fernandes
José Joaquim Ferreira Machado
José Manuel Cabral Bolieiro Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros
Manuel da Silva Azevedo
Mark Silveira Marques
Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados, não existe correspondência entrada na Mesa a não ser uma Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista, que eu mandei fotocopiar para ser distribuída pelos Srs. Deputados e por isso mesmo não está aqui na Mesa.

De qualquer forma fica a informação, para efeito de registo, de que entrou na Mesa uma Proposta de Resolução, do PS, sobre Defesa e Preservação do Património da Indústria do Chá e criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o Chá de S. Miguel/Açores.

No Período de Antes da Ordem do Dia, vamos dar início às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge, do Partido Socialista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os temporais dos meses de Fevereiro de 1985 e de 1986 espalharam prejuízos e preocupação entre a população da Vila das Lajes do Pico. Perante a ocorrência de duas enchentes em anos seguidos, os responsáveis municipais alertaram o Governo Regional para a necessidade de ser repensada a protecção daquela Vila.

Numa reunião realizada na sede do município, em Setembro de 1986, o Presidente da Câmara foi informado que a construção de uma defesa era um empreendimento que não estava suficientemente estudado para se pensar na sua concretização e, por conseguinte, o Governo Regional não o considerava como um investimento prioritário a merecer que se iniciassem, então, quaisquer estudos nesse sentido.

Nova maresia de Oeste abateu-se, pelo terceiro ano consecutivo, sobre a Vila Baleeira, em Fevereiro de 1987, repetindo-se os prejuízos materiais e aumentando as preocupações dos lajenses. Consequentemente, no início do mês de Março desse ano, a Câmara Municipal solicitou ao Presidente do Governo Regional que ordenasse a elaboração urgente de um estudo para a defesa da Vila das Lajes.

Alguns dias depois, a Câmara Municipal pediu ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) informação sobre a possibilidade de execução de um estudo com a finalidade de se avaliar a viabilidade de construção de uma defesa da Vila, projectando-se um aproveitamento das obras de protecção enquanto factor de desenvolvimento não só do concelho, mas de toda a ilha do Pico.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo;

Em Abril de 1987, dois deputados desta Casa questionaram o Governo Regional sobre os prejuízos causados pelos temporais e a construção de uma protecção à Vila das Lajes. A resposta a esse requerimento carreava uma informação do Secretário Regional do Equipamento Social na qual aquele governante salientava que tinha recomendado e passo a citar: “ao Senhor Presidente da Câmara, que solicitasse ao Governo, com a fundamentação devida, o que pretendiam fazer para minorar os efeitos provocados pelas “enchentes” que por vezes afectam aquela Vila”. Fim de citação.

Nesse mesmo mês, o LNEC informou a Câmara Municipal que estava apto a fornecer um estudo da defesa da Vila das Lajes. Nesse estudo, a elaborar em duas fases, o LNEC propunha-se analisar as causas da entrada do mar na Vila em ocasiões de temporal e definir soluções-tipo que a impedissem. Informava, ainda, que tal estudo constituiria um elemento base para a futura elaboração de um estudo de defesa.

A Câmara Municipal das Lajes, em Junho de 1987, oficiou ao LNEC sobre a intenção de mandar realizar um estudo prévio da agitação onde se analisassem as causas da entrada do mar na Vila, tendo informado o Presidente do Governo Regional da decisão tomada, dando-lhe, ainda, conhecimento da proposta daquele Instituto para a elaboração de um estudo em modelo reduzido, da defesa da Vila das Lajes, no qual se propunha, numa primeira fase, a análise das “causas de entrada do mar na Vila”, para o que seriam traçados planos de ondulação e construído um modelo reduzido da zona em estudo. Numa segunda fase, seriam ensaiadas no modelo as soluções-tipo destinadas a impedir a entrada da água do mar.

Para a realização desse estudo o LNEC necessitaria de um levantamento actualizado dos fundos na zona de intervenção, bem como da descrição tanto quanto possível detalhada do sucedido durante os temporais de Fevereiro de 1985, 1986 e 1987, com especial pormenor no que respeita às características da agitação marítima nos momentos que antecederam a inundaçãõ da Vila, designadamente, direcções de propagação, períodos e alturas das ondas.

O ensaio seria realizado com ondas regulares prevendo-se “a realização de estudos para duas direcções de propagação da agitação, dois períodos médios, duas alturas de onda e um nível de maré”, custando 2.720 contos e com o prazo de realização de 3 meses após a adjudicação e entrega dos documentos solicitados pelo LNEC.

Não possuindo o Governo Regional os elementos pretendidos pelo LNEC e não se prevendo uma data a curto prazo para o conseguir, devido à falta de mergulhadores disponíveis e de um navio de apoio, a Câmara Municipal das Lajes sabendo que para ser dado andamento ao projecto era fundamental obter informação, sobre a morfologia dos fundos, mais detalhada e actualizada do que a contida nos levantamentos que se conheciam, e, por forma a evitar novos atrasos, solicitou ao Ministro da República para os Açores, em Junho de 1987, a vinda ao Pico, de um navio hidrográfico da Armada para proceder à confirmação das cotas constantes no Plano Hidrográfico da Baía das Lajes do Pico, cujos últimos levantamentos tinham sido efectuados em 1963.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo;

No dia 4 de Julho de 1988, chegou ao Pico o NRP “Auriga” tendo, de imediato, iniciado o trabalho que terminou 25 dias mais tarde, ou seja o levantamento hidrográfico do Porto das Lajes do Pico, à escala de 1:1.000, em profundidades inferiores a 10 metros, com o objectivo do estudo da eventual construção de uma protecção àquela Vila.

Em Abril de 1989 a Câmara Municipal das Lajes recebeu do Gabinete do Ministro da República para os Açores, as cópias em transparente de cada uma das pranchetas de sondagem, respeitantes ao levantamento hidrográfico efectuado, tendo, então, a autarquia solicitando ao Governo Regional que fosse ordenada a realização de um estudo prévio da defesa da Vila, para o que remeteu também ao Governo cópias das mencionadas pranchetas, bem como uma cópia da proposta de estudo e modelo apresentadas pelo LNEC.

Um ano depois, em Abril de 1990, a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações encetou um processo de consulta a três empresas especializadas para a apresentação de propostas para a elaboração de um estudo tendo em vista a “Protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes, na ilha do Pico”, remetendo, para o efeito, a essas empresas cópias das pranchetas de sondagem, mandadas elaborar pela Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Apreciadas as propostas apresentadas pelas empresas consultadas, a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações escolheu a proposta da Hidrotécnica Portuguesa (HP), adjudicando o estudo a esta empresa em Julho de 1990.

Como metodologia e faseamento do estudo a HP propunha-se desenvolvê-lo em duas fases, a primeira, de estudo de soluções alternativas e a segunda, de especificações para os ensaios em modelo reduzido.

Na primeira fase, para além da satisfação dos objectivos previstos, a HP teria em conta a necessidade da integração paisagística e, na medida do possível, a sua eventual adaptação a futuras intervenções na área em estudo tendo em vista o respectivo aproveitamento turístico-portuário e repercussões sobre as zonas adjacentes.

Na segunda fase do estudo, a efectuar após a aprovação dos estudos realizados na 1ª. Fase e escolha da solução a ser adoptada, seriam definidas, a nível de anteprojecto, as respectivas obras e elaboradas as especificações para a realização dos ensaios em modelo reduzido que se julgasse

conveniente efectuar.

Em Setembro desse ano, deslocaram-se à ilha do Pico dois técnicos da HP, a fim de se inteirarem localmente das características da orla costeira das Lajes, na zona onde se dão periodicamente os galgamentos.

A Hidrotécnica Portuguesa em Junho de 1991, terminou a 1.ª fase do estudo que tinha por objecto a caracterização das condições que conduzem à ocorrência de galgamentos ao longo da orla costeira adjacente à zona urbana das Lajes, num trecho com uma extensão de cerca de um quilómetro, quando se registam fortes temporais, e o estudo de soluções que poderiam ser adoptadas para a resolução do problema, o qual foi recepcionado pelo Governo Regional em Agosto desse ano.

No estudo pode ler-se que “o núcleo principal das Lajes encontra-se implantado na base da vertente poente do pico do Geraldo numa espécie de bancada com cotas relativamente baixas. Na sua periferia desenvolve-se uma plataforma rochosa bastante larga (200 a 300 m) e relativamente plana sendo a sua cota média pouco superior ao zero hidrográfico (ZH). Esta plataforma é recortada formando diversas pontas e lagoas e é limitada a norte, pela Lagoa das Lajes, formando uma enseada que constitui o porto das Lajes, e a sul por uma outra lagoa com uma forma alongada e reentrante, paralelamente à linha de costa”, e que “de acordo com os elementos e informações recolhidas, a nível preliminar, a morfologia desta bancada rochosa cria condições para o estabelecimento de uma sobreelevação estática do nível da água quando da ocorrência de agitação com características de temporal o que favorece o galgamento da estrutura marginal da zona urbana e o alagamento das zonas baixas da povoação pela elevação do nível da água nas duas lagoas existentes a norte e a sul”.

A HP considerava, ainda, que a solução a implementar deveria “ter em conta as características particulares, sob os pontos de vista morfológico e paisagístico, da zona em referência e constituir um elemento valorizador de toda a frente marginal urbana”. Em relação a este aspecto deveriam, “a nível de estudo prévio, ser analisadas as necessidades e perspectivas de desenvolvimento das infraestruturas de apoio portuário do porto das Lajes por forma a se poder tirar um melhor partido e integração das obras de protecção costeira que virão a ser realizadas”.

Com este enquadramento, a HP apresentou três soluções alternativas para evitar o galgamento da Vila das Lajes pelo mar.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo;

Após a apreciação da 1.ª fase do estudo da HP, a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações devolveu-o para ser corrigido, alegando que o mesmo continha trabalhos a mais, embora sem custos adicionais ao contratado, no que dizia respeito a sugestões de aproveitamento e arranjo da frente urbana da Vila e à construção de pontões na zona da Lagoa, para acostagem de embarcações de pesca e de recreio.

Em Novembro de 1991 a Direcção Regional dos Transportes e Comunicações recebeu o estudo já corrigido e que apresentava duas hipóteses cujos custos variavam entre os 113.000 contos (alçamento e consolidação das actuais muralhas) e os 970.000 contos (construção de quebra-mar em quatro zonas da baía e ainda um aterro com construção de muralha na zona da Maré).

Em Fevereiro de 1992, realizou-se nas Lajes do Pico um encontro entre o Director Regional dos Transportes e Comunicações e técnicos da HP.

Não sendo conhecedora de quaisquer desenvolvimentos a Câmara Municipal das Lajes solicitou, em Fevereiro de 1993, ao Secretário Regional de Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações uma cópia do projecto da Defesa da Orla Marítima da Vila das Lajes do Pico, elaborado pela HP, para conhecimento, dada a importância do mesmo para a Vila, tendo-lhe, consequentemente, sido remetidas cópias das pranchetas do estudo.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo;

O novo executivo camarário saído das eleições autárquicas de Dezembro de 1993, insistiu nas preocupações dos lajenses, tendo o Governo Regional ordenado o ensaio em modelo reduzido das obras propostas.

Os trabalhos inerentes aos ensaios no âmbito do Estudo da Protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes do Pico, da responsabilidade do Núcleo de Portos e Praias do Departamento de Hidráulica do LNEC, decorreram durante os anos de 1995 e 1996, cujos resultados foram relatados em Setembro de 1995 (primeiro relatório, referente à construção do modelo reduzido e reprodução das condições

de inundação da Vila), em Novembro de 1995 (segundo relatório, sobre a eficácia das obras projectadas) e em Novembro de 1996 (terceiro relatório, sobre eficácia das obras seleccionadas).

Foram quatro as obras ensaiadas, concretamente:

OBRA 1 – Constituída por um terraplano na extremidade Sul da zona baixa da Vila, limitado por um muro mais alto um metro que o actual (em frente à Escola), um prisma de enrocamento com um comprimento de cerca de 40 metros (do lado do Castelete) e um muro quebra-mar com 140 metros de comprimento e uma berma de coroamento de 25 metros de largura não ultrapassando na altura o actual muro;

OBRA 2 – Constituída por um quebra-mar destacado com 270 metros de extensão, 11 metros de largura e coroamento a 4 metros acima do zero hidrográfico (ZH), implantado na periferia do mar em frente ao actual campo de futebol;

OBRA 3 – Constituída por um outro quebra-mar destacado com 220 metros de extensão, 11 metros de largura e coroamento a 4 metros acima do zero hidrográfico (ZH), implantado a Norte da obra 2 na zona em frente ao actual cais;

OBRA 4 – Constituída por uma muralha quebra-mar com uma extensão de 235 metros de extensão e um coroamento a cerca de 6 metros acima do zero hidrográfico (ZH), implantada sobre a actual muralha na zona do Lajido;

Estas obras, referenciadas na 1.^a fase do estudo da Hidrotécnica Portuguesa, na sua versão corrigida, e nos relatórios do Núcleo de Portos e Praias do Departamento de Hidráulica do LNEC serviram de base a um processo de avaliação de impacte ambiental (AIA) encetado pelo Governo Regional no segundo semestre de 1997 e que conduziu à adjudicação do estudo de impacte ambiental (EIA) à empresa Impacte, tendo o respectivo contrato sido assinado, em cerimónia pública, nas Lajes do Pico, em Julho de 1998.

Em Março de 1997, o Governo Regional foi questionado, por dois deputados regionais, sobre as conclusões dos estudos técnicos do LNEC, andamento do estudo de impacte ambiental e da elaboração do projecto e ainda quanto à calendarização da obra. Na resposta ao requerimento, foram os parlamentares informados que estava a decorrer o estudo de impacte ambiental e que só após a conclusão e análise do mesmo estariam criadas as condições para o lançamento dos concursos com vista à realização do projecto e à execução das respectivas obras.

A versão preliminar do relatório final do estudo de impacte data de Março de 1999, e foi submetida a análise da comissão de acompanhamento cuja apreciação consta do respectivo relatório de Setembro desse ano, comunicado à empresa adjudicatária que concluiu o relatório final em Março de 2000.

Em Abril de 1999 outro deputado do Pico, questionou o Governo Regional sobre as conclusões do estudo de impacte ambiental, tendo sido informado que o relatório final estava a ser objecto de análise e parecer por parte da comissão de acompanhamento.

Num parágrafo curto mas elucidativo, as conclusões do estudo de impacte ambiental terminam afirmando que e passo a citar: “deveriam estudar-se alternativas que conciliem de forma mais harmoniosa e, sobretudo, com maior garantia de eficácia, os interesses sócio-económicos e ambientais que estão em jogo”. Fim de citação.

Confrontado com este facto, o Governo Regional iniciou, então, um processo em busca de alternativas.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo;

Por encomenda da Câmara Municipal das Lajes, foi realizada, nos primeiros dias de Janeiro p.p., uma sondagem de opinião à população das Lajes do Pico sobre as obras de protecção da Vila, que reitera a evidência da necessidade de uma intervenção.

No passado dia 17 de Janeiro realizou-se, na Câmara Municipal das Lajes, um encontro entre o Presidente da Câmara, os directores regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, e técnicos da Secretaria Regional do Ambiente e da Autarquia.

Consequentemente, o Secretário Regional do Ambiente ordenou, há cerca de 15 dias, a constituição de uma equipa técnica incumbida de procurar “uma solução mais adequada” para a protecção a implementar no litoral da Vila das Lajes, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado no prazo de 120 dias.

Na proposta de Plano de Médio Prazo estão previstas dotações, no montante global de 630.000

contos, distribuídas pelos anos de 2002 a 2004, com vista à execução das obras que se vierem a mostrar adequadas.

No último ano foi efectuado o desassoreamento da Lagoa e está já adjudicada pela Junta Autónoma do Porto da Horta a obra de alargamento do acesso ao Caneiro, a executar durante este ano.

Estão, pois, criadas todas as condições para, ainda durante a presente legislatura, se ter dado uma resposta afirmativa a uma ambição legítima dos lajenses e dos picarotos que dura há, pelo menos, 16 anos.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para, relativamente à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge, tecer alguns comentários e esclarecimentos.

De facto, pela intervenção e pela investigação, pelos vistos, aprofundada que fez, veio provar que a Câmara Municipal das Lajes tem andado, de facto, preocupada com este assunto há bastante tempo, nomeadamente no período até 93, como também o próprio executivo autárquico que, desde essa altura, preside à Câmara Municipal das Lajes.

A dada altura da sua intervenção, dava a impressão que era a Câmara Municipal das Lajes do Pico que competia resolver este problema e só no final da intervenção é que se percebeu bem que estava a comprovar os esforços que esta autarquia tinha feito, mas que, de facto, a responsabilidade de resolver o assunto é do Governo Regional.

Faço lembrar, e nessa sua intervenção isso não foi referido, que em 1997, por altura da primeira visita do Governo Regional à ilha do Pico, o Sr. Presidente do Governo, Carlos César, do alto da muralha das Lajes, dizia que ia arranjar uma solução rápida para resolver o problema da orla marítima. Esta rapidez penso que não se viu na prática, no que se refere ao estudo do impacto ambiental que o Sr. Deputado referiu e que, se bem me lembro, custava 7 mil contos e foi adjudicado por 4 meses, em Julho de 98 e só ficou concluído em definitivo em Março de 2000, passando de 4 meses para 2 anos.

É óbvio que a este ritmo de decisões e com mais uma comissão agora constituída, nós ficamos expectantes relativamente ao conjunto das decisões que são necessárias tomar e dos investimentos que são necessários fazer.

A este ritmo de execução, como foi o do estudo do impacto ambiental face ao que estava previsto, não para quando é que esta situação vai estar resolvida, mas gostava essencialmente de lhe dizer uma coisa: é que para nós, PSD, as questões de segurança, as questões de progresso da Vila das Lajes sobrepõem-se claramente às questões exclusivamente ambientais ou de protecção patrimonial. Essas questões devem, obviamente, ser tidas em conta e não podem ser, de todo, esquecidas, mas também não podem, de modo algum, condicionar os interesses prioritários de segurança e de progresso das Vila das Lajes.

Esta é, em primeiro lugar, a questão que nos pode diferenciar. Nós claramente pomos os interesses de segurança e de progresso da Vila acima das questões ambientais e digo-o aqui claramente como já o havíamos repetido há muito tempo.

Em segundo lugar, defendemos que não pode continuar ao mesmo ritmo que foi o estudo do impacto ambiental. Temos que ser mais céleres para que não exista mais uma situação a breve trecho e depois vamos ficar todos a olhar uns para os outros e tentar assacar responsabilidades de cada qual.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para prestar esclarecimentos

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu procurei com esta minha intervenção fazer um relato circunstanciado daquilo que me foi dado avaliar na curta investigação que fiz.

Procurei também não fazer qualquer juízo de valor relativamente às acções de uns e de outros no passado. Há responsabilidades de uns e de outros, mais de alguns do que outros, mas isso não é para aqui chamado nesta discussão que eu não quero nem irei entrar.

Não referenciei expressa e deliberadamente as cores partidárias, quer dos executivos quer dos parlamentares, quer dos governos que em cada momento tiveram intervenção neste processo.

No fim deixei um alerta, um desafio no sentido de nos unirmos todos em redor daquilo que é importante, que é definirmos um projecto para a Vila da Lajes, um projecto que garanta a segurança, garanta o progresso e que não descuide em absoluto as questões ambientais.

Estou disposto a fazer juízos de valor e tecer considerações sobre a validade dos projectos, devemos fazê-lo daqui para a frente e devemos todos, com responsabilidade, procurar assegurar e garantir que aquilo que for feito nas Lajes, garantirá todos esses interesses em questão.

O estudo do impacto ambiental demonstra-o e bastava ter algum senso para se perceber que aquilo que foi estudado, que foi projectado até agora não garante a generalidade dessas preocupações, por exemplo a execução da obra 3, projectada, estudada e ensaiada, iria prejudicar de forma bastante relevante a entrada e a navegabilidade do porto das Lajes, o que implicaria ser pensada a entrada do porto e toda essa situação.

Portanto, quer isto dizer que temos que centrar a nossa preocupação em defender um estudo que, efectivamente, sirva todos esses interesses, sirva os lajenses e sirva o Pico numa perspectiva de segurança e de progresso.

O actual estudo colocava questões e problemas ambientais, não garantia em absoluto a segurança e punha em causa, em nossa opinião, o progresso. Quis deixar este alerta aqui.

Ao longo de anos estas questões foram colocadas pegando em períodos de tempo restritos, perfeitamente limitados para servir pontualmente uma ou outra posição, um ou outro interesse.

Procurei fazer um relato do que se desenvolveu pelos últimos 16 anos para que ficasse aqui este registo e para que todos deixássemos aqui claro e expresso que o que é preciso é unirmo-nos em torno de uma obra que sirva as Lajes, que sirva os lajenses, que sirva o Pico.

Portanto, era este o desafio que eu queria deixar e foi esta intenção que motivou a minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao desafio que o Sr. Deputado Hernâni Jorge fala, da nossa parte estamos plenamente à vontade. Desde há muito que nos mostrámos disponíveis para responder a esse desafio.

A nossa condição de base é que o problema seja resolvido em tempo útil e, neste caso, o tempo útil já passou e o tempo útil era se nunca tivesse havido calamidades naquela zona, mas em tempo útil, pelo menos, era também o aproveitamento dos fundos comunitários, antes do II e agora do III QCA.

A nossa outra premissa de base é que não sejam os interesses ambientais ou patrimoniais a condicionar toda a outra questão de segurança e de progresso daquela vila, mas uma coisa é fundamental: nós podemos estar solidários, podemos conversar, podemos chegar a consensos, mas quem passa os cheques, quem fiscaliza a adjudicação das obras, quem lança as empreitadas é o Governo, não somos nós.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Mas, cabe-nos a nós fiscalizar o Governo. Cabe-nos a nós fazer com que o Governo cumpra o que consta dos diplomas e documentos aprovados nesta Assembleia, concretamente o Plano a Médio Prazo que vamos aprovar dentro de poucos dias.

Presidente: Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento assiste-se em Santa Maria a um forte investimento no sector turístico, está em construção um novo hotel e brevemente se iniciará a construção de outro.

Desta realidade é fácil concluir que existe um interesse grande por parte do sector privado em investir na Ilha.

Só que estes investimentos só serão devidamente potenciados se ao mesmo tempo houver o correspondente investimento público, nomeadamente na melhoria das acessibilidades.

Em boa hora implementou o VII Governo o transporte marítimo de passageiros.

Foi uma medida oportuna e que veio colmatar uma deficiência gritante, principalmente no tocante ao desenvolvimento do turismo inter – ilhas.

Mas agora torna-se também necessário regular e controlar este mesmo transporte .

Não faz sentido que depois de tão grande investimento a empresa concessionária, apresente tão má qualidade de serviço e tenha horários completamente desajustados da realidade das ilhas que visita.

Chega a ser contraproducente por um lado existir um tão grande empenho por parte das entidades publicas em promover o transporte marítimo de passageiros e por outro a péssima qualidade como esse transporte é efectuado.

É ainda fundamental que rapidamente todos os portos da região passem a ter gare de passageiros, no sentido de proporcionar melhores condições a quem utiliza este tipo de transporte.

As condições de embarque e desembarque em Santa Maria são precárias e em nada abonam a favor de um serviço com qualidade que cada vez mais é necessário oferecer a quem nos visita.

Outro aspecto fundamental na melhoria das acessibilidades à ilha de Santa Maria seria a existência de um voo semanal de e para Lisboa.

Lembro que sobre este assunto já em 1998 foi aprovada por unanimidade, nesta Câmara, uma proposta de resolução, apresentada por um grupo de deputados do P.S.D.

Infelizmente nesse ano parece que não foi possível ao Governo Regional convencer o Governo da Republica a integrar esta rota no concurso público.

Uma vez que este ano existirá novo concurso seria de todo o interesse que desta vez ficasse consagrado tal desiderato.

É ainda urgente que se inicie a construção do porto de recreio em Santa Maria.

Esta infra-estrutura poderá rapidamente potenciar o aparecimento de outro tipo de turismo, sendo ainda fundamental para o desenvolvimento dos desportos náuticos na Ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector das pescas é uma actividade económica com algum relevo em Santa Maria.

O número de postos de trabalho que cria por um lado e as perspectivas de desenvolvimento por outro, são condições mais do que suficientes para que esta actividade seja acarinhada e olhada de outra forma pelas entidades publicas.

Neste momento existem uma série de problemas que afectam este sector , dos quais destaco:

A não existência de um porto em condições que sirva de alternativa ao porto de Vila do Porto.

O porto dos Anjos é o mais procurado no entanto não apresenta condições de varagem nem de operacionalidade, que permitam a sua utilização de forma segura.

As obras necessárias à melhoria deste porto têm sido sucessivamente adiadas, tendo-se dado prioridade a outras cujo caracter de urgência é no mínimo discutível; refiro-me concretamente às obras que decorrem neste momento no portinho de S. Lourenço.

Seria bom que em futuros investimentos se tivesse maior cuidado na definição de prioridades.

Em termos de portos é também urgente proceder a algumas melhorias no Porto da Maia, nomeadamente na rampa de varagem.

Urge criar em cada ilha organismos especializados que permitam aos pescadores ter acesso a toda a informação relativa á sua actividade de forma atempada e profissional.

A Lotaçor tem vindo a prestar este serviço mas como é óbvio não será esta certamente a sua principal vocação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No capítulo da Agricultura a casa de matança o abastecimento de água á lavoura e os caminhos de penetração são investimentos que se têm vindo a arrastar no tempo sem concretização.

Em todas as visitas do Governo à Ilha são prometidos, mas entra ano e sai ano e as obras não avançam.

Parece que agora estão criadas todas as condições para que a casa da matança avance, uma vez que já existe projecto e o local para construção da mesma já foi definido.

Esperemos que se criem também aquelas que permitam rapidamente concretizar o abastecimento de água á lavoura.

Neste ponto sabemos que existe um projecto na Secretaria Regional de Agricultura e Pescas que prevê a utilização da rede pública sem no entanto prever o reforço da mesma.

Como é óbvio tal situação não resolve o problema e de Verão corria-se o risco de nem a lavoura nem os habitantes terem água.

Pensamos que o ideal seria o mais rapidamente possível se proceder à revisão do projecto existente, no sentido de o adequar às reais necessidades da ilha e da sua lavoura.

No tocante aos caminhos de penetração é fundamental que se aposte na manutenção dos mesmos não os deixando chegar a estados de degradação tal que depois não permitem a sua utilização.

Gostaria ainda de referir uma obra que muita falta tem feito a Santa Maria, trata-se do Lar de Idosos.

Apesar de saber que houve atrasos no projecto e que só agora o mesmo foi entregue na Câmara Municipal de Vila do Porto, para aprovação, alertava o governo para a necessidade de orçamentar as verbas necessárias para a concretização do mesmo.

Sobre este assunto solicitava ainda ao Governo Regional que ponderasse a hipótese de ceder à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, o edifício da zona franca enquanto decorrem as obras do novo lar de idosos.

Não faz sentido que os idosos vão para o segundo andar de uma casa velha, quando existe um edifício publico fechado e que pode acolher estas pessoas em muito melhores condições do que a solução anterior.

Finalmente gostaria de referir a conclusão da Casa do Povo de Santa Bárbara.

É uma obra fundamental para a freguesia e que urge concluir, no sentido de dotar esta localidade de um equipamento que é prioritário nas zonas rurais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As preocupações que aqui acabei de enumerar não são novidades fazem parte dos sucessivos comunicados do Governo aquando das visitas à Ilha de Santa Maria.

Foram sobejamente debatidas durante a campanha eleitoral estando presentes nos programas eleitorais de todos os partidos.

Resta-nos pugnar para que dentro do possível, estes e outros problemas tenham a sua resolução, por forma a não defraudar as legítimas expectativas de todos os Marienses.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas as preocupações apresentadas também são nossas preocupações e nesse sentido tivemos o cuidado de apresentar, antes da apresentação da Proposta do Plano de Médio Prazo, estas e outras preocupações.

Em relação à gare de passageiros e ao cais para “ferrys” gostaria de informar o Sr. Deputado que as obras ainda se irão iniciar durante o corrente ano.

Em relação ao porto dos Anjos, posso-lhe dizer que ele vai ter um aumento de 15 m e vai ser elevado o muro existente no parque de estacionamento, uma obra que tinha sido feita anteriormente e que não resolveu de maneira nenhuma a questão do porto dos Anjos.

Em relação ao porto da Maia, as reparações também serão feitas, uma vez que a empreitada que foi feita não está completa e, portanto, é um assunto para resolver.

Relativamente à Casa de Matança, como sabe já está resolvida a localização que será no polígono e tem verbas inscritas no Plano que correspondem a 15% do investimento. Se não sabia fica a saber.

No que diz respeito ao abastecimento de água é a mesma coisa e não há problema nenhum se faltar água, porque far-se-á um furo na Ribeira do Engenho para reforçar, possivelmente, essa falta de água, que não está provado que ela venha a existir. O que me parece é que é capaz de haver roturas na actual rede.

No que diz respeito a caminhos de penetração o que vai acontecer é que as Juntas de Freguesia vão ser auscultadas pelos Serviços Florestais para saber qual a prioridade que se deve dar aos caminhos florestais e de penetração. Portanto, é um assunto que vai ser equacionado.

Em relação ao lar de idosos é uma boa sugestão. Essa sugestão já tinha sido dada anteriormente para a utilização da Zona Franca, mas havia um outro problema que se relacionava com a utilização deste edifício da Zona Franca para a escola do aeroporto, uma vez que iriam fazer obras naquela escola. Portanto, o assunto também está entregue ao Governo.

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

As preocupações que trouxe aqui, como eu disse, são comuns a toda a gente, mas há uma questão que eu gostaria de precisar: o problema do abastecimento de água à lavoura não é assim tão pacífica, porque a Câmara Municipal de Vila do Porto tem um estudo que diz exactamente que não dá para fazer o abastecimento de água à lavoura sem haver o reforço da rede. Isso foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto na Assembleia Municipal.

Portanto, penso que aí o projecto já devia contemplar de vez o reforço da rede para se fazer o abastecimento de água à lavoura.

Obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao abastecimento de água à lavoura da Ilha de Santa Maria, o projecto existe e está no IROA.

Nós temos conhecimento que a Câmara Municipal mandou fazer um estudo, ainda que sucinto e ligeiro, sobre essa disciplina a uma empresa privada.

Tive a oportunidade de reunir já com o Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria e vamos fazer uma reunião conjunta, entre a Câmara Municipal de Vila do Porto e todos os serviços da Secretaria Regional envolvidos nessa matéria, na próxima semana, sexta-feira.

Portanto, o Governo Regional está atento a esse problema e decidirá em conformidade, ou seja, com os interesses da população da Ilha de Santa Maria.

Presidente: Uma vez esclarecidas todas as questões relativas à Ilha de Santa Maria, passamos às intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso País e a nossa Região vivem um clima de insegurança colectivo que é fruto de uma realidade onde a coesão entre os cidadãos começa a dar lugar à fractura social.

Nas cidades, nas zonas suburbanas e até mesmo no mundo rural os cidadãos sentem-se desprotegidos perante a espiral do crime e da violência e têm razão para se sentirem assim.

Qualquer responsável político que tenha por hábito contactar os eleitores sabe que a questão da insegurança já não é uma preocupação secundária nem um fenómeno localizado, nem sequer, infelizmente, algo que às nossas ilhas não diga respeito.

É uma ferida social profunda que por isso mesmo exige uma resposta política ao nível das prioridades políticas nacionais e regionais.

Se os números são preocupantes, a perda de autoridade no combate ao crime e à violência é chocante.

Mesmo assim o Governo responde com tibieza e laxismo no combate à criminalidade e à violência.

A verdade é que as pessoas se indignam com toda a razão quando sofrem as consequências de um sistema que não protege o bem como é suposto, nem castiga o mal como é devido.

A verdade é que as pessoas se indignam com toda a razão quando os delinquentes, sendo apanhados, muitas vezes esse esforço da polícia é derrotado pelas leis do Governo, já que esses

mesmos delinquentes dias ou uns meses depois estão cá fora, voltam a prevaricar o que pode gerar ondas de justicialismo popular que não resolvem problemas, mas revelam a sua causa.

Neste novo século é urgente dar um passo muito importante, passando a punir exemplarmente o crime nos limites da civilização cristã, que reconhecemos irmãos.

Se os laxistas e os falsos humanistas continuam com o seu desgoverno e continuarem assim a adormecer a sociedade na sua resposta à delinquência, correremos riscos de uma revolta justicialista inorgânica e pessoalmente fora do quadro da autoridade.

É urgente mobilizar o Estado e a Região contra a violência antes que a violência dê cabo da nossa vida em sociedade.

Um adolescente de 15 anos foi ontem agredido a golpe de canivete por um colega de 14 na Escola Básica 2,3...

Ria-se Sr. Presidente do Governo! Ria-se, mas o jovem foi esfaqueado e foi parar ao hospital com os pulmões perfurados.

Continue a rir, continue a rir, mas explique ao povo por que é que se ri.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quem é que se está a rir?

O Orador: Para a Presidente do Conselho Executivo da dita escola da Lagoa tratou-se de uma situação ocasional de violência corriqueira.

Ria-se, Sr. Presidente! Continue a rir-se!

O pai do jovem que sofreu a agressão afirma que este não foi o primeiro caso de violência.

Responde o Conselho Executivo da dita escola: as brigas são frequentes, mas nada que se pareça com violência física.

Esta é notícia de hoje do Diário de Notícias.

O esfaqueamento hoje deste jovem na escola da Lagoa dá bastante que pensar.

Com certeza que é um facto para os Srs. Socialistas rirem. Riam à vontade!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas quem é que está a rir?

O Orador: É para rir, porque para vós isto já é costume, já é normal, já é o dia-a-dia. É que já nem sequer se trata de uma sociedade com valores, trata-se, sim, pedir ao menos uma sociedade com ordem. Trata-se, sim, de pedir ao menos uma sociedade com regras.

(Voz inaudível da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado quando quiser falar comigo, no fim levanta o braço, pergunta o que tem a perguntar e nós conversamos. O Sr. Deputado gosta muito de mandar a sua boca ao género daqueles cãesinhos “jolis” que vão atrás no meio da matilha.

O Sr. Deputado se quiser falar comigo no fim, estou ali para responder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A insegurança nas escolas existe como existe hoje, infelizmente, em todo o lado. Ninguém pode ficar descansado enquanto comparar a dureza das agressividades escolares à tibieza das medidas do Governo.

Directamente, Sr. Secretário da Educação, isto diz-lhe respeito.

Basta! Mexa-se e faça alguma coisa, porque é preocupante o que aqui está.

Secretário Regional da Educação (Álamo de Meneses): Preocupante é vê-lo aí!

O Orador: Ei sei que é, graças a Deus, preocupante ver-me aqui, mas ainda há-de ver por mais alguns anos.

Os tempos que nos esperam não são compatíveis com os pés levezinhos dos socialistas.

Os Açores exigem regras, disciplina e ordem. Liberdade não é libertinagem. Liberdade é o direito que cada cidadão tem de não ser massacrado por quem não sabe viver em sociedade.

É na escola que tudo começa.

Assim começa mal, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito mal.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E às vezes acaba mal!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional implementou na Região o consignado no Regulamento nº 2777/2000 da Comissão Europeia de 18 de Dezembro que adopta medidas excepcionais de apoio ao mercado da carne de bovino. E, mais ou menos por todas as Ilhas procederam-se e continuam a proceder-se a abates de bovinos com mais de 30 meses, cujas carcaças se destinam a ser destruídas.

Cumprindo a última parte do Artº 4º do Regulamento 2777 e com data de 28 de Dezembro de 2000 o Gabinete do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas divulgou através de Nota Informativa a necessidade dos agricultores inscreverem os seus bovinos com mais de 30 meses e que desejavam abater, e fixava os pagamentos a que esses agricultores tinham direito:

Vacas e touros — 296\$50/Kg de carcaça.

Bois e Novilhas não paridas — 487\$60/Kg de carcaça.

Acrescenta a nota informativa que os preços estão de acordo com o Artº 4º do Regulamento n.º 2777/2000 de 18 de Dezembro. E aqui está a nossa enorme discordância, porque efectivamente o Artº 4º, b) daquele Regulamento manda que o preço que o Estado-Membro deve pagar aos produtores será **estabelecido por este** e que “o preço básico aplicável será a média dos preços de mercado para a categoria em causa registados nas semanas nº s 45, 46, 47 e 48 do ano 2000”. Acrescenta ainda este normativo que o Estado-Membro deve “atender ao preço corrente de mercado” e que “deve igualmente atender à hierarquia de preços tradicionais entre categorias e classes no Estado-Membro em causa”. Mais, ainda acrescenta este normativo Comunitário que “a fixação de preços médios por categoria inferiores ao preço básico referido” requerem a aprovação prévia da Comissão.

Acontece que o Governo Regional fixou o preço de Kg carcaça vaca ao mesmo preço do touro; e, aqui está a nossa discordância na medida que o preço do Kg carcaça touro, em toda a nossa Região e no País, é muito superior à vaca e até normalmente ao boi. Só para dar um exemplo concreto, nos últimos meses do ano de 2000 esse preço rondava os 500\$00 Kg carcaça, ultrapassando mesmo esse valor pelo menos nesta Ilha do Faial e na Ilha das Flores. Por isso mesmo é fundamental reconhecer o erro. Temos consciência que este erro é em parte, devido ao facto do co-financiamento comunitário ser igual para o touro e para a vaca e o boi ter um co-financiamento igual à novilha. No entanto, uma coisa é co-financiamento comunitário e outra completamente diferente é a obrigação imposta pelo Regulamento do preço fixado ser a média dos preços de mercado. É forçoso que urgentemente a Região compense os agricultores que abateram ou estão a abater touros de acordo com o valor real do animal abatido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Neste momento é urgente também implementar na Região a possibilidade de em todos os matadouros ser possível efectuar testes rápidos para detecção da BSE, testes esses a efectuar de acordo com a Decisão 98/272 da Comissão da Comunidade Europeia. Em primeiro lugar é necessário que os agricultores possam continuar a abater e a consumir animais com mais de 30 meses e por outro lado aproximam-se as festas do Divino Espírito Santo, tradicionais em todas as Ilhas da Região e que incluem nas respectivas ementas carne de bovino adulto. É forçoso dar a possibilidade de legalmente serem aprovadas as carcaças de animais adultos em todas as Ilhas, e isso só se consegue com a implementação dos testes rápidos da BSE, até porque esse será o único caminho no sentido de nas festas tradicionais não haver a necessidade de uso de carnes clandestinas

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão fez várias perguntas, às quais tenho prazer em responder.

Começando pelo fim, naturalmente que a tendência será de todos os matadouros dos Açores terem um laboratório de testes rápidos à BSE, mas como o Sr. Deputado sabe, e muito bem, esse desiderato não é possível de imediato, porque os equipamentos necessários aos laboratórios rareiam no mercado, uma vez que toda a Europa está a comprar os mesmos equipamentos.

Temos assegurado dois equipamentos, um que será montado na Terceira e outro que será montando em S. Miguel e até ao dia 15 de Abril, ou seja, data anterior aos festejos do Espírito Santo, esses dois laboratórios estarão a funcionar, o que permitirá em todos os Açores os meios normais para que todos esses animais possam ser despistados através desses equipamentos e que as respostas por

fax sejam enviadas a todas as ilhas onde as festas do Espírito Santo se realizam para o despiste dessa doença. Portanto, em todas as ilhas vai ser possível abater os animais e ter a resposta correcta sobre esses testes.

Relativamente ao preço do Regulamento 2777/2000, a nota que o Sr. Deputado citou, e bem, é uma nota informativa. O preço está fixado numa Portaria Nacional. O pagamento relativo a esses montantes dependem 70% da Comunidade e 30% do Estado, ou seja, a nível nacional é pago directamente pelo INGA e resulta, como disse e bem, da variação dos preços do mercado, só que a Nota Informativa visava e visa esclarecer os Srs. lavradores, ou seja, se eu dissesse que o preço variava relativamente ao preço do mercado e com todas as regras que o Sr. citou, os lavradores não perceberiam em concreto qual era o preço.

De facto, esse preço pode variar, sensivelmente, um escudo para cima ou um escudo para baixo, mas as regras constam da Portaria que o Sr. não citou, mas que existe relativamente a essa matéria.

Quanto aos fundamentos para o Sr. Deputado dizer que o preço devia ser o preço do mercado e que devíamos compensar, discordo de si, porque a medida é voluntária e não obrigatória.

Tratando-se duma medida voluntária, quem quiser aderir adere e recebe o dinheiro que está fixado; quem não quiser aderir não adere e, obviamente, não tem que ser compensado.

Portanto, esta é a filosofia e os fundamentos da Portaria que citou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apesar de ser assunto que não domino, domino pelo menos algumas preocupações que nos últimos dias alguns lavradores do Pico e também do Faial me têm transmitido relativamente a este assunto do abate de bovinos com mais de 30 meses e vou referir-me concretamente que essa preocupação é revelada relativamente aos machos.

Tal como disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, os touros, que são machos não castrados, têm o mesmo preço, ou seja, o lavrador é indemnizado ao mesmo preço da vaca que é de 296\$50. Os bois que são machos castrados são indemnizados a 487\$60. Como se vê há aqui uma diferença de cerca de 200\$00.

Ora, a discriminação consiste nisto: é que em algumas ilhas da Região os Srs. Veterinários dizem-me que, consoante a lei e cumprindo a mesma lei, consideram macho castrado o animal que, entre o acto físico da castração e o abate decorrem 6 meses. Isto é, para que o animal se restabeleça fisiologicamente. É assim, Sr. Deputado Paulo Valadão?

Deputado Paulo Valadão (PCP): É sim!

O Orador: Isto é uma questão veterinária que é importante aqui ser confirmada.

Noutras ilhas o animal é apresentado ao matadouro 3 ou 4 dias após o acto físico da castração e é pago imediatamente a 487\$70. Ora, isto mexe e muito no bolso dos lavradores.

Eu vou ser comedido, porque agora apetecia-me dizer uma outra coisa, mas não vou dizer.

(Risos da Câmara)

Já sabem o que é que eu queria dizer!

Sr Secretário, o que eu queria saber era se o Sr. tem conhecimento desta situação? Se tem conhecimento como é que saímos disto?

Há, de facto, aqui qualquer coisa que não está funcionando bem. Ou se está cumprindo a lei num lado ou se está cumprindo no outro, ou estão a ser beneficiados lavradores num lado e estão a ser prejudicados do outro.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu recorro que este debate está a ser feito na sequência duma intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Se continuarmos a cruzar pedidos de esclarecimento com as intervenções subsequentes, corremos o risco de nos afastarmos um bocado do nosso sistema regimental.

Portanto, os pedidos de esclarecimento, em princípio, devem ser feitos ao orador e sobre aquela matéria.

Eu não quero coarctar a palavra a ninguém e nessa medida vou dar a palavra de novo ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Depois deste aviso do Sr. Presidente da Assembleia, realmente não sei muito bem se a minha intervenção ainda pode ser feita, porque esta questão levantada e muito bem pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, levanta aqui um conjunto de questões que devem ser pensadas.

A primeira questão que eu ponho é que o abate de bovinos com mais de 30 meses acaba por ser uma intervenção de mercado, na medida em que visa retirar do mercado bovinos que são excedentários por causa da BSE e o regulamento comunitário que institui essa intervenção no mercado, e eu repito o que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, diz que o Estado-Membro deve ter em conta a hierarquia de preços tradicional entre categorias e classes no Estado-Membro em causa.

Ora bem, no mercado português o boi não é valorizado. É uma carne que o mercado não aprecia e que é paga ao mesmo preço da vaca, ou seja, pelo preço mínimo. O que o mercado português valoriza e a que atribui o preço máximo é exactamente o novilho que é o macho não castrado.

Portanto, a adopção deste figurino, que não é o nosso, obriga-nos a ter que violentar, digamos assim, a nossa prática tradicional.

Assim sendo, eu pergunto ao Sr. Secretário Regional - e peço desculpa da pergunta ser dirigida ao Sr. Secretário Regional, mas tem que ser - se não teria sido possível, dado que o regulamento comunitário prevê e deixa a porta aberta para isso, o Governo Português ou o Governo Regional ter atendido às especificidades próprias do seu mercado e ter criado um preço para o novilho que não defraudasse as expectativas dos produtores, porque os produtores não têm bois para entregar, têm é novilhos e vêm-se defraudados no preço, o que os leva à prática daquela castração apressada para que se possa ir receber o preço do boi e levantando todas aquelas questões que o meu colega de bancada, deputado Manuel Azevedo, aqui denunciou.

Era sobre esta questão que eu gostaria de ouvir o Sr. Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foram colocadas aqui questões pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo e pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, que dá a impressão que o Sr. Secretário Regional se escusa a responder.

Efectivamente penso que estas questões são pertinentes, são fundamentais para um debate sobre esta matéria onde está em causa aquilo que é estabelecido pela Europa, aquilo que é estabelecido pelo Instituto da República e aquilo que é estabelecido pelo Sr. Secretário Regional.

O Sr. Secretário Regional diz que a sua informação é tão só uma informação, porque é o INGA que estabelece.

Sr. Secretário, o INGA pode estabelecer, mas neste caso aquilo que penso que teria sido correcto, teria sido os seus serviços divulgarem a Portaria que o INGA divulgou. Agora, há uma coisa que eu quero dizer: é que nem o INGA, nem o Governo da República podem não cumprir aquilo que está estabelecido comunitariamente em relação a apoios que os agricultores têm direito.

Efectivamente o Estado Membro pode fixar preços diferentes dos preços de mercado, mas para isso tem que ter autorização da própria Comissão Europeia e a pergunta concreta que eu aqui deixo ao Sr. Secretário é se ele tem conhecimento ou não de que efectivamente houve algum pedido do Estado Português para fixar, em relação ao touro, um preço inferior àquele que é o preço de mercado, porque efectivamente aquilo que foi fixado pelo Estado português e que a Região Autónoma dos Açores adoptou foi um preço que contradiz com o preço regulamentado pela Comunidade Europeia, ou seja, fez um preço anormal em relação ao preço efectivo no mercado português da carne de boi ou de touro.

Portanto, este é um aspecto muito concreto e um aspecto que eu penso que tem razão de aqui ser colocado.

Por outro lado, nada impede, na regulamentação, que um estado membro não tenha preços diferenciados de acordo com os diversos mercados regionais que tem. Por isso mesmo, da nossa parte, não vemos que o próprio mercado açoriano não tivesse um preço diferente, proposto pela

Região Autónoma dos Açores, proposto pelo Sr. Secretário Regional e pelo seu Governo, através do INGA e através do Governo Português.

Por outro lado ainda, ao contrário do que o Sr. Secretário diz, o pagamento estabelecido não é um pagamento percentual. O anexo I do regulamento fixa em ecus o número exacto de pagamento a cada classe de animais e para cada país. Por isso mesmo o Estado Português não subsidia uma percentagem do valor de mercado dos animais, mas sim subsidia os agricultores do diferencial entre aquilo que está estabelecido para Portugal, pela Comunidade Europeia, que é de 281 ecus para vacas, 543 para novilhas, e o valor real do mercado português.

Portanto, nós não estamos aqui a tratar de uma intervenção de acordo com os planos de desenvolvimento, mas estamos a tratar duma medida específica, com a atribuição específica de verba.

Há ainda um aspecto que o Sr. Secretário não quis responder, mas se aquilo que o Sr. Deputado Manuel Azevedo disse é efectivamente verdade, é grave, porque alguém não está a respeitar aquilo que veio publicado no manual da aplicação deste regulamento - e as pessoas que lidam com esta matérias sabem que ela é clara - e como o manual de aplicação deste regulamento é claro e vou citar: "são considerados bois os bovinos machos castrados, mas sem sinais de castração recente."

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Quanto tempo é que é?

O Orador: O tempo considerado por todos os técnicos, segundo o manual de aplicação, após a castração, é de 6 meses.

O que o regulamento manda é que não haja sinais depois da castração e dois ou três meses depois existe sinais evidentes do acto.

Não é possível ninguém considerar boi não castrado a um animal recentemente castrado. Isso vem nos livros, isso é claro e inclusivamente o Ministério da Agricultura estabeleceu essas normas que são do conhecimento de todos os técnicos. Portanto, isto são matérias que eu penso que têm importância.

Em relação ao facto do Sr. Secretário Regional dizer que em relação aos testes vai começar pela Terceira e S. Miguel, por nós tudo bem, mas esperemos que rapidamente os testes possam também ser implementados em todos os matadouros de todas as ilhas da Região, porque, efectivamente, não podemos pensar apenas nos meses de Verão, onde aceitamos perfeitamente que possa haver os testes realizados nessas ilhas com respostas atempadas às restantes ilhas, mas a partir de determinada altura do ano todos nós sabemos que o nosso meio de transporte, via aérea, sofre frequentemente cancelamentos devido às condições do tempo. Por isso mesmo aquilo que tem que ser um objectivo em relação aos testes rápidos, em nosso entender, é que eles possam ser feitos em todas as ilhas da Região.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais um pequenos esclarecimento.

Eu ouvi o que disse o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, ou seja, que esta Casa tem regras, que esta Casa tem maneiras de funcionar e interpretei a expressão do Sr. Presidente da Assembleia como respondendo às perguntas do orador, mas que o Regimento eventualmente não era tão elástico que permitisse que a todo o momento respondêssemos a perguntas que não eram do orador.

A si, Sr. Deputado, respondo-lhe e naturalmente a todos os outros com o maior prazer e com o maior gosto em esclarecer esta Câmara sobre esta matéria.

Sr. Deputado Paulo Valadão, mais uma vez gostaria que esta questão ficasse bem clara: uma coisa é preço de intervenção e outra é preço de mercado. São coisas distintas. Os valores não são idênticos e a medida voluntária para a intervenção jamais tem um preço ou o mesmo valor do valor do mercado. Portanto, são duas coisas distintas.

Nenhum lavrador está obrigado a matar um novilho que ele pensa que vale 300 contos, por 100 contos. Se ele vale 300 contos pode e deve vendê-lo por esse preço no mercado.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Se tiver testes!

O Orador: Portanto, estamos a falar de uma medida de intervenção e não de uma medida de um valor em concreto.

Por outro lado, a questão que levantou sobre os Srs. Veterinários de estarem a aplicar critérios diferentes, eu aceito a sua sugestão. Vou investigar e se chegar à conclusão que alguns dos seus ex-colegas ou mesmo colegas de veterinária não estão a cumprir os critérios que técnica ou cientificamente devem ser cumpridos, naturalmente que o Governo Regional agirá em conformidade. Aceito a sua sugestão e os seus colegas naturalmente terão as consequências dos actos científicos e tecnicamente correctos ou não.

Quanto ao mais, penso que as questões que levantou já respondi na outra intervenção.

Portanto, trata-se de matéria voluntária e não de preço efectivo do valor do animal. Os lavradores sabem disso.

Ainda a semana passada estive no porto da Praia da Vitória e tive a oportunidade de ver exportações de novilhos em paralelo com os da intervenção e outros que não eram da intervenção, ou seja, o mercado está a funcionar perfeitamente bem e, portanto, só abatem aqueles que querem.

Só a título de curiosidade e para que a Câmara fique elucidada, devo dizer que até ao dia 13 de Março, ou seja, anteontem, foram beneficiários dessa medida comunitária 6.424 animais e que, eventualmente, ainda faltam cerca de 3.000 para abater até final de Março ou até à primeira semana de Abril. Estes são os números de que disponho e que posso informar esta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que eu disse, em relação ao problema levantado pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo, é que não acredito que nenhum médico veterinário nesta Região ou neste País esteja empiricamente a ter comportamentos diferentes daqueles que estão normalizados e daqueles que são claros. Portanto, não acredito, porque tecnicamente as coisas estão claras e por isso mesmo não fiz qualquer sugestão em relação a qualquer matéria. Aquilo que eu estou convencido, e que afirmo aqui categoricamente, é que não acredito que qualquer médico veterinário use um critério doutro médico veterinário. O critério é igual em toda a Região e em todo o país e esse critério, estou convencido, está a ser criteriosamente utilizado por todos os médicos veterinários nesta Região Autónoma. É esta a minha convicção, porque nestas matérias as coisas são claras.

Portanto, não fiz qualquer sugestão, não fiz qualquer insinuação a não ser dar uma opinião sobre a matéria em relação a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Em relação ao preço de intervenção e ao preço de mercado que o Sr. Secretário põe aqui, o Sr. não tem razão, porque o regulamento comunitário, neste caso concreto, vem considerar que o preço de intervenção é o preço de mercado, a não ser com autorização devidamente fundamentada, pedida pelo Estado Membro à Comissão, porque no artigo 4º, alínea b) diz: “O preço aplicável no âmbito do presente regime será a média dos preços de mercado para a categoria em causa, registados nas semanas 45, 46, 47 e 48 do ano 2000”. Portanto, o regulamento comunitário obriga. Isto é claro.

O Estado Membro tem a possibilidade de preço diferenciado, mas para isso tem que pedir autorização à comunidade e, segundo creio, o Estado Português não o pediu.

Presidente: Desculpe Sr. Deputado, mas só lhe quero dizer que chegou ao fim do seu tempo. Pergunto se quer prorrogação do prazo?

O Orador: Pedia a prorrogação do prazo, se faz favor.

Presidente: Registo o seu pedido. Muito obrigado.

O Orador: Portanto, entendemos que nesta matéria o dispositivo legal comunitário é claro.

Por outro lado ainda, mesmo que o Sr. Secretário tivesse razão, que não tem, o problema da fixação de mercado a partir de Janeiro do corrente ano, na Região Autónoma dos Açores, não é um preço capaz de ser construído, e uma parte fundamental desse preço falha, porque o preço de mercado é constituído por todas a vendas feitas.

Pelo facto de ainda não estar implementada a possibilidade de se fazer testes, a parte de abate local na Região Autónoma dos Açores não é possível fazer, porque a partir de Janeiro é impossível abater animais com essa idade e com preço de mercado.

Portanto, só a partir do momento em que o Sr. Secretário possa afirmar categoricamente que na Região Autónoma dos Açores se podem abater animais adultos, aí sim, podem-se fazer preços de mercado. Neste momento na Região Autónoma dos Açores há um braço fundamental para a feitura desses preços que não é possível termos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muitos foram os filhos dos Açores que em outros tempos e por circunstâncias diversas rumaram a destinos mais ou menos longínquos em busca de contextos que lhes permitissem concretizar as suas mais legítimas ambições.

Difícilmente encontraremos ainda hoje nos Açores uma família que não tenha, de um modo ou de outro, sido influenciada por esta realidade. Dispomos assim, não só dos conhecimentos teóricos disponíveis sobre o impacto dos movimentos migratórios, mas possuímos também um valioso recurso colectivo a outros níveis do saber: o ser e o sentir.

Os Açorianos sabem, porque sentiram na pele, o que é ser emigrante. Urge reconhecer o valor deste património colectivo e rentabilizá-lo para melhor fazer face à nova realidade que hoje se vive nos Açores. Podemos e devemos rentabilizar esse saber na gestão do acolhimento daqueles que, como nós fizemos outrora, abandonam a sua terra natal em busca de melhores condições de vida.

Não é minha intenção abordar hoje a coragem evidenciada pelo povo açoriano ao longo de todo o fluxo migratório. Pretendo sim abordar algumas das consequências da emigração, quer para as comunidades emigrantes, quer para o país de acolhimento e para as comunidades locais com o objectivo de melhor percebermos quais as medidas necessárias que nos permitam lidar com a nova realidade açoriana, de forma eficaz, para todos quantos estão envolvidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se recorrermos ao conhecimento de que dispomos sobre o funcionamento dos grupos, podemos verificar que estes se desenvolvem num contínuo de fases específicas e sequenciais exibindo, em cada uma delas, comportamentos algo previsíveis que vão desde a desconfiança e exclusão à inclusão ou assimilação passando por etapas de exposição gradual, de conhecimento e aceitação mútuos e de confiança.

A chegada de um novo elemento a qualquer grupo acciona um mecanismo de regressão às fases iniciais do seu desenvolvimento, provocando a activação de um conjunto de mecanismos de defesa que têm por objectivo salvaguardar a integridade do grupo.

Refira-se, a título de exemplo, dois desses mecanismos de defesa com particular relevância para a abordagem da emigração:

- Perante a “ameaça” de entrada de “intrusos” é frequente os grupos recorrerem à **projeção**, mecanismo através do qual tudo o que de negativo acontece no grupo é atribuído à presença dos novos elementos enquanto que os elementos iniciais se identificam exclusivamente e em exclusivo com os aspectos positivos.

- É habitual os grupos recorrerem também ao mecanismo vulgarmente identificado como “**válvula de escape**”. Trata-se de um processo sem dúvida conhecido de todos nós, através do qual emoções e reacções negativas, com origem numa relação específica, são canalizadas para os novos elementos do grupo, que assim funcionam como alvo seguro para as nossas frustrações. É o típico exemplo do homem que, frustrado com o padrão, chega a casa e discute com a mulher que, por sua vez, briga com os filhos,

Estes conhecimentos, quando transpostos para o âmbito da imigração, exemplificam alguns dos mecanismos de que os imigrantes são frequentemente alvo, demonstrando claramente que esta só poderá ser bem sucedida, quer para os emigrantes quer para a comunidade de acolhimento se houver reais possibilidades de interacção e de conhecimento mutuo que permitam a integração dos recém chegados na comunidade de acolhimento sendo certo que o desconhecimento gera desconfiança e preconceitos que dificultam uma convivência pacífica, harmoniosa e eficaz.

Infelizmente, muitos são os casos de emigrantes Açorianos vítimas de preconceitos e de discriminação, parcialmente provocados por estes factores que, sem dúvida, contribuíram para a forma como se organizaram as comunidades emigrantes.

Se, a estes factores, adicionarmos o medo da perda de identidade sentido quando confrontados com a diferença entre os seus valores e os valores da comunidade de acolhimento, encontramos as condições ideais para que os imigrantes vivam isolados do convívio dos seus novos “vizinhos”, se perpetuem relações de desconfiança, se inibam de participar em manifestações culturais, sociais ou políticas, vivendo em autênticos enclaves.

Mais uma vez, a experiência açoriana mostra-nos que, se estes enclaves oferecem alguma protecção aos imigrantes e à comunidade de acolhimento, não deixam por isso de provocar efeitos nefastos também a ambos. Aos imigrantes, limitam as possibilidades de crescimento e de participação activa na tomada das decisões que influenciam profundamente as suas vidas, enquanto que provoca uma grande fragmentação na comunidade de acolhimento que, estou convicta, poderá ser altamente negativo para a nossa sociedade, em virtude da sua dimensão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Regressando ao campo teórico, também sabemos que a construção da nossa imagem pessoal, o conceito que possuímos e projectamos de nós próprios e que influencia a forma como agimos depende, em parte e por mais autoconfiantes que sejamos, do reflexo que recebemos dos outros. Quer isto dizer que, se uma qualquer pessoa for persistentemente exposta a reacções generalizadas que questionem a sua actuação, o mais provável é que, mais cedo ou mais tarde, ela própria também comece a questionar-se.

Transpondo novamente para o contexto da emigração, parece-me útil alertar para o facto de que, se a comunidade de acolhimento agir perante uma pessoa ou grupo como se de marginais se tratasse, o mais provável é que ao longo do tempo esse grupo interiorize essa imagem aumentando a probabilidade de gradualmente vir a agir como tal.

Não podemos emitir essa mensagem aos emigrantes que acolhemos, generalizando eventuais infracções cometidas a título individual como se tivessem sido causadas pela pertença a um grupo específico. Um acto cometido por um indivíduo não pode ser transformado num acontecimento étnico como se a origem de quem o cometeu actuasse como factor causal, sob pena de estarmos a contribuir para aumentar o índice de criminalidade.

Mais uma vez infelizmente, alguns emigrantes Açorianos também já foram alvo destes mecanismos podendo comprovar o seu impacto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A experiência dos emigrantes Açorianos exemplifica ainda outros aspectos da emigração e oferecenos verdadeiras lições para potenciarmos o contributo que os imigrantes nos poderão trazer, minimizando o impacto negativo que poderão ter na nossa sociedade.

À semelhança do que aconteceu com os emigrantes Açorianos, também os objectivos destes imigrantes que agora chegam aos Açores se prendem com a melhoria da situação económica. O bem estar financeiro transforma-se assim no alvo das suas acções influenciando prioridades pessoais e familiares. Quer isto dizer que o processo de tomada de decisão a nível individual e no seio das famílias se orienta preferencialmente para o trabalho, como fonte de rendimento, desvalorizando ou mesmo negligenciando a sua participação em áreas essenciais ao seu bem estar na comunidade de acolhimento tais como a Educação e a Cultura.

As vivências dos nossos emigrantes também nos revelam que uma vez que as crianças são mais permeáveis ao processo de mudança, normalmente adquirindo novos conhecimentos e novos hábitos primeiro que os pais, poderão ser elas os motores dessa integração. Isto exige-nos, no entanto, uma atenção especial à população infantil e juvenil. A tarefa de construção de identidade fica, para elas, excepcionalmente complicada uma vez que se debatem com sérios conflitos entre os valores defendidos na escola e pelos seus pares e os valores diferentes, ou até mesmo antagónicos, defendidos em casa. Estas crianças e jovens poderão necessitar de apoio para gerirem com sucesso a reacção às pressões exercidas sobre eles, sob pena de virem a assumir comportamentos desviantes.

Esta maior permeabilidade à mudança poderá ainda conduzir a um problema adicional: uma autentica inversão de papéis assumindo as crianças funções tradicionalmente parentais. Porque o adolescente adquiriu mais rapidamente um nível funcional de fluência na língua passa a ser ele o interprete dos pais, o interlocutor da família para assuntos de saúde, financeiros, educacionais, judiciais etc., com as correspondentes consequências ao nível da dinâmica familiar.

Por último, e ainda à semelhança do que aconteceu com os emigrantes Açorianos, a grande maioria das pessoas que agora chegam aos Açores constituem mão de obra desqualificada, com baixos níveis de escolaridade. Trata-se de um tipo de mão de obra que, necessária nesta fase de crescimento acelerado, não possui competências que facilitem a sua requalificação e mobilidade. Assumindo que alguns destes imigrantes fixarão residência nos Açores, será conveniente evitar a mera exploração do seu trabalho, optando antes por lhes oferecer oportunidades de desenvolvimento, sob pena de virem mais tarde a engrossar as listas de desempregados com empregabilidade reduzida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante este cenário, e particularmente sendo nós Açorianos, com uma longa tradição de emigração e com os saberes que essa tradição nos confere, julgo poder afirmar que reunimos as condições necessárias para podermos estabelecer um contexto capaz de potenciar os benefícios da emigração minimizando os seus riscos.

Para esse feito, gostaria de deixar aqui algumas sugestões que considero de particular relevância. Considero assim, que devemos assegurar especial atenção a medidas que visem:

- Incentivar a permanência das crianças e jovens no sistema de ensino, facilitando-lhes o acesso aos mesmos incentivos disponíveis aos estudantes Açorianos;
- Promover a integração destes imigrantes e suas famílias no seio do parque habitacional das nossas comunidades onde desenvolvem a sua acção, evitando a sua concentração naquilo que poderão vir a tornar-se autênticos guetos;
- Proporcionar às comunidades imigrantes espaços, meios e condições para levarem a cabo as suas manifestações culturais bem como participarem nas manifestações culturais locais, incentivando o conhecimento mútuo e combatendo preconceitos;
- Prestar apoio social à comunidade imigrante que permita a manutenção dos papéis parentais evitando a necessidade de intervenção das crianças e jovens nesse subsistema, prevenindo-se assim eventuais disfunções familiares;
- Incentivar a aprendizagem do Português como segunda língua;

Optei, deliberadamente, por excluir desta minha abordagem factores como o controlo de entradas, o processo de legalização e o reforço da fiscalização do exercício da actividade laboral sem querer com isso minimizar a sua importância. Contudo, é certo que estes são aspectos para os quais dispomos de legislação. Estou convicta que os nossos governantes saberão fazer cumpri-la e que os açorianos saberão exigí-lo.

Reafirmando, no entanto, que este é um desafio que ultrapassa o cumprimento rigoroso da lei, exigindo de nós uma sensibilidade particular espero, com esta intervenção, ter contribuído para otimizar a gestão das novas relações que se nos colocam, confiante que os nossos saberes colectivos nos permitirão entendê-las e que as experiências dos nossos emigrantes nos motivarão para tomar as medidas necessárias por forma a fazer desta nova realidade uma experiência de sucesso para todos.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS, do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um pausa nos nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 12 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

É facilmente constatável que os problemas sociais se agravaram, não só nos países de economias pobres, na África, na Ásia e na América Latina, mas também nos países ditos desenvolvidos e nesta Europa Ocidental da qual fazemos parte.

A União Europeia debate-se seriamente com a chamada evolução económica e social a duas velocidades. Ao desenvolvimento económico, rápido, alicerçado numa economia de mercado com uma competitividade agressiva, que tem atingido foros de um liberalismo económico visível, não tem correspondido a um progresso social sustentado, antes pelo contrário, tem contribuído para o crescimento do número de pessoas afectadas pela exclusão social.

Apresenta-se-nos pois, um grande desafio para enfrentar nos próximos anos, que se consubstancia em combinar o necessário dinamismo económico com uma política de efectivo desenvolvimento social, na perspectiva duma sociedade activa e aberta, propiciadora da integração dos excluídos e promotora do progresso social e da cidadania.

Aos velhos problemas da pobreza estrutural que atinge uma fatia apreciável da população e que tendencialmente se reproduz de geração em geração, emergiram e emergem novos problemas. Tem proliferado o consumo das drogas, o alcoolismo não recua e vai envolvendo assustadoramente os jovens e até adolescentes, a dificuldade acentuada da oferta de emprego para os jovens é notória, e deixa marcas sociais visíveis. A crise da família tradicional limita a capacidade prestadora de apoio e serviço voluntários, especialmente às crianças, aos deficientes e aos idosos mais dependentes. O envelhecimento demográfico acentuou-se com o aumento da esperança de vida (que por si só é positivo) e com a significativa baixa da natalidade que quase não permite a renovação das gerações.

Se é um facto inquestionável que a maioria dos Açorianos conquistou com a autonomia democrática melhores condições de vida e de bem estar, melhor acesso aos bens culturais, aos serviços de saúde, à educação, aos meios de comunicação, potencializa e beneficia de uma economia mais promissora, não obstante frágil, marcada pela insularidade, pela nossa pequenez e pelos custos das acessibilidades, mas não é menos verdade, que muitos Açorianos ficaram e ficam à margem destes passos de desenvolvimento, que nunca é um processo acabado e é gerador, por vezes, de novos e complexos problemas sociais.

Vem estas abordagens a propósito das enormes responsabilidades que recaem e recairão sobre o poder político, como gestor da causa pública, como árbitro no conflito de interesses entre patrões e trabalhadores, entre as empresas e a economia, entre a produção de riqueza e a justiça social, entre a política económica e a política social, sendo esta vista em sentido lato, ou seja, abrangendo toda a diversidade de medidas no domínio social, incluindo as políticas que visam o mercado de trabalho, a promoção da estabilidade social, a realização pessoal e profissional dos cidadãos, a construção duma sociedade solidária, humanista e personalista.

Importa que estes princípios sejam ainda mais firmes, mais determinantes, nas políticas sociais que visam apoiar e promover as pessoas mais frágeis, económico, social e culturalmente falando, os mais pobres, os mais necessitados e carenciados das nossas comunidades, na perspectiva da solidariedade partilhada e corresponsável, e não na visão assistencialista que leva à acomodação e tende à negação da participação na sua própria mudança de vida, criando novas interdependências, que lhes são negativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

As pessoas e os seus problemas reais têm que estar no cimo das atenções do poder político. Os problemas sociais não devem gerar mais excluídos.

É preciso, pois, que as prioridades das políticas sociais correspondam às prioridades dos problemas das pessoas e da sociedade. Nem sempre isso acontece. Por vezes não coincidem e são desvirtuadas com visões, procedimentos ou estratégias políticas conjunturais de angariação de simpatias e de votos em períodos eleitorais.

As políticas sociais são para concretizar sempre que se justifiquem, e não em certas alturas ou oportunidades.

Detenhamo-nos sobre algumas questões relacionadas com a política social de apoio aos idosos e às suas famílias.

Não é possível não se reconhecer, que ainda são milhares os pensionistas que continuarão a receber pensões degradadas que não chegam para assegurar apenas, a aquisição de bens alimentares de

subsistência e as despesas com a saúde, pois para além dos medicamentos, muitos são aqueles que não chegam a ter acesso aos serviços de saúde gratuitos, criando mais exclusão social.

Sobre esta questão, plena de actualidade política, não posso deixar de apresentar uns números, que por si só são reveladores da precariedade económica de muitos dos nossos pensionistas.

Existem nos Açores, actualmente, 54 910 pensionistas do Sistema da Segurança Social, ou seja, não estão aqui incluídos os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações e de outros subsistemas, como o dos bancários, etc.

Já com os montantes das prestações pecuniárias previstas na Portaria n.º 1141-A/2000, de 30 de Novembro, dos 54 910 pensionistas, 39 935 são do Regime Geral e auferem uma pensão de 36 000\$00 ou variável a partir desta base. Pela informação que obtive, uma larga percentagem destes pensionistas, que não consegui apurar o valor exacto, está entre os 36 000\$00 e o ordenado mínimo regional (remuneração mínima garantida), o que quer dizer que beneficiam do complemento de pensão.

No âmbito do Regime Especial de Previdência (REP), existem 9 766 pensionistas que recebem uma pensão no montante de 29 550\$00, que mesmo acrescidos de 6 390\$00 do complemento de pensão, que advém do aumento muito reduzido que advém dos 6.5 % ainda não praticado, ficam com uma pensão ainda inferior à pensão mínima do regime geral que, como vimos, é de 36.000\$00.

Ao nível do Regime Não Contributivo, mais conhecido pelo Regime das Pensões Sociais, existem 5 209 pensionistas, que recebem uma pensão ainda mais degradada no montante de 26 250\$00, que acrescidos dos 6 390\$00 do complemento de pensão, vêm a receber apenas 32 640\$00, sempre inferior à pensão mínima do regime geral.

Estamos perante uma realidade social e humana de concidadãos nossos, que continuam com pensões de tal ordem degradadas, que não podem viver senão em condições infra-humanas.

Trabalharam toda a sua vida e hoje podemos considerá-los, económica e sociologicamente pessoas excluídas ou tendencialmente excluídas. Triste constatação esta!

Não é possível não se compreender que é urgente a criação de um conjunto de apoios que facilitem a permanência na família dos idosos, mesmo os mais dependentes ou acamados, por exemplo, criando um quadro legal facilitador da conciliação da actividade profissional e o adequado acompanhamento da pessoa idosa, como é feito e muito bem, quanto ao apoio à maternidade, bem como, a criação de melhores condições habitacionais para o efeito, afirmando-se o papel primário da família como meio privilegiado da convivência natural e solidária.

Refira-se, que chega-nos ao conhecimento a angústia e a dificuldade de muitas famílias que se debatem com estes problemas e que precisam destas medidas para apoiar os seus idosos.

O PSD entende, que é possível dar-se um novo salto qualitativo nos apoios aos idosos e às famílias, que os acompanham, e muito especialmente, aos que não podem contar com o apoio dos seus familiares ou do voluntariado dos vizinhos.

Entende o PSD lançar um conjunto de preocupações que o Governo Regional e, em alguns casos com a intervenção do Governo da República, devem enfrentar como verdadeiros desafios, em prol dos idosos e das suas famílias.

O acolhimento das pessoas idosas, em situações normais, deverá ser instituído na família, pelo que se torna necessário, apoiar também as famílias que o necessitem.

A Sociedade Açoriana está em mudança.

Entendemos ser ponto assente que o fenómeno do envelhecimento demográfico tende a agravar-se nos próximos anos.

O aumento progressivo do número de pessoas idosas, sobretudo das de idade mais avançada (já se começa a adoptar a designação de 4ª idade) tem aumentado a possibilidade de ocorrência de situações de maior dependência física, psíquica e/ou social, para as quais as respostas existentes não têm sido nem suficientes, nem as mais adequadas.

Publicados que foram, o Relatório do Ano Internacional da Família, e o “Estudo de Diagnóstico sócio-económico da Região Autónoma dos Açores”, este elaborado por investigadores da Universidade dos Açores, instrumentos de trabalho para a sustentação de políticas sociais, em meados da década passada, torna-se necessário que o actual Governo mandasse realizar agora um estudo sobre o envelhecimento demográfico e as suas consequências, para a presente década, em todas as ilhas, dado que, de facto, há índices de envelhecimento diferentes, de umas ilhas para as

outras e cada ilha tem as suas especificidades sociais, culturais e económicas, que exigem, também neste campo dos idosos, específicas soluções, para o qual, os censos 2001, em curso, darão um contributo essencial.

Tornar-se-á, pois, possível responder às questões de: Quantos são os idosos? Onde vivem? Como vivem?

O PSD tem várias preocupações sobre a qualidade de vida dos nossos idosos, hoje e no próximo futuro.

Como encara o Governo Regional a conciliação entre o acolhimento do idoso no seio da família, como política mais correcta, quando tendem a generalizar-se as situações de crise nas famílias, a desagregação familiar, os divórcios, principalmente torna-se grave, nas famílias que tem idosos profundamente dependentes a seu cargo?

O PSD entende que é essencial um Plano Integrado de Apoio às Famílias em dificuldades, respeitando, naturalmente, a sua privacidade e a sua individualidade.

Como poderão as famílias apoiarem os seus idosos, quando os seus membros adultos trabalham fora de casa diariamente?

O PSD entende que há condições políticas, económicas e financeiras para legislar com vista à flexibilidade e/ou redução da carga horária de trabalho, no sector público e privado, com compensação financeira aos privados empregadores, para que um membro da família promova o apoio diário indispensável aos idosos mais dependentes. Não será justificável até, a dispensa temporária da prestação de trabalho, para uma pessoa que tenha um idoso acamado e dependente, como se verifica na licença de maternidade e na redução de horário para aleitação?

Não será já tempo para se incrementar a formação de pessoas capazes de serem prestadoras de cuidados informais aos idosos e às famílias com limitações no apoio constante aos seus idosos dele carenciados?

O PSD entende, que tal como é feito em outros países da União Europeia, se torne indispensável dar mais e melhores passos na constituição de equipas prestadoras de cuidados aos idosos, devidamente preparadas e orientadas tecnicamente, trabalhando nas residências destes, recrutando jovens disponíveis e mulheres desempregadas e/ou integradas em projectos de promoção social.

Reconhecemos que a Região vai sendo dotada de serviços de apoio domiciliário, desenvolvidos por IPSS e Casas do Povo, quanto à prestação de cuidados de higiene pessoal e conforto, preparação e/ou fornecimento de refeições, limpeza ou arranjo das habitações. São acções com resultado positivo, em termos gerais, mas que terão de dar um salto na qualidade deste tipo de serviços.

É necessário, ou melhor dizendo, urgente, que os idosos em situação de risco, os de idade mais avançada e dependentes, os doentes e os isolados, possam, usufruir destes cuidados todos os dias, fins de semana e feriados e até durante a noite, o que ainda não acontece actualmente e já é possível fazê-lo.

Para isso é compreensível que as instituições sociais particulares possam contar com o apoio financeiro da Segurança Social e há, parece-nos, meios financeiros para tal, no âmbito dos acordos de cooperação.

A utilização das novas tecnologias de comunicação, em chamadas de apoio, já é possível, nomeadamente, através dos tele-alarmes. Conviria também que existisse um maior controlo na qualidade dos serviços prestados no apoio domiciliário. Os serviços de apoio domiciliário estão a ser bem feitos? Convém fazer essa avaliação muito a sério.

Nas circunstâncias em que se verificar da necessidade de se prestarem cuidados aos idosos acamados, de todo dependentes, não praticáveis nas suas casas e pelas suas famílias, deverá existir sempre uma solução institucional, que passará pelo acolhimento num lar residencial ou num Centro de Cuidados Continuados, quando for caso disso. Receamos quanto à capacidade de potencialização humana e técnica dos chamados Centros Geriátricos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São sempre de prioridade as políticas sociais de apoio aos idosos, na prevenção de situações de risco para estes e suas famílias. Temos consciência que o Governo Regional não pode fazer tudo, mas achamos, sinceramente, que há condições políticas, económicas e financeiras para se fazer mais e melhor.

Temos consciência também que a família tem que ser chamada à corresponsabilidade funcional e solidária no apoio e acolhimento dos seus idosos, mesmo que possa vir a ter necessidade de ser ajudada no quadro das opções referenciadas.

Refira-se que o conjunto destas preocupações não nos surgiram agora, mas foram expressas publicamente em Maio de 1999, no âmbito do Ano Internacional das Pessoas Idosas, em Conferência de Imprensa promovida pela estrutura de Ilha Terceira do PSD, pelo que vemos com bons olhos as propostas constantes da Resolução que vai ser presente a esta sessão legislativa, que só pecam por tardias.

Felizmente, na Região, em termos de apoio às pessoas idosas, pouco há para remediar e tudo haverá, isso sim, para prevenir e actuar com grande empenho.

Obrigado pela vossa atenção.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD e do PP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a preocupação de abordar questões de ordem social, designadamente as que se prendem com a desigualdade e a discriminação, a que são sujeitos largos sectores da nossa população, entendemos trazer hoje a debate nesta Assembleia alguns aspectos que se prendem com a vida dos açorianos mais novos, o seu quotidiano, em especial algumas das actividades que realizam no seu dia a dia e que poderão condicionar o seu futuro como educadores, trabalhadores e cidadãos.

Trata-se de aspectos relacionados com o trabalho, com as actividades ou tarefas exercidas por crianças e adolescentes. Não obstante a dificuldade em comparar actividades bastante distintas como seja o trabalho remunerado, por um lado, e as tarefas de apoio doméstico, por outro, é de sublinhar o elevado valor percentual registado na ajuda em casa por parte dos elementos do sexo feminino. Com efeito, neste item as percentagens são da ordem dos 35% no caso das raparigas e de cerca de 10% no caso dos rapazes. Embora estes apresentem quantitativos mais elevados se considerarmos a ajuda a pessoas de família ou outras, além do trabalho remunerado, o facto é que o seu somatório ainda assim não atinge os valores referidos pelas raparigas no que respeita à ajuda em casa.

Assim, e independentemente da natureza do trabalho realizado, porventura mais leve para as raparigas, estas parecem ser mais penalizadas no conjunto das tarefas que efectuam. Em ambos os sexos tanto a ajuda em casa e à família como o trabalho aumentam com a idade. Dos que exercem uma actividade remunerada, 86% têm 13 e mais anos e 14% entre 10 e 12 anos.

Um dos aspectos mais salientes resposta ao trabalho remunerado, pelo que não podemos deixar de sublinhar que é significativo o conjunto dos que estão nestas condições, pois para a totalidade da Região, e isto diz respeito ao inquérito de 99, o seu quantitativo é de sensivelmente 480 crianças e adolescentes.

De acordo com as declarações dos menores, verifica-se que a grande maioria, cerca de 70%, não exerce qualquer actividade, facto que atinge particular significado no caso dos elementos do sexo masculino, com um valor percentual da ordem dos 77%, pois nos do sexo feminino a situação é relativamente distinta, com uma percentagem da ordem dos 64%. A este respeito, não podemos deixar de sublinhar mais esta desigualdade de género, que afecta de um modo preponderante os elementos do sexo feminino, que assim se apresentam mais sobrecarregados com várias actividades mesmo em idades bastante precoces. As desigualdades entre os menores de ambos os sexos continuam ainda a ser uma realidade se atendermos aos que exercem uma actividade económica, pois este último é um facto que respeita fundamentalmente aos rapazes.

Em termos absolutos, ou seja, extrapolando para a globalidade dos menores açorianos, e segundo afirmações dos mesmos, temos 3.272 menores que exercem uma actividade económica, embora só 480 a realizem enquanto trabalho remunerado, enquanto que 8.180 exercem actividades que não são consideradas de natureza económica, e que se reportam fundamentalmente a tarefas de apoio doméstico.

Parece-nos ainda importante destacar a importância relativa de cada grupo de idade segundo o exercício de actividade. Com efeito, a maioria dos que exercem uma actividade económica está no nível etário mais elevado, entre os 13 e os 15 anos. Todavia, não podemos deixar de realçar o conjunto dos que o fazem e que têm idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos. A situação dos que trabalham sem que isso seja considerado como actividade económica, apresenta-se com uma repartição etária que não se distingue muito da anterior. Ou seja, um pouco mais de metade pertence ao escalão mais elevado, cerca de 30% está entre os 10 e os 12 anos e 14% tem menos de 10 anos.

Extrapolando as informações anteriores para o universo dos menores do arquipélago, e tendo em conta o conjunto dos que exercem uma actividade económica, podemos dizer que 360 têm entre 6 e 9 anos, 1.276 entre 10 e 12 anos e 1.636 entre 13 e 15 anos. Não obstante as diferenças percentuais acima referidas, queremos sublinhar o número de menores que afirmam ter uma actividade económica, apesar da sua tenra idade, nomeadamente os 360 que se incluem no grupo etário dos 6 aos 9 anos.

Se atendermos à repartição em cada um dos grupos de idade, confirma-se o que anteriormente dissemos. Com efeito, apesar da maioria das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos não exercer qualquer tipo de actividade, com um quantitativo da ordem dos 90%, o facto é que os restantes trabalham, sendo que 3,3% tem um actividade de natureza económica. Se consideramos o conjunto dos que têm entre 10 e 12 anos a situação já se apresenta um pouco distinta, pois 11% dos menores deste nível etário afirma exercer uma actividade económica, sendo a percentagem dos que não têm qualquer tipo de actividade próxima dos 70%. Nos mais velhos, aqueles que têm entre 13 e 15 anos, aumenta significativamente a importância relativa dos que têm uma actividade económica e a daqueles que exercem outros trabalhos, os quais no seu conjunto correspondem sensivelmente a metade dos menores deste grupo etário. Assim, neste grupo de idade são quase tantos os que trabalham, em termos económicos ou em outras tarefas, como aqueles que não têm qualquer tipo de actividade.

Associando a variável sexo, confirmam-se as diferenças anteriormente apontadas, ou seja, independentemente da idade, os menores do sexo feminino praticamente não efectuem quaisquer trabalhos que se enquadram nas actividades de âmbito económico. No entanto, desde muito cedo elas trabalham mais dos que eles, designadamente em actividades não económicas. A partir dos 10 anos são significativos os baixos valores das menores que não têm actividade.

A maior parte dos que têm uma actividade económica trabalha na agricultura, já que é neste sector que se inserem 2.234 menores. Com efeito, são bastante menos aqueles que estão ligados à indústria transformadora, à construção e restauração, ramos de actividade que registam valores percentuais baixos. Em termos absolutos estes sectores abarcam na Região, respectivamente, 120, 200 e 80 menores em idade escolar.

Não admira, pois, que a exploração agrícola seja o local mais referenciado no exercício da actividade, que regista uma percentagem igual àquela que foi encontrada para o sector agrícola, local que pertence sobretudo aos familiares, familiares do próprio agregado do menor.

Se atendermos aos motivos, o mais referido foi a vontade do próprio menor, sem que o objectivo seja a oportunidade de auferir uma remuneração. Realçamos ainda os que referem a vontade dos pais em os manterem ocupados e a necessidade de trabalhar, neste caso porque o seu rendimento é necessário ou como forma de viabilização do trabalho de outras pessoas do agregado familiar, como ainda por não haver mais ninguém para exercer a actividade que efectuem.

Seria interessante perceber melhor os motivos aludidos pelos menores. Se uns nos surgem relativamente claros, correspondentes a dificuldades de natureza económica e social, existem outros que parecem corresponder a uma vontade do próprio jovem em ter uma actividade e/ou aprender uma profissão. Esta vontade não pode, todavia, ser dissociada do meio social e familiar em que vive e mesmo da sua relação com a escola, pois as características individuais são permeáveis e, de algum modo, ou em parte, condicionadas pelo meio envolvente, em contínuos processos de socialização. Todavia, é significativo o número de menores, cerca de 600, que exerce uma actividade económica por dificuldades de ordem material e financeira das respectivas famílias.

No entanto, as actividades, de carácter económico ou não, raramente são exercidas a tempo inteiro, pois são poucos os que se inserem nas classificações de 7 a 8 horas ou mais de 8 horas. Todavia, são aqueles que têm uma actividade económica os que registam algum significado nos trabalhos diários

realizados durante mais de 3 horas ou mesmo mais de 7 horas, cerca de 480, quantitativo correspondente ao número de menores que afirmaram ter um trabalho remunerado.

Relativamente às tarefas que não são classificadas em termos económicos, nas quais se ocupam cerca de 21% dos menores, verifica-se que a mais significativa é, como anteriormente referimos, o apoio à família. A ajuda doméstica prestada pelos menores, respeita fundamentalmente à arrumação e limpeza da casa. De sublinhar, uma vez mais, que este é um trabalho realizado preponderantemente pelas raparigas, em particular as que têm mais de 13 anos, pois é bem reduzida a participação dos rapazes mesmo neste tipo de apoio doméstico.

Podemos considerar que esta situação global é consentânea com uma população de baixo estatuto económico e social, embora a maior parte dos menores não exerça qualquer actividade. É de realçar, contudo, a existência de situações de grande precariedade que afectam a vida de alguns menores, que mesmo em idades muito precoces se vêem forçados a trabalhar. Sublinhamos os 360 que têm idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos e ainda os cerca de 480 que exercem uma actividade remunerada, que os ocupa durante grande parte ou a totalidade do dia.

Acrescente-se que todos os que têm uma actividade económica remunerada pertencem a núcleos domésticos que recebem apoio social, pelo que não é difícil pensar que em alguns agregados familiares as dificuldades, nomeadamente materiais, não facilitam o desenvolvimento social e pessoal dos mais novos.

De resto, parece existir uma associação clara entre o exercício de uma actividade e o insucesso escolar. Com efeito, do conjunto dos menores que têm uma actividade económica a grande maioria já reprovou pelo menos uma vez. A situação é praticamente inversa se considerarmos o grupo dos que não têm qualquer tipo de actividade, verificando-se que a diferença entre os que passam e reprovam não é muito relevante no que respeita aos que exercem outras tarefas.

Em termos globais os rapazes registam um insucesso escolar bem mais significativo do que as raparigas. Todavia, a repartição segundo a actividade é relativamente semelhante à que acabámos de referir para ambos os sexos, ou seja, uma nítida associação entre o exercício de uma actividade económica e o insucesso escolar. No caso das raparigas a situação apresenta-se relativamente distinta, embora também se verifique que quando elas trabalham há concomitantemente um maior número de reprovações. Podemos inferir que o exercício de uma actividade, principalmente quando esta é de natureza económica, e que como tal não se cinge a um apoio familiar, é prejudicial ao desempenho escolar dos menores e à sua inserção no sistema de ensino. Claro que muitos outros factores podem ter interferência nesta asserção, já que aqueles que trabalham são também os que têm condições sociais e familiares menos propícias a um bom desempenho escolar. No entanto, aquele é um aspecto que, em interligação com os restantes, permite identificar situações distintivas de grupos sociais mais desfavorecidos e que se reflectem na formação e no percurso escolar dos menores e consequentemente no seu futuro.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e dos Srs. Deputados Humberto Melo e Sérgio Ferreira, do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper aqui os nossos trabalhos e retomamos às 15 horas.

(Eram 13.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

“Os problemas de qualificação da sociedade açoriana, com cerca de 70% dos seus activos com apenas 6 ou menos de escolarização efectiva, constituem um motivo de persistente preocupação. Tal baixa escolarização, acompanhada por uma ainda menor qualificação profissional (menos de

15% dos activos tiveram formação profissional formal) e por uma elevada iliteracia, está intimamente associada à pobreza e à baixa empregabilidade de grandes estratos da população, fenómeno que tem a sua expressão mais visível no facto de cerca de 11% da população ser beneficiária do rendimento mínimo garantido. Mesmo nas épocas de maior incidência de desemprego, como por exemplo no período 1993-1996, foi necessário recorrer à importação de mão de obra especializada dado o mercado de emprego oferecer essencialmente trabalhadores não qualificados.

Por outro lado, e apesar de apenas com os censos de 2001 se poderem obter estatísticas fiáveis, todas as estimativas apontam para a existência de um número muito significativo de jovens adultos (20-35 anos) que não concluíram a escolaridade obrigatória correspondente ao seu escalão etário, quer por insucesso escolar repetido quer por abandono precoce da escola. Tal grupo está na prática excluído do acesso à generalidade das actividades profissionais dependendo quase em exclusivo da construção civil, onde ocupa, em geral, empregos precários e mal remunerados, e, em menor grau, da lavoura.

Esta generalizada baixa qualificação dos recursos humanos nos Açores é o resultado directo da tardia expansão do sistema educativo (há 25 anos o ensino pós-primário ainda se confinava às capitais distritais) e da crise de crescimento resultante da expansão acelerada da rede escolar que se verificou durante a primeira metade da década de 80.

Tal levou ao aparecimento de um parque escolar de má qualidade, agravado por deficiente ou inexistente manutenção, e em muitos casos à partida sobrelotado. O corpo docente inicialmente era maioritariamente não qualificado, tendo posteriormente muitas das escolas sido incapazes de fixar os seus docentes, apesar do crescente número de profissionais qualificados disponíveis no mercado de trabalho, já que os quadros açorianos têm rotineiramente sido utilizados como trampolim para acesso a quadros de outras regiões.

A instabilidade do corpo docente e a inadequação do parque escolar, agravadas pela recente expansão do ensino secundário, reflectiram-se pesadamente na qualidade pedagógica das escolas, criando condições para um muito elevado absentismo docente e para um generalizado insucesso e abandono escolar.

Por outro lado, durante as últimas décadas a formação profissional, uma vez extintas as Escolas Industriais, esteve essencialmente confinada ao Centro de Formação Profissional dos Açores, nas Capelas, surgindo as primeiras experiências de criação de escolas profissionais apenas nos últimos seis anos. Apesar da expansão da rede de escolas profissionais entretanto verificada, o ensino profissional ainda não se consolidou como uma alternativa ao ensino regular dotada de igual dignidade e propiciadora de uma melhor e mais rápida empregabilidade.

Para além dos factores inerentes ao sistema educativo atrás apontados, há ainda que ter em conta que em resultado da sua baixa escolarização e da pertença a grupos que sofrem exclusão social há muitas gerações, muitas famílias açorianas valorizam pouco a educação, sendo necessário incentivá-las a manter os seus jovens na escola e a valorizar o seu sucesso educativo, em vez de procurar lançá-los precocemente no mercado de trabalho, e no caso das jovens, retê-las em casa”.

Acabo de citar as primeiras duas páginas do Programa deste VIII Governo que foi aprovado nesta Casa no passado mês de Dezembro.

Para dar resposta ao quadro atrás descrito, o Governo apresentou entre outras medidas, as seguintes:

“Aprofundar os mecanismo de apoio sócio-pedagógico e de orientação escolar e profissional nas escolas. Dotar as escolas dos meios necessários ao apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiências formativas que requeiram apoio pedagógico acrescido. Colocar nas escolas e áreas escolares, para além de um psicólogo, os recursos docentes necessários para o estabelecimento de programas eficazes de apoio pedagógico acrescido. Pretende-se reduzir até final da legislatura a taxa global de insucesso escolar no ensino básico para menos de 15% de retenções em cada ano lectivo”.

Pelo Despacho Normativo nº 6/2001, de 25 de Janeiro, o Governo procedeu à fixação de regras para a afectação de docentes às diferentes áreas de apoio a actividades específicas, respeitando as normas dos decretos regulamentares regionais nº 10/98/A, de 2 de Maio e nº 1-A/2000/A, de 3 de Janeiro, para além do apoio às actividades de educação física. Este Despacho determina que estes docentes

devem estar totalmente integrados nas estruturas pedagógicas das escolas onde prestam serviço, fazendo parte dos respectivos órgãos e participarem em todas as actividades da escola.

No caso das escolas básicas integradas, incluem-se no grupo disciplinar mais próximo à área científico-pedagógica que apoiam. Nas escolares estes docentes, dados as suas características, constituirão um núcleo na dependência directa do conselho consecutivo. No que respeita às escolas dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário naturalmente que pertencem ao agrupamento disciplinar a que concorreram.

Com este normativo deixaram de existir quaisquer dúvidas quer na integração, quer na participação destes docentes na vida escolar.

Outra das medidas apresentadas para procurar amenizar ou mesmo erradicar das nossas escolas os docentes sem habilitação profissional, o Programa do VIII Governo preconiza e passo a citar:

“Profissionalizar o pessoal docente e criar condições para a sua estabilidade. O novo regulamento de concursos para pessoal docente deverá conduzir a uma rápida estabilização do corpo docente. Por outro lado, o número de estágios profissionalizantes oferecido nas suas modalidades deverá ser ajustado face às reais necessidades do sistema educativo. Deverá ser elaborada regulamentação do sistema de estágios e contratualizado com as universidades, em especial com a Universidade dos Açores, as formas da sua realização. Os recursos para pessoal docente deverão gradualmente evoluir para a utilização de formulários electrónicos enviados por correio electrónico em ambiente seguro. Pretende-se até final da legislatura ter o corpo docente pertencente aos quadros das escolas e de zona pedagógica totalmente profissionalizado em todas as áreas em que o sistema de ensino superior ofereça licenciaturas da via ensino e apenas utilizar residualmente os formulários de concurso em papel”.

Para garantir a profissionalização e, ao mesmo tempo, não alargar a um número indeterminado e excessivo de docentes não profissionalizados, o Governo apenas permitiu acesso ao concurso externo para os quadros de zona pedagógica indivíduos detentores de habilitação própria para as seguintes disciplinas: Educação Musical para o 2º ciclo, 5º grupo do 3º ciclo e do ensino secundário, Informática do 3º ciclo e do ensino secundário, Educação Moral e Religiosa Católica e Ensino Vocacional da Música nos Conservatórios Regionais atendendo ao elevado número de candidatos profissionalizados, quer pelo excessivo número de formados pelas instituições, quer pelo número de balseiros pagos pela Região em formação, foi possível iniciar-se um processo de contenção na entrada nos quadros de docentes não profissionalizados.

Por outro lado, no prosseguimento da criação de condições para a estabilidade do pessoal docente, pela Portaria nº 4/2001, de 25 de Janeiro, foi determinado que para o ano lectivo 2001/2002 são considerados carenciados para efeitos de atribuição de incentivos à estabilidade a Educação e Ensino Especial para todos os docentes detentores da necessária especialização e a Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira, no Corvo, considerando todos os docentes do quadro de escola e dos quadros de zona pedagógica no desempenho efectivo de funções nesta escola.

Julgo que até ao final da presente legislatura a carência de docentes na Educação e Ensino Especial estará colmatada na generalidade das nossas ilhas, dado o número de educadores de infância e professores que estão a efectuar a sua especialização nesta área.

Por último gostaria de me referir à Portaria nº 6/2000, de 25 de Janeiro que veio criar algumas facilidades aos professores sem habilitação legal ou apenas com habilitação suficiente, para o exercício da docência de várias disciplinas para as quais não existiram, ao longo das últimas duas décadas, docentes devidamente habilitados. Os docentes que, estando no programa PROSA, estejam a frequentar cursos superiores passam a ter redução até 75% da duração semanal da sua actividade, dispensa de até 90 dias úteis por ano civil para frequência de aulas práticas e preparação e realização de exames e outras formas de avaliação.

Com estas medidas o VIII Governo, do Partido Socialista, inicia o cumprimento do seu Programa, correspondendo aos anseios do pessoal docente, às necessidades dos nossos alunos e das nossas escolas.

É necessário prosseguir para novas áreas. Porque acredito nisso, aqui fica o meu apelo na convicção de que o rumo traçado tem as directrizes que nos conduzirão aos resultados programados.

Disse.

Muito obrigado

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional do Ambiente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A intervenção que tivemos a oportunidade de acabar de ouvir, parece, de algum modo, descontextualizada do momento em que vivemos.

Não sei se devo tomá-la como atrasada relativamente à discussão do Programa do Governo, se, por outro lado, como antecipação à discussão do P.M.P..

Independentemente da consideração que se faça neste domínio à dita intervenção, parece-me, todavia, oportuno e pertinente fazer algumas observações, desde logo a de que, de facto, não estamos perante uma situação onde antes era o caos e agora existe a ordem.

A intervenção trazida pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa tentou passar uma imagem de que a situação da educação nos Açores até finais de 1996 era turbulenta, tudo era inadequado, nomeadamente o parque escolar, ao nível do corpo docente só existia instabilidade, a formação profissional parece que não existia e como resultado de tudo isso era uma qualidade pedagógica que deixava muito a desejar.

Sr. Deputado Francisco de Sousa, de facto, não foi isso que se passou na nossa Região, embora deva reconhecer que o Sr. tem razão nalgumas das suas observações quanto ao passado.

Deputado Francisco Sousa (PS): Tenho razão!

O Orador: Tem razão, com certeza que tem, designadamente aquela que resulta da crise de crescimento provocado por uma alteração estrutural da política educativa no nosso país que teve, entre outros reflexos, um grande crescimento do número de alunos que passaram a frequentar o ensino pós-primário, como então se designava. E esse crescimento que se verificou, naturalmente, implicou várias coisas, entre elas uma vastíssima construção de edifícios escolares ao nível do 2º e 3º ciclo e secundário por toda a Região, porque, de facto, tirando as ex-capitais de distrito esses edifícios não existiam, por todas as ilhas, eu diria quase em todos os concelhos, e só estou a ressaltar o Concelho da Povoação em que não foi feito esse empreendimento, porque existia o ensino particular por parte duma fundação, como, de resto, também acontecia na ilha do Pico. Portanto, ressaltando esses casos, fizeram-se obras de raiz por todos os concelhos desta Região e não, como erradamente algumas vezes aqui foi afirmado, nos centros urbanos, acontecendo até que em alguns concelhos, como é o caso de Ponta Delgada, como também já tivemos oportunidade de noutras ocasiões aqui prová-lo, e não seria necessário a nossa palavra, porque os factos são indesmentíveis, as escolas estão lá e essas construções penetraram pelo meio rural fora.

Portanto, em termos de parque escolar parece-me incorrecto afirmar de que ele foi inadequado durante o tempo que mediou de 76 a 96, tanto mais que nesse período temos a acrescentar a essa alteração estrutural que se verificou no nosso país em termos de política educativa uma outra, decorrente também duma reforma, que aumentou o período da escolaridade obrigatória e como consequência imediata, logo a permanência dos alunos durante mais tempo no sistema, implicando necessariamente mais instalações.

Suponho que estou dispensado de enumerar as quase duas dezenas de escolas do 2º e 3º ciclo que ao longo de todo este tempo foram construídas na Região.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Vou concluir, Sr. Presidente.

Parece também pertinente lembrar que nestes últimos 4 anos apenas uma escola nova e um anexo foram abertos ao nível do 2º e 3º ciclo e Secundário nesta Região,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é verdade!

O Orador: ... ao menos que queira considerar que a Escola Cardeal Costa Nunes, que também é uma escola nova, mas estava pronta e inaugurada; a menos que também se considere a inauguração da obra de arte que assinalou a inauguração daquela escola.

Ao nível do corpo docente a instabilidade que existiu não me parece uma adjectivação correcta. Melhor seria classificarmos o facto da insuficiência de docentes com a formação adequada nos quadros das escolas. Mas isso também não foi um problema gerado pelo PSD nem resolvido agora pelo PS, mas sim o mercado e a própria evolução da frequência do ensino universitário que antes

não resolveu o problema e que agora o solucionou. Portanto, aí não há demérito de uns nem mérito de outros, até porque o mercado neste momento...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, pois já ultrapassou em muito o seu tempo. Trata-se de um esclarecimento e sendo assim pode inscrever-se para uma intervenção. Portanto, a Mesa tem que disciplinar os trabalhos.

O Orador: Tem toda a razão Sr. Presidente. Termine já.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já devia ter terminado. Existe um Regimento nesta Assembleia.

O Orador: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa alvitra que eu já devia ter terminado e que o Regimento deve ser estritamente aplicado principalmente nos momentos em que menos convém a algumas bancadas o que se está a dizer.

... o mercado neste momento parece estar a resolver algumas situações.

Sr. Presidente, com a benevolência da sua parte, peço o seguinte esclarecimento:

Por que razão é que os cursos de complemento de formação, da responsabilidade da Universidade dos Açores, que deviam ter-se iniciado no dia 1 de Março passado, estão fechados?

Se há da parte do Governo tanta vontade e empenhamento em realmente contribuir para a melhoria do corpo docente das nossas escolas, por que razão não abriram esses cursos no dia 1?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Finalmente!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, queria saber se o Sr. Deputado Joaquim Machado fez uma intervenção ou pedidos de esclarecimento, isto para saber o tempo que tenho, porque tive aqui a tomar notas e quero responder às questões colocadas.

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado interveio ao abrigo do artigo 105º, ou seja, usou da palavra para esclarecimentos.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serei também rápido nos meus esclarecimentos.

Começando pelo primeiro, o que eu vim aqui fazer na minha intervenção foi, Sr. Deputado Joaquim Machado, demonstrar à Câmara que o Programa do Governo já está a ser cumprido e desde já dizer que existem três áreas que já estão cumpridas.

Não vim atrasado porque o Programa do Governo, e eu disse logo que estava no Programa do Governo que foi aprovado nesta Casa.

Não vim adiantado porque o PMP também havia de cá discuti-lo.

Portanto, não estou atrasado nem adiantado, apenas vim a esta Casa fazer o balanço do Programa, da responsabilidade do Governo, que está concretizado.

O Sr. referiu que eu disse que o parque escolar era de má qualidade.

Eu disse e repito a frase que disse: “tal que levou ao aparecimento dum parque escolar de má qualidade, agravado por ineficiente ou inexistente manutenção”. E digo de má qualidade porque está mais do que provado que o modelo das escolas feitas, e já aqui se falou várias vezes disso, começando pelo da Canto da Maia, foi um mau modelo, começando pela coisa mais simples que é o tecto.

O Sr. diz que o Governo do PS não fez escolas, fez sim senhor.

O último Governo do PS, este é o segundo, colocou no mercado do sistema educativo desta Região três novas escolas para o 2º e 3º ciclos, nomeadamente a escola do Corvo que começou, acabou e foi inaugurada por este Governo; a escola das Furnas foi feita por este Governo Socialista e que entrou no sistema e a escola da Maia. Portanto, já lá vão três.

Como o Sr. bem se lembra, e vou repetir uma vez mais, os Srs. começaram em 86 com a escola das Laranjeiras, em 90 com a Vitorino Nemésio e em 94 com a Cardeal Costa Nunes. Foram estas as datas da abertura dessas escolas ao sistema e não foram outras quaisquer. Portanto, durante 12 anos os Srs. fizeram estas 3 escolas. Se não foi assim, diga-me, quais foram as outras?

Em relação ao número de professores, lembrar-lhe-ia que este Governo tem uma quantidade de jovens alunos que são bolseiros desta Região, que são pagos pelo orçamento regional e esta Região tem vindo a pagar há bastantes anos, e algumas até já vem de há muito anos, algumas situações já têm 20 ou mais anos, que são por exemplo, o caso do professores de educação especial que sempre foram formados no então Instituto Aurélio da Costa Ferreira em Lisboa, que depois passou a Escola

Superior de Educação, na Escola Superior de Educação do Porto onde havia uma quota de 5 lugares para os docentes dos Açores fazerem lá a sua formação.

Portanto, há situações onde se quis e outras onde não se quis e nunca se quis criar condições na Região para que professores pudessem fazer a formação de educação especial nesta Região. Os Srs. podiam tê-lo feito, não o fizeram porque não quiseram.

Em relação a nós, estamos bastante contentes, porque é possível pela primeira vez num concurso para professores nos Açores dizer assim: só entram professores sem habilitação profissional para estes pequenos grupos residuais. Estamos muito satisfeitos com isso e isso só nos garante que começa a haver qualidade na formação dos professores desta Região.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Muito bem!*

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sobre a má qualidade de algumas instalações, se tivermos em consideração, entre outras coisas, que uma das escolas projectada e executada durante esse período é tão simplesmente reconhecida de qualidade mundial pela OCDE, a Escola Secundária das Laranjeiras. Sobre a qualidade das escolas estamos conversados, mas permita-me que volte a lembrar a V. Exa. de que uma escola, nomeadamente a da Maia, foi uma das que foram lançadas. Devo reconhecer que Escola Mouzinho da Silveira, do Corvo, foi mais uma.

Portanto, são duas, mais o anexo à das Furnas.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é um anexo, é uma escola!

O Orador: Vem na Carta Escolar como anexo.

De facto, a escola da Maia começou a funcionar nas condições que todos nós sabemos, chovendo dentro. Espero que seja solucionado.

Deputado Francisco Sousa (PS): Também está!

O Orador: Presumo que esteja, mas gostaria que tivesse resolvido também o problema do ginásio que tem grandes problemas ao nível da humidade e nalguns dias impede a realização das aulas.

Quanto à formação dos docentes, a este nível estamos esclarecidos, porque, de facto, não há mérito nem demérito de ninguém. É o mercado que hoje proporciona que, de facto, só possam ingressar no sistema professores com determinados requisitos de habilitação. Porque eles não existiam no passado, por amor de Deus, não culpe o governo por não ter obrigado os nossos jovens a irem para formação profissional via de ensino.

Hoje muito deles vão para esses cursos porque têm um ânsia muito grande, e acho muito bem, de ingressar nas universidades e muitas vezes acabam por frequentar cursos de via de ensino, como alternativa, como vias de recurso que não são as suas primeiras opções e depois ficam disponíveis no mercado e concorrem para tudo e muitos deles acabam nas caixas dos hipermercados, porque o sistema no nosso país, e não estou sequer a falar da Região, não consegue absorver.

Mas sabe, Sr. Deputado, que ao nível dos incentivos para a fixação os problemas começam já a surgir, como de resto já reconheceu o Sr. Secretário, numa das audições que fizemos na Comissão de Assuntos Sociais, de que a metodologia utilizada levanta problemas, nomeadamente na ilha das Flores.

Também queria dizer ao Sr. Deputado Francisco de Sousa que, de facto, os cursos, complemento de formação ao nível científico e pedagógico na Universidade dos Açores, não se iniciaram no dia 1 de Março, como estavam previstos, porque o Governo Regional não cumpriu os seus compromissos de pagamentos para com a Universidade. Isso fez com que a Universidade tivesse tomado a opção de adiar para Outubro, se até lá o Governo Regional cumprir com aquilo que tem em atraso.

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou os três minutos.

O Orador: Vou concluir o meu esclarecimento dizendo que a verba que está inscrita no PMP para formação é insuficiente, porque uma grande parte dela vai exactamente para fazer os pagamentos do que está em atraso e os pagamentos da formação que vai ser efectuada nesses domínios, nos próximos quatro anos.

Portanto, nem ao nível da formação, nem ao nível das instalações tem o Sr. Deputado Francisco de Sousa razões para cantar tantas glórias.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Se é para começar pelas instalações, começemos mesmo a sério.

Pergunte aí aos seus camaradas de bancada quantas vezes ouviram camaradas meus, deste lado, dizerem que havia escolas aqui e além espedadas para que os tectos não caíssem, nas escolas do 1º Ciclo e do Ensino Básico? Se tem dúvidas disso até pode perguntar a um Sr. chamado João Gago da Câmara que foi o Presidente da Câmara de Ponta Delgada, no que dizia respeito às próprias escolas. Se também tem dúvidas pode perguntar ao actual Presidente da Câmara de Ponta Delgada como é que estão as escolas do 1º Ciclo no seu Concelho.

Portanto, se tem dúvidas, não quero que pergunte aos meus, mas pergunte aos seus e eles responder-lhe-ão, desde ali o Sr. Deputado Mark Marques...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado por ter mencionado o meu nome!

O Orador: ...até ao Sr. Presidente da Câmara de Ponta Delgada, qual o estado a que tinham chegado as escolas do 1º. Ciclo nesta Região.

Portanto, foi com este Governo, pagando 85% de cada uma das obras, que elas foram reconstruídas, porque disponibilizou verbas para isso e deliberadamente teve uma opção política de dar prioridade a esse sector de ensino que durante anos e anos tinham deixado degradar de tal forma que fez com que algumas dessas salas de aula não pudessem ser utilizadas.

No que diz respeito à escola modelo, sim senhor, ainda me lembro até porque tive o privilégio de estar lá no dia da inauguração e também tive o privilégio de ouvir o que disse o Sr. Presidente do Governo Regional de então ao Sr. Ministro da Educação, de então, e o que é que disse o Sr. Ministro da Educação, de então, ao Sr. Presidente do Governo, de então, à porta da mesma escola. Se não sabe o que é que lhe disse eu posso-lhe dizer.

Também sei o que é que disse nesse mesmo dia a Sra. Presidente do Conselho Directivo da Antero de Quental a uma colega sua que estava na comissão instaladora dessa escola, por exemplo, no que dizia respeito às instalações o que ela queria era mais uma secretária para o quinto membro do Conselho Executivo da Antero de Quental, porque só tinha quatro secretárias e eram cinco membros.

De facto aquela escola era modelo da Europa, mas a outra ao lado nem uma secretária tinha para cada membro do Conselho Directivo.

No que diz respeito aos professores com habilitação profissional própria, devo dizer com muito gosto que este Governo instituiu bolsas de estudo, por exemplo, de matemática e de físico-química, que já suspendeu porque o número de bolseiros que temos é o suficiente para abastecer, numa primeira fase, a Região. O mesmo está fazendo no que diz respeito à música com as bolsas que instituiu.

Portanto, é nesse sentido que eu estou muito satisfeito, porque foi este Governo que criou incentivos para as áreas onde o mercado não abasteceu.

Por último, também lhe quero dizer que, Sr. Deputado Joaquim Machado, no que diz respeito à formação, felizmente, foi com o Governo do PS que se começou a cumprir uma norma que vinha no diploma que transferiu os serviços periféricos para a Região, consagrando devidamente a verba para a formação de docentes nesta Região.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apenas para prestar este esclarecimento que decorre da intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa.

A sua ausência de argumentos relativamente à razão do adiamento dos cursos do complemento de formação, comprova aquilo que eu havia dito. Os cursos foram, de facto, atrasados porque o Governo Regional não cumpriu as suas responsabilidades e compromissos para com a Universidade.

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)

O Orador: Sr. Secretário da Habitação, se pretende falar e participar neste debate faça o favor de se inscrever que nós depois conversamos.

(Voz inaudível do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos)

O Orador: Sr. Presidente, espero que V. Exa. tenha em consideração estas pausas das interrupções que me são feitas.

Relativamente às bolsas de estudo para matemática e para física, também convém lembrar que elas existiam há muitos anos. Não são uma medida nem uma inovação do Partido Socialista, muito pelo contrário é uma das boas heranças que os Srs., de facto, receberam.

Relativamente a construções escolares parece-me que um exemplo muito periférico dentro da nossa Região até pode dar bem o sinal daquilo que o Srs. são ou não capazes de fazer em termos de construções escolares e o exemplo é este:

No plano do Governo do ano de 1999, a propósito da ampliação da Escola Básica 2,3 da Graciosa, dizia: “a fim de a dotar de capacidade física para ali leccionar o ensino secundário. Início da empreitada 1999”. Novamente no ano de 2000, início da empreitada.

O Sr. sabe quando é que o Governo Regional tem uma dotação para que ela possa arrancar? No ano de 2002.

Sobre construções escolares estamos conversados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento sobre uma questão muito pontual e que foi aqui já por duas vezes referida e que tem a ver com o relacionamento financeiro entre o Governo e a Universidade num aspecto concreto, e apenas refiro-me a ele, que é a questão da formação de professores.

O Governo e a Universidade estabeleceram em 1998, se não me engano, um protocolo para formação de professores. Esse protocolo, aliás, tem um carácter relativamente inovador já que no resto do País a formação é paga através do financiamento das universidades, mas atendendo à situação específica ficou acordado determinado tipo de financiamento.

A universidade dos Açores apresentou as suas contas referente a 2000 e a parte que foi entendida como devendo ser paga, foi paga.

Agora, o que acontece é que a Universidade dos Açores, que também tem a ver com dificuldades financeira e de financiamento, resolveu pedir à Secretaria que fosse financiado o vencimento do conjunto de professores que estava destacado para esses cursos. Eu não tenho aqui os números comigo, mas isso é qualquer coisa que andaria, em cada um dos anos, em cerca de 20 mil contos. É essa a verba que a Universidade dos Açores reclama e que provavelmente lhe poderá ser paga, mas que já foi objecto duma reunião em que eu tive presente e teve também um dos Srs. Vice-Reitores em representação da Universidade e essa matéria foi devidamente acertada.

Também gostava de dizer que, por exemplo, algumas escolas de ensino superior do Continente que estão a fazer formação aqui nos Açores não nos tem cobrado essa parte, ou seja, aquilo que nós estávamos a pagar à Universidade dos Açores é semelhante àquilo que estamos a pagar, por exemplo, ao Instituto Politécnico de Leiria ou à Escola Superior de Educação de Lisboa para fazer cursos semelhantes. Aquilo que eventualmente pagaremos a mais tem a ver com outra componente que é o pagamento dos salários dos professores que estão a tempo inteiro ou quase a tempo inteiro nesses cursos.

É isto que se passa e não há aqui uma questão de dívida ou não dívida. Existe é uma questão financeira muito complexa dentro da Universidade e há por parte da Secretaria todo o interesse em viabilizar a formação, tanto mais que nós reconhecemos o esforço enorme que a Universidade dos Açores está a fazer neste momento, já que este ano lectivo, que agora está a decorrer, é um ano em que nós temos um número, sem precedentes, de pessoas em formação e isso implicou da parte da Universidade um esforço extraordinário.

Nós temos este ano 130 e tal docentes a fazer a sua profissionalização e dois cursos a decorrer também de complemento de formação pela Universidade dos Açores. Isto exigiu realmente um trabalho extra da Universidade e exigiu a contratação de recursos extra.

São estas as razões que estão por detrás disto e não uma questão de dever ou não dever.

Relativamente ao curso só arrancar em Outubro, é porque do ponto de vista financeiro era muito difícil à Universidade arrancar agora, não podendo o Governo adiantar todo o dinheiro que era preciso para que o curso arrancasse já, uma vez que vamos assumir custos de anos passados com esse pessoal, que em princípio não iríamos pagar. São estas as razões porque isto vai acontecer.

Por outro lado também para nós é conveniente que assim seja, porque na verdade nós não podemos dispensar do sistema educativo tantas pessoas para formação em simultâneo e há toda a conveniência em fazer coincidir o arranque dos cursos de formação com os anos lectivos, ou seja, evitar os meios anos.

Não existem nenhuma razão para além destas e elas são bem conhecidas da Universidade dos Açores.

Sobre estas matérias houve um entendimento entre mim e o Sr. Vice-Reitor da Universidade.

Sr. Deputado, não estou a ver qual seja o problema.

O que existe é um esforço muito sério do Governo Regional e da Universidade dos Açores para dar formação aos docentes e estamos a fazê-lo numa forma que, percentualmente ao número de docentes que nós temos, face ao resto do país, é seguramente 3, 4 ou 5 vezes mais do que aquilo que acontece a nível nacional e vamos acabar os complementos de formação mais cedo do que no resto do país, com o esforço conjunto do Governo Regional, da Universidade dos Açores, do Instituto Politécnico de Leiria e da Escola Superior de Educação de Lisboa que são as entidades envolvidas neste processo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A última resposta ao Sr. Deputado Joaquim Machado sobre construções escolares, para ficarmos arrumados sobre esta matéria.

Em 1987 o Presidente do Governo de então, acompanhando o Director Regional da Administração Escolar de então, foram à Maia apresentar a planta da escola que se ia fazer e que ia abrir já o concurso. Isto em 1987!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação.

A minha pergunta é muito directa e, portanto, também pode ter uma resposta muito breve.

Deve ou não a Secretaria Regional da Educação e Cultura dinheiro à Universidade dos Açores, resultante da realização de cursos de complemento de formação anteriores ao ano de 2001? Se sim, diga V. Exa. quanto? Se não, quando os saldou?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Essa questão foi respondida pela minha intervenção anterior.

Aquilo que eu disse e volto a repeti-lo foi que em relação aos cursos e não são os cursos de complemento de formação, mas sim cursos à profissionalização em serviço. É isso que está aqui em causa.

Em relação a esta matéria há um pagamento que correspondia àquilo que nós considerávamos como a parte que nós devíamos pagar que eram as viagens e os custos acrescidos e um pagamento que não foi feito que diz respeito ao pessoal que estava a ser utilizado nesses cursos e que são cerca de 20 mil contos ao ano. Não tenho aqui os números exactos comigo, mas se quiser posso-lhe dar isso e, aliás, também o Vice-Reitor também lhe poderá dar, porque reunimos sobre esse assunto.

Portanto, são essas as verbas que estão em atraso, porque houve uma diferente interpretação daquilo que era para ser feito. Uma parte dessas verbas já foram satisfeitas e as restantes serão liquidadas ao longo deste ano.

Esta é que é a real situação, conforme lhe poderá ser comprovado pela Universidade dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado Sr. Secretário pela sua resposta, porque, de facto, ela confirma parte do que eu havia dito.

Relativamente aos complementos de formação também ficamos a saber que eles não arrancaram em Março, porque a Secretaria Regional da Educação e Cultura não fez o financiamento que tinha acordado com a Universidade.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Adiantamento.

O Orador: Portanto, é esta a razão do adiamento como, de resto, eu posso comprovar por um despacho do Sr. Reitor que diz exactamente isso. Está aqui a prova e que é o facto da Secretaria não ter feito o financiamento anteriormente acordado para as próximas edições dos cursos de complemento de formação que levou ao adiamento de Março para Outubro.

Relativamente à percentagem de docentes que estão a fazer os complementos de formação, o Sr. Secretário sabe muito bem que quando a amostra é pequena facilmente nós ganhamos aqui percentagens elevadas.

Deputado Dionísio de Sousa (*PS*): Por acaso não está a falar de mortalidade infantil, pois não?!

O Orador: Por isso também rapidamente ganhamos o epíteto de termos mais aeroportos por habitante do país, talvez mais médicos por habitante do país, mas isso é fácil.

Sr. Deputado Francisco de Sousa, o Sr. tem razão quanto à Escola da Maia e também podia aduzir à Escola da Maia o caso da escola Secundária da Lagoa e voltava a ter razão, sendo certo que também teria razão e para tê-la devia acrescentar o que entretanto se foi fazendo na Região.

Mas, a propósito de algumas dessas obras que são apresentadas, que são iniciadas e que depois não se iniciam, eu já tive oportunidade de apresentar algumas e posso voltar, se o Sr. assim pretender, a indicar mais algumas e uma delas é aqui a Escola Secundária da Horta que estando prevista para abrir no ano de 2004, só nesse ano vai ter dotação para se começar a construção, ou seja, vai começar a ser construída quando devia estar concluída. Mas o mais grave é que já o Plano de 99 dizia que se iniciava a construção nesse ano; o de 2000 continuou a dizer que se iniciava essa construção.

Portanto, os Srs. andaram a mentir, como também andaram a mentir aos eleitores de S. Miguel quando disseram que a Escola da Levada ia ser construída e passados apenas 3 ou 4 meses o Sr. Secretário da Educação veio explicar a um jornal, na sequência duma notícia, que afinal a escola tinha sido objecto duma redefinição de prioridades em 97. Está no jornal e o Sr. nunca desmentiu.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Lá vem o Sr. outra vez com o jornal!

O Orador: Não gostam do jornal, então eu vou explicar, já que duvida tanto dos jornais,...

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Nós gostamos do jornal em todas as suas componentes!

O Orador: ... com o manifesto eleitoral do PS para a ilha de S. Miguel,...

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Não me diga!

Deputado Francisco de Sousa (*PS*): Que deu o resultado de 12-6!

O Orador: ... com algumas fotografias, umas sempre bem mais simpáticas do que outras, como tudo na vida, em que diz na Educação:

“1º ponto – Construção de novos edifícios escolares:

EB 2,3 e Ensino Artístico de Ponta Delgada”.

A conhecida Escola da Levada, também já baptizada antes de ter sido gerada de Natália Correia.

Deputado Francisco de Sousa (*PS*): Os Srs. é que baptizaram!

O Orador: Foram os Srs. que colocaram isto no papel e distribuíram pelos eleitores de S. Miguel...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, agradeço que conclua, pois o seu tempo já se esgotou.

O Orador: ... e depois têm o descaramento político de vir dizer que três anos antes já tinham redefinido a prioridade.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Parecendo não haver mais inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas importantes zonas populacionais da Ilha de São Jorge continuam sem cobertura de Rede de

Telemóveis – A zona do Topo e a zona dos Nortes.

As populações sentem-se discriminadas pelo facto de as novas tecnologias chegarem a estes lugares sempre muito mais tarde do que às restantes zonas da nossa Região.

Na realidade, este assunto já deveria estar completamente resolvido.

Não se conhecem diligências de responsáveis governamentais junto das Empresas que operam nos Açores para que se proceda à montagem do equipamento necessário à cobertura integral da ilha.

Julgamos que, até agora, apenas os órgãos autárquicos intervieram nesta matéria, insistindo por diversas vezes directamente com essas empresas, chegando mesmo a disponibilizarem alguns meios para apoiar o operador que chegasse em primeiro lugar a esses mercados.

Até agora nada se conseguiu e as populações do Topo e dos Nortes continuam a ser penalizadas por viverem em zonas mais isoladas, como acontece, de resto, em muitas outras situações.

Uma intervenção directa do Governo Regional, com o seu peso institucional, seria bastante conveniente. Seria oportuna e poderia eventualmente ser decisiva.

Gostaria então de saber se o Governo Regional está ou não na disposição de incentivar as referidas empresas a procederem à montagem dos necessários equipamentos que permitam a cobertura destas duas zonas bem distintas da ilha de São Jorge.

Disse.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje vou falar de cooperativismo. Como sabem, São Jorge é uma ilha com tradição em cooperativas, sobretudo de Lacticínios. Em 1927 aparecia a primeira e nos vinte anos seguintes, até 1947, foi o suficiente para se construírem as actuais 9 existentes e mais algumas que no entretanto, por uma razão ou por outra, se foram dissolvendo.

Estão divididas por toda a ilha, três no Concelho da Calheta e seis no Concelho das Velas, tem sido através delas que se tem mantido, nas últimas décadas, a produção do Queijo de São Jorge, que para mim, é tão só o melhor de todos os queijos com leite cru de vaca.

Todas elas, para além de serem a base da economia da freguesia a que pertencem, exercem também uma função social muito importante. São, por vezes, a única entidade empregadora e muitas são as vezes que se geram discussões importantes entre Associados e Directores. É a vida das freguesias e da própria Ilha que está em jogo.

Fala-se da Cooperativa com o mesmo respeito que se fala da Igreja. Os Associados das Cooperativas sabem que a sua economia e do seu agregado familiar depende do sucesso ou do insucesso da sua cooperativa. A seguir à família, os cooperantes gostam mais é da sua cooperativa.

Em São Jorge há quase oitocentos cooperantes. Quando Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia, havia algum receio das cooperativas, em não conseguirem responder às exigências dos consumidores, quer em qualidade, quer em quantidade, e sobretudo em preço, uma vez que muita gente dizia que tudo o que vem de fora é que é bom. Algum do queijo vindo de fora, era semelhante ao nosso mas vinha com melhores preços e melhor apresentação, mesmo assim conseguimos sobreviver.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso queijo tem cerca de quatrocentos anos. É um monumento. Foi evoluindo ao longo dos anos. Eu quando vejo um Queijo de São Jorge, penso: Quantos conflitos? Quantas desilusões, tiveram os nossos antepassados, para ele chegar até nós? Foi em pequenas queijarias, que existiam um pouco por toda a ilha, que ele sobreviveu até aos nossos dias. A título de curiosidade, só na minha Freguesia existiam três.

O leite é um produto que passando um minuto já não é como no minuto anterior, é um produto que se degrada, no entanto hoje com o frio consegue-se atrasar essa degradação. Como sabem, o leite depois de mungido, tem cerca de duas horas que se mantém mais ou menos como saiu do úbere da

vaca, ou seja, a flora microbiana não aumenta, há até quem diga que ela diminui, isto é, que há um efeito bactericida. É nessas duas horas que tem de ser entregue na fábrica.

Em minha opinião isso só se consegue com a actual estrutura tal como está montada. Todo o lavrador que mungir as suas vacas e entregar o leite nas duas horas seguintes, está a prestar um bom serviço à sua cooperativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa Indústria de Lacticínios não introduz nada no nosso produto, funciona somente à base da flora microbiana natural, e oxalá que nunca o faça. É só leite cru de vaca, coalho e sal, porque se introduzirmos novos fermentos, vamos alterar a proporcionalidade da flora das nossas bactérias naturais que é que dá a especialidade do nosso queijo e a impossibilidade de o imitarem.

Se nós introduzirmos outros auxiliares de fabrico, utilizados em todo o mundo, nós estamos a aproximar, ou melhor, a diminuir a distância que existe do nosso queijo para os queijos parecidos com o nosso. Pelo contrário, eu penso que nós temos é que potenciar condições que tornem cada vez mais difícil a sua imitação. Uma das razões para que o nosso queijo seja excelente, tem de ser um leite de superior qualidade.

Para conseguirmos esse leite são necessários três aspectos: Vacas saudáveis, transporte rápido desde a ordenha até à fábrica, e ordenha higiénica. O nosso lavrador tem de ter muito cuidado, sobretudo com as células somáticas, e com as infecções mamárias que são terríveis para o nosso produto.

Nós temos que melhorar sempre o nosso queijo. Melhorar não significa modificá-lo. A qualidade microbiológica do nosso produto, tem de ser o mais resguardada possível. Temos de dar condições para que a flora láctica que permite um bom fabrico, se sobreponha sempre à flora má, digamos assim, que é natural que venha sempre, uma vez que trabalhamos com leite cru.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O leite chegando bom à fábrica, também aí, tem de ser bem cuidado. Tem de haver, também em relação ao fabrico, muitos cuidados. A fábrica tem de estar muito bem lavada e desinfectada, os operários tem que ter uma mentalidade de perfeição, toucas na cabeça, batas limpas, calçado apropriado, enfim, todas as regras de sanidade bem respeitadas. Sendo assim, o nosso produto vai continuar por muitos e longos anos, a ser diferente dos outros, mantendo assim o orgulho dos Jorgenses, em particular, e dos Açorianos em geral, como um dos melhores queijos da Europa.

As nossas Cooperativas, a meu ver, têm de ser empresas geridas com rigor e profissionalismo, para o bem da Ilha, dos Agricultores e da Região. São Jorge, em minha opinião, é uma ilha com um produto tradicional de inegável valor, temos é que continuar a defendê-lo e a produzi-lo com o máximo cuidado, sob pena de, se não o fizermos, estarmos a hipotecar o nosso futuro e das gerações vindouras.

Disse.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Manuel Silveira é efectivamente verdade. A Ilha de S. Jorge é uma ilha com tradição no sector cooperativo.

Também disse e referiu que a seguir à família os jorgenses gostam mais é da sua cooperativa. Talvez não se aplique assim, talvez não se aplique assim ao Sr. Secretário Regional, porque na sua última visita saiu algumas notícias dizendo que as cooperativas de S. Jorge podem fechar. As que não tiverem condições de sobrevivência terão mesmo de fechar.

Portanto, isto vem contradizer um pouco a parte social que o Sr. trouxe aqui na sua intervenção e que eu concordo.

Mais uma coisa se veio a confirmar na visita do Sr. Secretário à ilha de S. Jorge que durante a campanha eleitoral em Outubro, eu, que não sou formado em economia, sempre disse que o aval não era o saneamento financeiro. Cinco meses depois veio confirmar-se que, enquanto os produtores têm agora o seu rendimento disponível no prazo de dois meses, com o tal aval, continua

por resolver o problema do saneamento financeiro das cooperativas de S. Jorge. Isto foi o que os directores das cooperativas disseram, ou seja, cinco meses depois vieram dar-me razão.

Eu sei que é uma medida responsável e também sabemos que as cooperativas, efectivamente, aproveitaram bem o aval dum milhão. Quanto a essa matéria estamos de acordo.

Agora, espero bem que o Sr. Deputado mantenha essa posição “firme” que fez na sua intervenção para que, efectivamente, as cooperativas não fechem na ilha de S. Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eleito pelo Circulo eleitoral de São Jorge, nascido e residente nesta Ilha, é condição, por si só mais do que suficiente para justificar o meu particular interesse por aquilo que mais a caracteriza. Referir-me-ei, como certamente já se aperceberam, às suas singulares Fajãs que, são autênticos encantos espalhados por entre a agressividade das suas falésias e, assumidas por direito próprio, como sendo o ex-libris de São Jorge, de longe, seu mais forte cartaz turístico. Fruto do bom gosto dos nossos antepassados que, com engenho e arte, souberam criar este modelo único da ocupação do espaço físico onde tudo se conjuga numa perfeita harmonia hoje, estes lugares oferecem uma paisagem de grande especificidade e beleza.

Falar das Fajãs de São Jorge é também uma forma aligeirada de homenagear um povo e a sua simplicidade que encarou adversidades e imposições mas soube vencer, construir, respeitar e doar um património que hoje é de todos. Foram autênticos heróis que a troco da sua sobrevivência edificaram casas, construíram caminhos, desbravaram terrenos e, entre a linha da costa e o cume das serras, ergueram centenas de milhar de quilómetros de muros em alvenaria, única forma de segurarem as terras que lhes davam o pão.

Ainda antes de abordar directamente o assunto que mais me levou a fazer esta intervenção, aproveito a vossa paciência para em memória de quem nos legou tão rico património, deixar nesta Casa uma pequena nota história que valoriza, sobremaneira este povo, e mobiliza-nos no respeito pela obra que edificaram.

Servindo-me do exemplo da Fajã dos Vimes e, segundo o historiador Padre Manuel Azevedo da Cunha, este lugar, no princípio do século XVII, já estava devidamente habitado e com auto-suficiência alimentar. Possuía vinhas, pomares, regadios de inhames e terras de sementeira mas, por infelicidade dos ocupantes da época todo este território pertencia a Jerónimo Corte Real, cujo neto, o Conde de Aveiras, a 20 de Novembro de 1681, vendeu-o a Francisco de Sá Salazar, residente na Cidade de Angra do Heroísmo e este por sua vez passou este património a Caetano de Rocha e Sá, limitando-se a população deste lugar a desbravar e a cultivar o terreno, que não lhe pertencia, pagando o contributo pela ocupação do respectivo espaço, traduzindo-se tal facto num autentico modelo de escravatura!

Felizmente, no princípio do ano de 1755 ventos desfavoráveis a tão vincada injustiça social, fizeram chegar a São Jorge o juiz de fora, o Dr. João Ricardo Galhano que, solidário com o sofrimento deste povo, escravizado, informou o Governo Superior do que se passava e em consequência disso o Rei D. José, por Carta Régia de 24 de Outubro do mesmo ano, mandou entregar as propriedades a quem as cultivava, traduzindo-se este acto, para este povo, na sua verdadeira carta de alforria.

Mas outra infelicidade bateu à porta de tão sofredora população. A 9 de Julho de 1757 ocorreu um violento terramoto que destruiu todo o parque habitacional da Fajã dos Vimes e matou mais de metade da sua população mas, os sobreviventes, com tenacidade e de mangas arregaçadas em pouco tempo reconstruíram seu novo espaço, esforço que pôs por terra a ganância dos descendentes de Caetano da Rocha, que tudo fizeram para anular a acima referida Carta Régia de D. José I

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os Jorgenses, felizmente, cultivam um profundo respeito e carinho pelas suas Fajãs, bem patente na mobilização da sociedade civil que cada vez mais se organiza. Começam a surgir Associações devidamente constituídas e algumas já com provas dadas ao nível do seu proficuo trabalho - Abaixo apresento dois importantes exemplos:

1º- Exemplo:

Presentemente a Associação dos Amigos da Fajã da Caldeira de Santo Cristo está a levar a cabo, e com êxito, um plano de intervenção na respectiva lagoa, nomeadamente o controlo do avanço do cordão de protecção e a desobstrução do canal de comunicação com o mar.

Trata-se da concretização de um sonho dos Jorgenses, sempre, mas sempre desfraldado pelos Governos do PSD que durante mais de duas décadas negligenciaram a supracitada intervenção e à sombra da sua manifesta incompetência diziam que era impossível fazer chegar a necessária máquina a esta Fajã.

O 1º Governo Regional do Partido Socialista, com uma visão diferente e correcta sobre este problema, adquiriu uma máquina escavadora hidráulica de rastos para a execução destes trabalhos e constituiu um protocolo com a supracitada Associação, dando-lhe meios e a possibilidade de participarem nesta necessária acção, obviamente com a dependência técnica do Executivo Regional. Consideramos que foi uma boa medida para dignificar esta área ecológica especial, criada por Decreto Legislativo Regional nº6/89/A e hoje integrada na rede Natura 2000.

2º Exemplo:

A Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, é outra das Instituições que tem evidenciado, sobremaneira, a sua vitalidade e vontade de servir. Os seus Estatutos traçam como seus principais objectivos a protecção, conservação e preservação do seu património arquitectónico, cultural, ecológico e paisagístico, bem como desenvolver acções que tenham por finalidade a defesa do interesse comunitário desde que respeitem os princípios acima referidos.

A Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes à conta de ajudas financeira do Governo e de outras ajudas públicas e particulares, irá concretizar uma das mais relevantes aspirações das populações deste lugar. Trata-se da construção de um pequeno pontão marítimo que também foi prometido durante 20 e tal anos e em todas as campanhas eleitorais por governantes e autarcas do PSD que mais não fizeram do que cruzar os braços perante os desespero e a angústia de quem aos poucos e impotentemente viu desaparecer o seu apeadeiro marítimo.

Lamento que o peso de consciência e o desespero de quem suportou executivos que não deram corpo às suas promessas se sintam incomodados com parcerias entre o Governo e a comunidade açoriana para a concretização deste e de muitos outros importantes objectivos ou então duvidam que os subsídios de hoje tenham o mesmo destino de alguns que foram dados no passado por outra cor política e com destinos incertos.

O citado pontão fez parte do manifesto e dos Planos do anterior Governo Regional aprovados nesta Casa. A Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes estava ao corrente disso e pediu a um reconhecido técnico deste País, de obras marítimas e portuárias, a feitura de um projecto que acabou por ser gentilmente oferecido pelo seu respectivo autor. O mesmo, a 9 de Setembro de 2000, obteve a competente aprovação por parte Direcção Regional de Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

Reunidas estas condições, a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes deu o passo seguinte e solicitou ao Executivo Regional apoios financeiros para esta obra e a sua intervenção neste processo, assunto que foi acarinhado e mereceu, pouco tempo depois a aprovação em Conselho do Governo.

Seguiu-se, por parte desta Associação os necessários pedidos financeiros a três Secretarias Regionais, Agricultura e Pescas, Habitação e Economia e avançou-se para protocolos sobre esta matéria, em que a cláusula que certamente mais importa à opinião pública e pressupostamente a alguns Senhores Deputados refere que a acima citada Associação terá que apresentar, no fim da obra, todos os documentos de despesa e assim será feito com muito gosto e, na certeza absoluta que estas importâncias serão convenientemente utilizadas.

No exercício da política a tarefa mais nobre é servir e é nesta perspectiva que me encontro. Sei que a Câmara Municipal da Calheta é a entidade vocacionada para a construção deste pontão de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº. 17/94/A, mas, infelizmente, nunca manifestou interesse efectivo na realização deste objectivo, único motivo que levou a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes a envolver-se neste trabalho mas, tarde é o que nunca chega, pelo que ainda esperamos e contamos com a colaboração desta Autarquia.

Voltando às questões de fundo não posso deixar passar esta oportunidade sem referir o incondicional empenhamento do Governo Regional em relação às Fajãs de São Jorge, materializado

em diversos eventos, nomeadamente workshops, no diploma que criou o Decreto Legislativo Regional n.º 32/2000/A - Medidas cautelares de preservação e salvaguarda do património natural e cultural das Fajãs de São Jorge, a prioridade ao nível da elaboração dos planos de ordenamento da orla costeira, e nas intervenções que já se iniciaram nestes lugares, (com destaque para a protecção da orla marítima da Fajã dos Vimes) do trabalho que está a promover com os Amigos das Associações das Fajãs de São Jorge e por último o seu verdadeiro entusiasmo pela criação de um ambicioso Parque Natural que ordene algumas destas riquíssimas fajãs.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

O Sr. Deputado no final da sua intervenção, em vez de dizer aquela palavra mágica que nós usamos, “Disse”, olhou para mim e não sei se queria que eu lhe dissesse alguma coisa.

O Sr. Deputado fique descansado, porque os Deputados do PSD não estão contra as Associações, antes pelo contrário.

O Sr. ali daquela tribuna disse uma verdade e eu já disse aqui deste lugar onde estou que o Partido Social Democrata e eu próprio queremos que o Governo governe bem.

O problema da Caldeira de Santo Cristo foi resolvido pelo Governo do PS conjuntamente com a Associação dos Amigos da Caldeira de Santo Cristo. Já o disse publicamente e reafirmo-o aqui outra vez. Estamos todos de parabéns. Ficaram resolvidos e esta Associação trabalhou e tem trabalhado muito bem.

O Sr. insinuou, e acho até que disse, que nós estávamos incomodados com uma outra associação que por acaso, e penso que a Câmara não sabe, mas já agora a título de informação, o Sr. é o Presidente da Direcção. Nós não estamos incomodados com nada disso. O Sr. Deputado, em meu entender, é uma pessoa de bem e irá administrar bem todo o dinheiro que o Governo Regional lhe der para subsidiar a associação. Mas, Sr. Deputado, há aqui uma pequena diferença: na altura em que os Amigos da Caldeira de Santo Cristo assinaram um protocolo, era então Secretário o Dr. Fernando Lopes, teve a gentileza de convidar os Deputados e outras forças vivas, assinámos o protocolo, foi simpático e deu-me uma cópia do protocolo. Isto é que é transparência. Nós ficámos a saber os quantitativos, os prazos etc.. Ficámos a saber tudo.

Eu não duvido de si, mas o Partido Social Democrata fez um requerimento, não pensando, longe de mim tal pensamento, que o Sr. ia fazer alguma coisa com o dinheiro. Por amor de Deus.

Achei que o Sr., com tantos anos que tem desta Casa, teria sido de bom tom, desde logo sendo o Sr. o Presidente da Direcção que não tinha que lembrar ao presidente, mas sim lembrar-se a si mesmo, tinha feito isso, se calhar, com mais algum...

Deputado Francisco Sousa (PS): Pompa e circunstância!

O Orador: ... acto mediático. Se tinha ido às Furnas, se calhar tinha feito assim e nós tínhamos sido convidados e não se levantava dúvidas depois, porque nós tínhamos o protocolo.

Portanto, concordo plenamente com o que o Sr. disse ali.

Quero dizer mais uma vez que o Governo do Partido Socialista resolveu o problema da Caldeira de Santo Cristo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Não digas nada!

Deputado António Gomes (PS): É isso mesmo, é melhor não dizer nada!

O Orador: Eu digo, porque oposição construtiva é assim mesmo, agora o Sr. durante 20 anos foi o clube do maldizer. Nós, quando está bem, dizemos que está bem e dá-nos a legitimidade para no dia seguinte se estiver mal, cá estamos também para dizer que está mal. Sr. Deputado a diferença está aqui e ela é muito grande.

Sr. Deputado, que fique claro para os jorgenses que os deputados do PSD de S. Jorge não estão contra a “sua” nossa Associação, porque as Fajãs, de facto, são património de S. Jorge.

Ficamos muito felizes com tudo o que as outras associações e a sua possam fazer a bem da nossa ilha.

Eu usei da palavra não para contestar, como reparou, mas sim para subscrever, para reconhecer e para esclarecer.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes, presumo que para um esclarecimento sobre as Fajãs, que são património dos Açores.

Deputado António Gomes (PS): Isto tem pouco que esclarecer, mas de qualquer forma vou usar da palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria o Sr. Deputado divagou muito, mas ao nível da prestação de esclarecimentos não sei o que lhe possa dizer mais.

Contudo, Sr. Deputado, quero referir o seguinte:

O Sr. Deputado evidenciou aqui uma falta de cuidado da sua parte, como Deputado Regional, que tem também a missão de fiscalizar o Governo.

O Sr. Deputado acabou de dizer que não leu os Jornais Oficiais.

Deputado Mark Marques (PSD): Li e por isso é que fiz o requerimento!

O Orador: Então se leu os Jornais Oficiais viu lá os protocolos. Está lá o protocolo da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes.

Relativamente ao facto de não o ter convidado para a assinatura deste protocolo, eu quero referir ao Sr. Deputado que por uma questão, talvez, de alguma humildade da parte da Associação de Amigos da Fajã dos Vimes não se deu a devida imponência a esse acto. Esse acto não passou da assinatura dum protocolo entre a direcção da Associação e os Membros do Governo e não houve solenidade nenhuma relativamente à assinatura desse protocolo. Parece-me que fui bem claro.

Infelizmente a população da Fajã dos Vimes, estou a falar para si, não sei se está interessado, assistiu ao desaparecimento do seu único apeadeiro marítimo e por negligência do Governo Regional, como sabe, em 1980 o mar começou a afectar o antigo porto da Fajã dos Vimes e como o Governo não fez lá nenhuma intervenção nem tão pouco a autarquia que também se podia ter entusiasmado por esse assunto, acabou efectivamente por todo o cais ter sido destruído pelo mar.

Este Governo entendeu que esta situação devia ser encarada doutra forma e que aquele lugar merecia, de facto, um pequeno pontão e foi nesse sentido que isso já estava contemplado no Programa do Governo e foi também nesse sentido que o Governo chamou a sociedade civil para levar por diante, neste caso a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, essa obra portuária.

A população da Fajã dos Vimes está satisfeita e naturalmente este Governo vai ficar conhecido por este investimento que irá ser feito.

Sobre esta matéria não tenho mais nada para lhe dizer.

Relativamente à questão dos subsídios, o Sr. não me venha para aqui falar de subsídios, porque se o fizer eu vou trazer aqueles subsídios que não se sabe qual foi o destino que eles tiveram e não tenho problema nenhum.

Vozes do PSD: Traga!

Deputado João Cunha (PSD): Deve estar a lembrar-se daqueles subsídios que o actual Presidente da Câmara de Angra distribuiu!

Deputado Mark Marques (PSD): Então o Sr. não fiscaliza? Não leu o Jornal Oficial?

O Orador: Posso falar, por exemplo, em subsídios atribuídos a autarquias para recuperar parques escolares em S. Jorge que nunca foram aplicados nessas obras, mas sim na compra de cimento para distribuírem ao domicílio.

Presidente: Sr. Deputado António Gomes, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Posso falar noutros subsídios que foram para o Museu do Queijo de S. Jorge que ainda hoje não sei onde isso fica.

Posso falar de subsídios que foram para pessoas, pseudo-empresários na área do turismo, que não sei o que é que eles fizeram e muitas outras coisas.

Presidente: O Sr. Deputado terminou o seu tempo.

O Orador: Agora fico-me por aqui, mas havemos de ter outra oportunidade para falar sobre isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou intervir sobre este assunto apenas para mostrar a minha preocupação com algumas coisas que aconteceram relativamente ao projecto, ou melhor ao desenho, porque aquilo nem sequer chega a ser projecto, do pontão da Fajã dos Vimes.

Ouvi há pouco que tinha havido três pareceres de três Secretarias sobre aquele projecto.

Deputado António Gomes (PS): Está a ouvir mal!

O Orador: Eu devo dizer aos Srs. que a Câmara da Calheta quando recebeu aquele desenho automaticamente pediu um parecer técnico à CONSULMAR e é esse o motivo que tem atrasado a resposta da Câmara, porque, de facto, ainda não tivemos esse parecer.

Também percebo a razão porque nós não conseguimos ter esse parecer, é porque, por exemplo, a memória justificativa do Projecto diz assim, frases como esta: “Nunca este portinho foi esquecido em vésperas de eleições por partidos políticos e candidatos”. Isto é duma memória descritiva dum projecto para um porto?!

(Risos da bancada do PSD)

Deputado João Cunha (PSD): Está tudo dito, não diga mais, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso foi antes do curso!

Deputado João Cunha (PSD): Quem foi o autor desse pseudo-projecto?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ao que chegámos!

O Orador: É evidente que a Câmara Municipal da Calheta e o Grupo Parlamentar do PSD pretende que se faça um portinho na Fajã dos Vimes, mas também é preciso não esquecer os outros portos e eles têm sido esquecidos pelos governos sucessivos, começando nos governos do PSD e já lá vão 5 anos de governo do PS e continuamos exactamente igual relativamente aos outros portos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Há sempre um porto desconhecido!

O Orador: Portanto, também não estou a ver, da parte dos Srs., uma política que mereça ser aqui elogiada sobre esta matéria.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sinceramente, Sr. Deputado Aires Reis, os caminhos que trilhou não foram os melhores. O Sr. acabou mais uma vez de revelar os seus poucos conhecimentos relativamente a esta matéria.

O Sr. Deputado acabou de ler a introdução duma memória descritiva. Foi o que o Sr. acabou de ler e na introdução, de facto, refere isso.

Mas ainda lhe vou dizer o seguinte:

Quem tem competência para aprovar esse projecto é a Direcção Regional de Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

O Sr. Deputado demonstrou aqui uma falta de ética...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é subjectivo!

O Orador: ... porque a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes...

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado concluir o seu raciocínio.

O Orador: ... para sensibilizar a Câmara Municipal a ser parceira desta obra, porque não podemos politizar estas coisas conforme os Srs. fazem, fizemos diligências junto da Câmara da Calheta dando conhecimento dessa obra, porque não compete à Câmara da Calheta licenciar essa obra, remetendo alguns desenhos do projecto para terem a noção do que era a obra.

De resto, eu disse ali na minha intervenção que o projecto para o pontão da Fajã dos Vimes foi feito por um dos técnicos deste país mais envolvido em obras portuárias e terei muito prazer em mostrar a peça originária, assinada por esse respectivo técnico. Portanto, sobre este assunto estamos entendidos.

Relativamente à memória descritiva, e vou repisar essa questão. A Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes pediu a colaboração da Câmara Municipal da Calheta e remeteu algumas peças, aquelas que interessava à Câmara para saber qual era volumetria da obra e fez uma pequena nota introdutiva da memória descritiva onde refere, de facto, que durante 20 anos aquela população desejou e esperou por esse porto.

Deputado Mark Marques (PSD): Durante muito tempo!

O Orador: Já que trouxe para aqui este assunto, Sr. Deputado Aires Reis, vou-lhe dizer uma coisa que me desagrada muito e que é o seguinte: o local onde se vai construir o pontão da Fajã dos Vimes é precisamente o sítio onde os Srs. foram lá depositar lixo já depois de terem convocado a comunicação social e terem organizado um workchop sobre medidas preventivas para as Fajãs de S. Jorge. Já depois disso os Srs. foram colocar lixo no local onde a obra vai ser feita e nós há 4 meses que andamos a pedir aos Srs. para irem lá limpar o lixo para ver se arrancamos com essa obra.

Deputado Mark Marques (PSD): Essa última parte era para a Assembleia Municipal, Sr. Deputado!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero-lhe dizer que a Câmara não foi lá depositar lixo, mas sim depositar entulho, partindo do princípio que iria servir exactamente para a obra que se ia fazer.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Entulho no bom sentido!

O Orador: Em segundo lugar, não é falta de ética. Quem trouxe aqui este assunto à baila foi o Sr. e o Sr. sabe perfeitamente que o projecto não está assinado, mas posso-lhe garantir que a Câmara vai pedir-lhe o projecto completo para vermos se está assinado e se tem mais peças do que aquelas que o Sr. enviou. O projecto não está assinado.

Deputada Berta Cabral (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado, se o Sr. acha, de facto, que a Câmara devia ser parceira na construção deste porto, não fazia sentido a Câmara ter o projecto completo? O Sr. manda 3 folhas. Isto é uma memória descritiva que se apresente para um porto, quando para uma garagem é preciso mais folhas do que estas?

Deputada Berta Cabral (PSD): É o que há!

O Orador: Sinceramente, Sr. Deputado, parece-me que vai ter que arranjar outros argumentos, porque estes não valem.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Duma forma muito precisa e concisa gostaria de saber concretamente, se fosse possível informar-me, porque o Sr. Deputado Aires Reis leu aí a memória descritiva, como é que teve acesso a essa memória descritiva, uma vez que isso é um documento particular que deu entrada numa autarquia local para desencadear um determinado processo?

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi um sócio da liga dos amigos que lhe deu!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi por carta anónima!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para repetir aquilo que já disse.

O Sr. Deputado Aires Reis, que por sinal também é vereador da Câmara Municipal da Calheta, tem aquele documento porque eu de boa fé, na qualidade de Presidente da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, enviei para a Câmara, mas ele não tem nada que me exigir um documento completo, porque não é a Câmara Municipal da Calheta que tem competência para aprovar esta obra.

Deputado Mark Marques (PSD): Está respondido!

O Orador: O que aconteceu aqui foi que ela foi aprovada pela entidade competente.

Nós de boa fé, naquele espírito de boa colaboração e pensando que a Câmara até gostaria de ficar na fotografia, porque só lhe fica bem. Mas os Amigos da Fajã dos Vimes vão saber qual é a postura da Câmara Municipal neste investimento, sobretudo por aquilo que o Sr. Deputado Aires Reis disse aqui dentro.

Portanto, para que nós pudéssemos estar todos envolvidos, sem cartas na manga, neste investimento tivemos esta postura.

Eu tenho uma leitura diferente sobre esta matéria. O Sr. fique com a sua leitura que os Amigos da Fajã dos Vimes e a sua população há-de saber qual é a interpretação que a Câmara Municipal da Calheta e nomeadamente o Sr. Vereador e Deputado Aires Reis dá a esta matéria.

Deputado Mark Marques (PSD): Não vá para lá mentir, porque nós mandamos o diário das sessões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis. Quero informá-lo que o PSD tem apenas 2 minutos.

Deputado Aires Reis (PSD): É o suficiente.

Deputado Victor Cruz (PSD): Não precisa responder, porque já está respondido.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sinceramente admiro-me muito da pergunta que me fez.

É evidente que recebi isto através da Câmara, porque, como sabe, sou autarca e tenho esse direito.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah! Aí está a resposta. O Sr. é autarca e por isso teve acesso a esse documento.

Meus caros amigos estão a ver que nunca é cedo de mais!

O Orador: Exactamente, foi nessa qualidade que tive acesso a esse documento.

Sr. Deputado António Gomes, quero-lhe dizer que tenho o maior gosto que a população saiba qual é a nossa posição aqui e a posição da Câmara Municipal e qual é a postura de ambas as partes.

A postura da Câmara Municipal da Calheta é uma postura responsável, porque não embarcou numa coisa qualquer, sem um projecto devidamente assinado e com um parecer técnico como devem ser feitas as coisas.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ficou esclarecido?! Não há incompatibilidade!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou terminar com este debate, porque não chegamos a lado nenhum.

Lamentavelmente registo que a Câmara da Calheta não quer colaborar neste investimento.

O processo está perfeitamente legalizado, a obra vai fazer-se e o Sr. Deputado há-de estar presente e será um dos convidados para a inauguração desse investimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis. O cronómetro salvou o Sr. Deputado. O Sr. tem um minuto.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ainda vou guardar 30 segundos para daqui a pouco.

Sr. Deputado António Gomes, o Sr. já está habituado a fazer esse tipo de conversa, mas devo-lhe dizer que toda a gente no Concelho da Calheta sabe que a Câmara se vai associar a essa obra, quer a essa obra, quer a muitas outras. De resto, o Sr. já recebeu por escrito essa intenção da Câmara.

Portanto, o que está a dizer não corresponde à verdade. Não sei porque é que fala dessa forma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero pedir desculpa por trazermos para aqui assuntos que têm mais a ver com uma reunião da Assembleia Municipal, mas já que as coisas foram conduzidas nessa perspectiva, gostaria de informar esta Câmara de que há já 4 meses, depois dessa boa disponibilidade da Câmara Municipal da Calheta, que andamos à espera que limpem a lixeira que fizeram lá, precisamente onde se vai fazer a obra. Há 4 meses que fizemos um pedido a solicitar à Câmara que, com a máxima urgência, nos limpasse aquela zona para efectivamente arrancarmos com a obra. Entretanto já se passaram 4 meses. Isto é uma prova clara da boa vontade dessa autarquia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento o Sr. Deputado António Gomes ter trazido para aqui um assunto que era para a Assembleia Municipal,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Cada um traz o que pode!

O Orador: ... mas vou dizer-lhe o seguinte:

Sr. Deputado, não existe lixo lá. Existe entulho. O Sr. sabe disso e não está a ser correcto quando afirma que a Câmara foi depositar lixo naquela zona. O que lá existe é entulho.

Além do mais já foi pedido ao Sr., na qualidade de Presidente da Associação, um plano de trabalhos e esse ainda não chegou.

Deputado António Gomes (PS): Desculpe, já foi entregue há 4 meses.

O Orador: É esse o motivo, porque isso acontece.

Sobre este assunto não vou intervir mais.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, creio que está esgotado o tema e estando suficientemente esclarecida a questão e não havendo mais inscrições na Mesa, damos por terminado este Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos passar de imediato ao **Período da Ordem do Dia** com a apresentação de uma Proposta de Resolução, do Partido Socialista, conforme informei hoje na abertura dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A cultura centenária do chá em São Miguel e sua conseqüente transformação revestem hoje um carácter único na Europa.

Esta cultura industrial desempenhou um papel relevante no âmbito económico-social, em especial no Concelho da Ribeira Grande, dado que foi neste que se localizaram a maior parte das fábricas e onde as áreas de cultivo atingiram maior extensão.

Das várias fábricas ligadas às famílias Faria e Maia, Corte Real Estrela, Melo Arruda, Alvares Cabral, José do Canto e Jacôme Correia, hoje sobrevive a Fábrica de Chá Gorreana, fundada em 1883 pela família Gago da Câmara, e que Jaime Hintze, transformou de indústria caseira em indústria mecanizada, aliás a única que se encontra em laboração, produzindo actualmente cerca de 40 toneladas, que se destinam ao consumo interno e à exportação.

Esta indústria, nos nossos dias, apresenta uma mais valia de carácter turístico, dado que esta chega a ser visitada diariamente, na época alta, por centenas de turistas.

Outra das fábricas que ainda sobrevive, mas em mau estado de conservação, que poderá ser considerada um dos melhores exemplos de arqueologia industrial é a Fábrica de Chá Micaelense, actual Fábrica de Chá Mafoma que se localiza na Ribeira Seca da Ribeira Grande, que possuía 200 alqueires de chá, e que até 1974 laborou e comercializou o chá de cultivo próprio.

Este exemplar, bem como todo o seu equipamento, são o melhor testemunho relativo a esta cultura industrial e não poderá seguir os mesmos caminhos da primeira fábrica de chá, fundada por José do Canto, nas imediações da Caldeira Velha da Ribeira Grande, que nos anos 70 ainda laborava e de que hoje não existe qualquer vestígio da sua existência.

Todavia foi recentemente restaurada e entrará brevemente em laboração a antiga fábrica da Família Faria e Maia, no Porto Formoso, um exemplo de uma aposta familiar, que vê neste projecto uma alternativa viável em termos económicos, apostando ainda na actividade turística subjacente à sua produção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Pelo acima exposto e tendo em conta o enorme valor e interesse patrimonial que reveste esta cultura industrial, propomos que se o inventarie e classifique, bem como se promova a recuperação dos elementos patrimoniais desta indústria.

Com esta proposta temos ainda o objectivo de recomendar ao Governo Regional que através do IAMA, se preste o apoio técnico aos produtores de chá de S. Miguel, para a criação de uma Denominação de Origem Protegida e se promova uma campanha de promoção deste produto com imagem de marca.

Este produto natural e ecológico poderá seguir o exemplo de outros produtos agrícolas ou géneros alimentícios, como o Queijo de S. Jorge, o Ananás dos Açores/S. Miguel, o Maracujá de S. Miguel/Açores e o Mel/Açores e o Queijo do Pico que já obtiveram a sua certificação e que representam certamente uma mais valia económica para os Açores.

Será oportuno indicar que esta proposta integra-se nos objectivos e medidas do Programa do VIII Governo das quais se salienta:

Valorizar e revitalizar o património cultural, aprofundando os mecanismos de preservação do património arquitectónico, móvel e imaterial;

Apoiar as organizações de produtores e do mundo rural como parceiros privilegiados, e progressivo fortalecimento da sua capacidade de prestação de serviços agro-rurais;

Ainda como objectivos há que tornar sustentáveis os processos produtivos, compatibilizando-os com a valorização dos recursos naturais e com as capacidades dos mercados;
Incentivar as culturas onde existe um potencial agro-ecológico de diversificação cultural, como sejam as potencialidades da agricultura Biológica.
Disse, muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não havendo intervenções sobre esta apresentação, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução, Apoio aos Idosos**, apresentada pelo Partido Socialista.

Está aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional: Já tive oportunidade de dizer a posição da nossa bancada no contexto da intervenção que fiz na tribuna, da concordância com esta Proposta de Resolução, não obstante a considerarmos tardia.

Na discussão do Programa do Governo tive a oportunidade de levantar um conjunto de preocupações que estão aqui versadas e que já na altura devia ter sido possível dar indicação de que iria ser dado andamento a este conjunto de propostas que estão aqui apresentadas.

Por outro lado, no mandato anterior teria sido possível, do ponto de vista económico, do ponto de vista político e do ponto de vista financeiro ajudar as Instituições de Solidariedade Social a desenvolver estes projectos, possível e necessário para um melhor apoio aos idosos.

Gostaria também de vos dizer que a Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista, suporte do Governo, dá quase a entender que há dúvidas que o Governo levasse por diante estes objectivos.

Talvez não tenha sido essa a intenção, mas parece-me que há aqui subjacente uma atitude de alguma desconfiança que pudesse haver, tendo em conta a experiência verificada no mandato anterior. Espero que não tenha sido esse o objectivo.

Gostaria de deixar aqui mais duas ou três observações em relação a esta Proposta de Resolução.

Quando aqui é referido que é com respeito e carinho e cito: “que os idosos nos merecem”, acho que muito mais do que isso, se bem que isso é importante, é o dever que o poder político tem de criar condições justas para uma melhor qualidade de vida dos idosos e criar condições adequadas para eles se sentirem cidadãos de pleno direito.

Mais à frente, no preâmbulo dos três pontos desta Proposta de Resolução, é aqui também referido: “que criar-se as condições para conforto, segurança, respeito, partilha, etc.”. Julgo que sim, mas também é importante criar-se as condições económicas e financeiras para que os idosos não encontrem, nos seus últimos anos de vida a necessidade de viverem à custa da esmola.

Ainda mais à frente, quando é referido que compete ao Governo fazer a gestão dos recursos disponíveis, com certeza, mas devia também ser aqui dito: em cooperação com a sociedade civil organizada, no âmbito social, porque esse trabalho é quase totalmente feito com base na sociedade civil organizada, através das Instituições Particulares de Solidariedade Social e Casas do Povo, que o fazem muito bem, que fazem com qualidade e com muito menos despesas.

Em relação aos três pontos em concreto, tenho a dizer o seguinte:

No primeiro ponto, alargamento progressivo do serviço de apoio ao domicílio, foi já objecto de preocupação nossa tratada nesta Câmara, tratado hoje mesmo na intervenção que tive oportunidade de fazer e queria apenas aqui acrescentar que, a par do alargamento do apoio domiciliário nas diferentes vertentes desse apoio, era um imperativo começar a ser utilizado os designados apoios através das ajudantes familiares. Estão criadas condições para isso. Há um curso a decorrer na Região e é preciso valorizá-lo. É preciso criar novos cursos e é uma importante forma de resposta humana e pessoalizada aos idosos.

No segundo ponto da Proposta de Resolução quando é referido: “avaliar as experiências actuais de fornecimento de serviços de apoio domiciliários aos fins de semana e feriados por forma a gradualmente generalizar essa prática”, tenho apelado para esse serviço, principalmente quando não

é possível que esse apoio seja prestado pela família ou pelo voluntariado da vizinhança, mas perguntava onde é que estão a funcionar essas experiências e quais são elas?

No terceiro ponto, no que se refere ao serviço de tele-alarme, julgo que já há, efectivamente, condições tecnológicas na Região para desenvolver esse trabalho, mas julgo que é importante aqui perguntar se é para envolver as Instituições Particulares de Solidariedade Social? Se esse serviço vai ser prestado durante a noite? E se aqui também não teria cabimento o serviço prestado pelas ajudantes familiares?

Obrigado.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais, pede um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido e vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 17 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha para uma intervenção.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos termos estatutários propusemos que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional as seguintes medidas:

- 1 - Incentivar o alargamento progressivo do Serviço de Apoio ao Domicílio por forma a abranger freguesias actualmente ainda a descoberto e fornecer serviços adicionais, nomeadamente a distribuição de medicação;
- 2 - Avaliar as experiências actuais de fornecimento de serviços de apoio domiciliário aos fins de semana e feriados, por forma a gradualmente generalizar essa prática;
- 3 - Desencadear esforços com vista à implementação de um serviço de Tele-Alarme disponível à população idosa ou com necessidades especiais.

Consideramos que estas são medidas que poderão melhorar algumas das situações mais gravosas com que se confrontam alguns dos nossos idosos. Estes, como qualquer outro grupo, diferem entre si mas partilham alguns aspectos que caracterizam a fase da vida em que se encontram, facto que não pode também deixar de ser inserido e equacionado nas características da sociedade em que vivem e daquela donde passaram a maior parte da sua vida. Isto tanto no que se refere às etapas de formação como de actividade.

O desenvolvimento humano é um processo que se prolonga ao longo de todo o percurso da vida, sendo que em cada etapa somos confrontados com desafios específicos que reflectem a nossa participação na sociedade em que estamos inseridos.

O desafio que os idosos enfrentam, na última etapa do seu desenvolvimento, pode ser colocado em termos de obtenção de um sentimento de integridade pessoal em contraste com sentimentos de desânimo.

O sentimento de integridade pessoal traduz-se na capacidade de fazer uma retrospectiva da vida e poder orgulhar-se do seu percurso vivencial e, tanto quanto possível, valorizar os caminhos traçados, os sucessos alcançados e sentir que as suas experiências e saberes são valorizados pelos outros, principalmente pelos que lhes são mais próximos.

O sentimento de desânimo, por seu lado, evidencia a insatisfação com o percurso de vida, a impossibilidade para reformular as opções anteriormente assumidas, a falta de oportunidade para traçar novos rumos e a falta de reconhecimento pelo que se fez e pelo que sabe fazer.

Sabemos que as principais condições para que o idoso possa lidar de forma eficaz com o final da vida e a proximidade da morte, são o conforto, físico e psicológico, a segurança, o respeito, a partilha e valorização das suas experiências e saberes, a relação humana e o afecto.

Neste sentido, o contexto familiar é o espaço privilegiado para fomentar e assegurar estes sentimentos. Todavia, o modo de vida que caracteriza as sociedades modernas, em especial a vida familiar, em habitações cada vez mais exíguas, com relevo para a entrada da mulher no mercado de trabalho, pode traduzir-se em dificuldades acrescidas para aqueles que vivem a etapa final do seu percurso de vida.

Em termos individuais esta situação tem particular relevância nas pessoas que pertencem a estratos sociais com maiores dificuldades económicas. Em termos sociais principalmente quando estes são representativos de um grande parte da população, como acontece na nossa Região.

O envelhecimento demográfico que caracteriza a contemporaneidade adquire assim uma acuidade muito especial, que todos nós, os que vivemos esta época de intensas rupturas sociais, temos obrigação de procurar soluções.

O envelhecimento demográfico não é propriamente um fenómeno muito recente na sociedade açoriana, e em particular em algumas ilhas, sendo uma realidade há já cerca de 20 anos. Apresenta uma grande diversidade, tanto entre as várias ilhas como entre concelhos de uma mesma ilha e abrange em algumas delas uma parte muito significativa da população.

Importa-nos sobretudo sublinhar, por um lado, a importância dos mais idosos neste conjunto mais vasto, ou seja, a previsibilidade de um aumento de pessoas que necessitam de cuidados especiais. Por outro, não podemos, ou pelo menos não devemos, negligenciar ainda as condições económicas e sociais dessas pessoas, resultante de um passado que se caracterizava por uma forte estratificação social e uma acentuada desigualdade.

Entendemos que ainda não foram encontrados todos os mecanismos que permitem de uma forma coerente e equilibrada interligar os direitos da pessoa ao longo das várias idades da vida, numa sociedade dinâmica, em permanente transformação. Isto é, apesar do que já foi feito muito há ainda para fazer, e penso que com esta nossa proposta podemos dar um maior desenvolvimento.

Assim, a política de inserção familiar e apoio domiciliário aos idosos, que nos parece merecer uma forte consensualidade na sociedade açoriana, poderá ser aprofundada com as medidas propostas e que vêm no prosseguimento da política que tem sido levada a efeito pelo Governo do Partido Socialista.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português irá dar o seu voto favorável a esta Proposta de Resolução, na medida em que também nós consideramos que é importante incentivar-se e alargar-se o apoio domiciliário a todos os idosos que dele necessitem.

Do mesmo modo entendemos que este apoio domiciliário é importante também aos fins de semana. Entendemos que, se for possível funcionar, o sistema de tele-alarme é mais uma ajuda às pessoas em idade avançada.

No entanto, também em nosso entender, isto não será o suficiente para que os problemas que se põem hoje àqueles com idade mais avançada na nossa Região sejam, efectivamente, resolvidos.

Também de acordo com o preâmbulo deste documento, nós entendemos que é importante, é necessário e é um desafio viver e morrer com dignidade e, infelizmente, nem todos ainda hoje nesta região vivem e no fim da vida morrem com dignidade.

Por isso mesmo nós dizemos que as medidas que esta Proposta de Resolução indica são importantes e que o Governo tem obrigação de efectuar. São medidas necessárias, mas não são suficientes.

Porque estarmos perante uma Proposta de Resolução sobre estas matérias, não queríamos nem queremos divergir. No entanto, gostaríamos de deixar dois ou três aspectos fundamentais que vem de encontro àquilo que acabámos de afirmar.

Ainda hoje nalgumas das nossas ilhas e nalguns dos seus concelhos não é suficiente o apoio domiciliário para os idosos. Infelizmente hoje ainda são necessárias mais casas de repouso para a terceira idade e quero tocar num exemplo concreto: desde o 25 de Abril no Concelho da Lajes das Flores muitas pessoas começaram a incentivar e a criar as condições para que naquele concelho os idosos que lá vivem possam morrer onde viveram toda a sua vida. Infelizmente também ainda não

conseguiram ver concretizada a sua aspiração. Na altura da análise do Plano e Orçamento voltaremos a esta matéria.

Mas queria deixar aqui, desde já, a seguinte nota: existe um concelho com muitas pessoas onde uma Instituição de Solidariedade Social tem procurado esforçadamente ter uma casa de repouso onde, de facto, os mais velhos possam viver e morrer com dignidade e, infelizmente, ainda não têm perspectivas claras de conseguir ver essa aspiração realizada.

Ainda em relação a estas matérias, todos nós conhecemos, neste momento, que a comunicação social tem referido abundantemente os problemas que existem entre os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social e os próprios órgãos que dirigem estas instituições e o Governo Regional. Aliás, alguns responsáveis pelas instituições dizem que o problema não passa por eles próprios, mas sim pelos apoios que o Governo Regional lhes tem que dar no sentido de que os trabalhadores destas instituições possam ter vencimentos semelhantes àqueles que têm os funcionários públicos em relação às mesmas carreiras e em relação às mesmas profissões.

Numa altura em que estamos a analisar estas matérias, queríamos também trazer para a discussão esta matéria, porque no cumprimento desta Resolução, depois da sua aprovação, o Governo Regional terá de dialogar profundamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social. É uma oportunidade que terá para que, efectivamente, possa através do diálogo, impedir que se desenvolvam lutas que os trabalhadores têm o direito e têm razões para as desenvolver e por isso mesmo é importante que se aproveite para, de uma vez por todas, esta situação seja ultrapassada.

Aliás, já há alguns anos este problema se pôs relativamente àqueles que trabalhavam para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, por exemplo, aos professores ou educadores de infância que prestavam serviço às Instituições Particulares de Solidariedade Social conseguiram ver, muito justamente, o seu problema resolvido, passando a ter vencimentos iguais aos seus colegas da função pública.

No entanto, há ainda aqueles que essencialmente trabalham com os idosos que ainda hoje lutam e lutam com razão para que os seus vencimentos sejam exactamente iguais aos trabalhadores de igual categoria que trabalham na função pública.

É uma oportunidade que este Governo Regional terá no sentido de, cumprindo esta Resolução, também resolver esta situação.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

É para prestar alguns esclarecimentos às questões que foram aqui colocadas.

Nós temos plena consciência que esta Proposta de Resolução não constitui varinha mágica. Não pretendemos com isto resolver todas as necessidades que os idosos têm, mas sim contribuir para que gradualmente essas necessidades venham a ser minoradas.

Nesse sentido, gostaria de esclarecer que, quanto ao apoio domiciliário, nós também achamos que existem ainda algumas lacunas.

Achamos ser necessário primeiro um investimento quantitativo para que essa cobertura seja global para que todos os idosos que necessitem do apoio domiciliário possam aceder a ele, sendo certo que, estando neste momento praticamente todas as freguesias da região autónoma cobertas por este apoio, o investimento que se segue terá necessariamente de ser um investimento qualitativo, quer na melhoria da qualidade dos apoios que já estão a ser prestados neste momento, quer, como a proposta indica, na adição de novos serviços que possam eventualmente vir a ser prestados para que os idosos possam permanecer nas suas casas.

Quanto ao apoio domiciliário aos fins de semana e aos feriados existem realmente na Região já alguns exemplos de localidades que beneficiam deste tipo de apoio, nomeadamente a Freguesia da Maia, para citar um exemplo.

No entanto, em nosso entender, e como já tive oportunidade de referir aqui nesta Assembleia, consideramos que este tipo de apoio deve ser alargado, sendo certo que terá de haver uma análise caso a caso.

É nossa intenção prestar o apoio, mas não é nossa intenção desresponsabilizar as famílias nem vulnerabilizar eventuais redes de apoio social que o idoso já disponha na sua comunidade, na localidade onde reside.

Portanto, em nosso entender, é necessário e queremos que seja alargado, mas não achamos que deva ser alargado a todos os idosos. Achamos que deve haver uma análise de cada caso para ser avaliado, para ser julgado da necessidade e da conveniência deste apoio.

Quanto ao serviço de tele-alarme, gostaria de informar que já existem alguns idosos nos Açores, nomeadamente aqui na cidade da Horta, que usufruem deste tipo de serviço, sendo certo que o fazem através duma rede nacional.

A nossa intenção é que o Governo diligencie no sentido de ser criada na Região uma rede de comunicação com o objectivo de minimizar custos e também de encurtar os tempos de resposta para que a resposta efectiva ao idoso seja assegurada no mais curto espaço de tempo possível.

Quero adicionar que se trata, sim, dum apoio dum serviço que é prestado 24 horas por dia.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Nélia Amaral satisfiz-me em algumas das questões que aqui tinha levantado, outras entendeu não abordar, nomeadamente as tais condições económicas e financeiras essenciais para que alguns idosos não tenham que, nos últimos anos da sua vida, pedir esmola.

Fez também aqui referência a uma metodologia que eu acho correcta, que foi objecto da minha intervenção no sentido de que as famílias não podem deixar de ter a responsabilidade de apoiar os seus idosos, mas é sabido, e foi aqui também já hoje objecto de reflexão, que devido ao fenómeno da emigração muitos são os idosos que não têm nem familiares nem vizinhos com condições para o fazerem.

Também é sabido, e foi também objecto da minha intervenção, que muitos são os idosos que não podem contar com o apoio das suas famílias por questões de estruturas e vêem o seus problemas agravados, falta de condições económicas, habitacionais e funcionais de tempo. É neste sentido que deixei aqui um conjunto de desafios de conciliação da actividade laboral, da actividade profissional dos adultos, normalmente filhos, que não podem acolher durante o dia os seus idosos.

Essa matéria é uma matéria essencial e há experiências já havidas na União Europeia e em Portugal relativamente ao apoio à paternidade, que foi aqui também referido, e há até, digamos, uma experiência tida nos Açores em relação à substituição nas empresas das funcionárias que estão a gozar o período de licença de maternidade, o que é positivo.

Também não foi aqui referido a possibilidade, a par do apoio ser prestado pelas instituições sociais particulares, as IPSS e Casas do Povo, da implementação muito séria das ajudantes sócio-familiares. É até uma forma de resposta para a falta de emprego para as jovens e para as mulheres desempregadas e é uma resposta muito humana em relação às necessidades, principalmente dos idosos de grande dependência e idosos acamados.

Foi-me referido que já existem experiências de apoio domiciliário aos dias considerados não úteis, e foi referido o caso da Maia. Eu agradeço a informação, pois não conhecia. A Sra fala em experiências, talvez haja mais alguma, mas apenas está aqui indicada a da Maia.

Quanto à avaliação das experiências actuais, referida no ponto 2, eu achava que era importante avaliar também todos os outros apoios domiciliários nas diferentes valências que estão em curso nos Açores, porque chega-nos informações de que alguns são bem prestados, feitos com dignidade, a tempo e a horas, mas existem outros que são feitos duma forma sem ter essa qualidade.

Relativamente ao projecto do tele-alarme, não sabia que já estava a ser utilizado na Horta um sistema que ainda é rudimentar, perguntava qual é a perspectiva de alargá-lo a outras ilhas, nomeadamente que ilhas é que poderão ser abrangidas por este projecto?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu limitei a minha intervenção anterior prepositadamente por considerar que está em apreciação uma Proposta de Resolução específica e as questões que se prenderem com essa Proposta de Resolução tentarei clarificar, dentro daquilo que me for possível, questões que não se prendam especificamente com essa Proposta de Resolução e que, se calhar, deixaríamos para outra altura para ser conversado.

No entanto, no final coloca-me uma questão muito concreta, nomeadamente sobre o alargamento do serviço de tele-alarque a outras ilhas e vou tentar reformular aquilo que tentei clarificar há bocadinho. Aquilo que existe neste momento é um serviço nacional disponível a qualquer idoso através duma central nacional.

Os idosos que neste momento nos Açores têm acesso a esse serviço recorrem à central nacional da mesma forma que um idoso em Lisboa ou um idoso no Porto.

Aquilo que a proposta recomenda é que seja montada uma central de comunicação a nível regional, disponível a todos os idosos de todas as ilhas, sendo certo que deverá haver alguma definição de critérios sobre o nível de dependência e as necessidades dos idosos para acederem a esse serviço.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução – Apoio aos Idosos, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução – Apoio aos Idosos, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos então ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – “Biblioteca Inclusiva”**.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há já algum tempo li uma definição de justiça que me obrigou a reflectir e que, talvez por isso mesmo, gostaria de partilhar hoje convosco. O autor definia como justa qualquer sociedade na qual, ele próprio, não se importasse de nascer independentemente da classe social, do sexo ou do grupo étnico que viesse a integrar. Subjacentes estão, sem dúvida, os pressupostos de uma verdadeira e efectiva igualdade de oportunidades e a garantia de acesso aos recursos necessários para que cada um, no reconhecimento e respeito pela sua diferença, possa desenvolver todo o seu potencial. Indissociável estará também a capacidade de exercício do direito de opção.

Assim, poderíamos julgar a justiça de qualquer sociedade pela forma como se organiza para assegurar, a qualquer cidadão “diferente”, o direito à participação na sociedade a que pertence, ou seja o exercício pleno da sua cidadania.

De facto, nesta perspectiva, a injustiça significa o limitar ou pelo menos o não potenciar as possibilidades de cada cidadão independentemente das suas diferenças. Sendo certo que a história nos proporciona exemplos, mais ou menos graves, de tais injustiças que vão desde a exclusão de algumas actividades, ou mesmo do convívio social em geral, até ao infanticídio.

Se é certo que, em termos retrospectivos, podemos reconhecer, com verdade, progressos substanciais na direcção de uma sociedade que se quer cada vez mais justa, não é menos certo que, também em abono da verdade, teremos de constatar que muito ainda há por fazer.

Ao longo desta sessão legislativa já foram abordados alguns grupos “diferentes” e com necessidades especiais, nomeadamente as mulheres, os imigrantes, e os idosos, tradicionalmente vítimas de injustiça social. Gostaria de direccionar a vossa atenção agora para um outro grupo que tem visto o exercício da sua cidadania amplamente limitado: a população portadora de deficiência.

Felizmente longe vão os tempos em a pessoa portadora de deficiência era vista como uma encarnação demoníaca, um ser maligno e perigoso, de quem a sociedade tinha de se defender, sendo hábito que essa defesa assumisse formatos tão cruéis e violentos quanto o encarceramento longe dos povoados ou mesmo o homicídio.

Também felizmente longe vão outros tempos em que era prática corrente e aceite chamar-se à pessoa portadora de deficiência “idiota” e “imbecil”. As conotações ainda hoje associadas as estes termos são bem reveladoras da atitude colectiva de que esta população era alvo. Tinha-se evoluído dum estágio em que se considerava que as pessoas com deficiência representavam um perigo para a sociedade, passando-se a considerar ser a sociedade quem representava um perigo para a pessoa com deficiência. Este segmento da população era assim encarado como incapaz, os “coitadinhos” que agora tinham de ser protegidos da influência cruel da sociedade, sendo para isso necessário criar estruturas paralelas para que eles pudessem fazer todo o seu percurso de vida isolados dos seus pares .

A sociedade que antes os temia e expurgava, assumia agora uma atitude aparentemente magnânima e protectora mas, sem que por isso, os admitisse ao seu convívio.

Passou-se assim duma sociedade que exclui para uma sociedade que segrega.

Gradualmente, e com a crescente atenção dedicada à defesa dos Direitos Humanos, foi-se verificando que a segregação não produzia os efeitos desejados, sendo certo que tanto a população com deficiência como a população dita “normal” só têm a beneficiar com o convívio mutuo.

As últimas duas décadas testemunharam então um percurso gradual no sentido de instrumentalizar a inclusão da população com deficiência na sua sociedade garantindo a sua participação activa através de vários modelos de integração que foram gradualmente abrangendo mais sectores da vida em sociedade. Fala-se então de integração social, integração educativa, integração profissional etc. e pode-se comprovar na prática que esta integração não só optimizava a prestação da população com deficiência (fornecendo-lhes quadros de referência e modelos considerados desejáveis) como também melhorava o desempenho dos colegas ditos “normais”, proporcionando-lhes experiências diárias de tolerância e de solidariedade.

Hoje é mundialmente reconhecido o direito da pessoa com deficiência à **inclusão** na sua sociedade, como cidadão de plenos direitos. Não se pretende anular e muito menos negar as diferenças. Pretende-se sim, e voltando ao conceito de justiça anteriormente exposto, reconhece-las e respeitá-las, instrumentalizando os apoios que permitam salvaguardar a igualdade de oportunidades.

A inclusão impõe-nos assim que os apoios específicos de que esta população necessita sejam prestados segundo uma perspectiva de **normalização** e decorrendo no **meio menos restritivo possível**.

Quer isto dizer que devemos criar condições para que as pessoas portadoras de deficiência possam viver de acordo com os rituais considerados normais para a sua sociedade. Possam comer, dormir, aprender, trabalhar e divertir-se de acordo com os ritmos de vida, contextos e regras que se aplicam aos demais membros do seu grupo de referência.

São estes os princípios que devem guiar a nossa intervenção junto de qualquer pessoa com necessidades especiais, ao longo de todo o seu percurso de vida.

Se esta é já a nossa prática em algumas áreas, não posso deixar de constatar que noutras continua a haver alguns vestígios de segregação.

Se hoje já não questionamos o facto de não haver hospitais separados onde a população com deficiência possa tratar os seus problemas de saúde, igrejas separadas onde possa expressar a sua religiosidade nem escolas separadas onde possa aprender. A realidade é que esta população se continua a debater com sérias dificuldades de acesso a algumas actividades, nomeadamente de âmbito profissional, cultural e recreativo, áreas estas que têm vindo a adquirir particular relevância na nossa sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução “Biblioteca Inclusiva” apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e agora colocada a debate, alerta para o cariz imperativo dos princípios acima referidos; Reconhece que o acesso à informação se assume hoje como factor fundamental para a realização e promoção pessoal, social e profissional de qualquer cidadão;

Assume como irreversível o desenvolvimento verificado ao nível das tecnologias da comunicação; Verifica que a população com deficiência, tradicionalmente vítima de segregação é particularmente vulnerável aos novos tipos de exclusão fruto do desenvolvimento tecnológico reconhecendo, contudo, que essas mesmas tecnologias, quando devidamente adaptadas e disponibilizadas, podem contribuir para a eliminação de barreiras no acesso à informação, contribuindo para a generalização de práticas inclusivas, em áreas onde ainda se verifica alguma segregação.

Assim, e sendo as bibliotecas públicas os locais privilegiados para a divulgação da informação e do património cultural de qualquer sociedade, propomos que o Governo Regional promova a eliminação das barreiras arquitectónicas existentes no exterior e no interior dos edifícios que as albergam; diligencie no sentido de as equipar com as tecnologias de informação adequada e incentive a aquisição de materiais de leitura em suportes especiais por forma a garantir que o património nelas contido seja verdadeiramente acessível a todos, sem prejuízo da forma como alguns acedem a ele, numa perspectiva de promoção da justiça, no respeito pela diferença.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e dos Srs. Deputados José Decq Mota, PCP, Manuel Azevedo e Sérgio Ferreira, PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista, recomenda ao Governo que elimine as barreiras arquitectónicas das bibliotecas públicas e que permita o acesso de todos a estas bibliotecas, assim como existam condições para que as pessoas com deficiência possam ter meios à sua disposição.

Nós estamos de acordo e vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

No entanto, temos que analisá-la tendo em conta também a legislação existente em relação a estas matérias e o próprio preâmbulo da Proposta de Resolução afirma que: “hoje existe legislação que define medidas específicas para a inclusão da população com necessidades especiais da sociedade. Compete-nos melhorá-la e assegurar o seu cumprimento”.

Em relação a melhorá-la, duvido que seja necessário melhorá-la, o que é necessário é, de facto, exigir ao Governo Regional que cumpra aquilo que está legislado, porque isto tem, efectivamente, que ser realizado, desde já, tendo em conta o que está consignado no Decreto-Lei 123/97, de 22 de Maio, que obriga a um período de execução até 3 de Maio do ano 2004.

Portanto, esta é uma matéria que, sob o aspecto de ordenamento legislativo, consideramos que está feita, embora possa ser alterada e admitamos que possa ser melhorada.

E esta legislação diz concretamente que todos os projectos de instalação e respectivos espaços circundantes da Administração Pública Central, Regional e Local, tem que ter determinadas regras que a sociedade civil e o Estado têm a obrigação de cumprir e entre esses estabelecimentos fala-se nos estabelecimentos de educação de todos os graus de ensino, fala-se nos estabelecimentos que têm a ver com pessoas idosas, fala-se em todos os estabelecimentos que têm a ver com os dispositivos sociais, hospitais, centros de saúde, etc., fala-se nas bibliotecas públicas, fala-se nas estações dos correios, nos bancos, nas companhias de seguros, fala-se nas discotecas, nos espaços de lazer, nas igrejas, noutros templos, etc..

Portanto, a lei obriga a que, efectivamente, por um lado, não existam espaços novos sem que estas condições de acesso às pessoas com deficiência exista e, por outro lado, obriga a que os espaços já construídos até Maio de 2004 sejam transformados e adaptados de modo a que haja o acesso das pessoas que têm problemas em relação a estas matérias, porque o artigo 4º do já citado decreto diz que: “as instalações de edifícios e estabelecimentos já construídos terão de ser adaptados no prazo de 7 anos, após a publicação do diploma e a sua entrada em vigor”.

Como disse, nós estamos de acordo com esta Proposta de Resolução e, aliás, quando a li e estudei lembrei-me das recentes e louváveis melhorias que o Sr. Secretário Regional e o Sr. Presidente da Câmara do meu Concelho fizeram na escola da minha aldeia e apesar disto ter sido feito recentemente e de ter começado a funcionar neste ano lectivo, esqueceram-se de cumprir aquilo que está legislado e por isso mesmo eu lembrei-me que, talvez, esta Resolução seja no sentido de obrigar a todos, mas em primeiro lugar os serviços públicos a cumprirem o que já está legislado relativamente ao acesso às pessoas com problemas e de acordo com aquilo que se fala em relação às bibliotecas públicas.

No entanto, como disse, o problema não é nem será só o problema das bibliotecas públicas, o problema é neste momento de todos os edifícios onde as pessoas com problemas tenham necessidade de acesso e tão somente aquilo que entendemos que deve ser feito, é cumprir com muito rigor aquilo que, de facto, está legislado a nível nacional e que a Região tem o dever e a obrigação de cumprir, porque assim é necessário e assim é imposto por esta legislação.

Por tudo isto, entendemos que a grande utilidade desta Proposta de Resolução é haver a possibilidade desta matéria voltar novamente a ser discutida aqui nesta Assembleia e de serem todos chamados a compreender a necessidade destas situações. Por isso mesmo trazemos a esta discussão o edificio legal existente em relação a esta matéria e fazemos a todos o seguinte apelo: todos nós temos que pensar todos dias nestas matérias e, fundamentalmente, os responsáveis, sejam do

Estado, sejam regionais ou autárquicos, ao fazer ou incentivar a que se façam determinadas obras, ao aprovar determinados projectos, ao fiscalizar determinadas obras, têm que ter em atenção que a lei existe e tem que ser cumprida, porque ela é uma necessidade da nossa sociedade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

A proposta apresentada pelo Partido Socialista, denominada “Biblioteca Inclusiva” insere-se numa preocupação legítima e importante de contribuir para a melhor e mais plena integração das pessoas com deficiência na sociedade do nosso tempo, libertando-as naturalmente de barreiras arquitectónicas e possibilitando o acesso e a utilização das tecnologias de informação nos edifícios públicos.

É evidente que muito do êxito desta proposta dependerá do empenho do executivo no seu cumprimento e no cumprimento geral da lei, não só em impor a sua execução em todas as novas instalações que venham a ser construídas, mas também implementando uma política de progressiva eliminação das barreiras que hoje impedem a muitas pessoas com deficiência o acesso aos locais e às tecnologias a que têm direito.

De qualquer forma, no conjunto, é uma proposta que merece a nossa concordância e por isso votaremos favoravelmente, na expectativa de que venha a ser devida e plenamente implementada pelo Governo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de me congratular com o apoio que esta Proposta de Resolução mereceu e também com a análise da legislação feita cuidadosamente.

Um dos objectivos desta proposta é precisamente que estas adaptações sejam feitas o mais rapidamente possível e antes do período de transição, mas também tendo em conta que por vezes as bibliotecas públicas ficam alojadas em edifícios de interesse histórico e de interesse, se calhar, patrimonial, e essas adaptações sejam feitas sem que se esgotem os tempos previstos no artigo seguinte àquele que o Sr. Deputado Paula Valadão abordou por último, ou seja, o artigo 5º. que faz referência às excepções a que estas adaptações sejam feitas o mais rápido e expeditamente possível por forma a permitir essa acessibilidade.

Não é nossa intenção eliminar ou ignorar a necessidade de adaptações noutros edifícios, porque concordamos que são necessárias. A nossa intenção é, sim, alertar para estas áreas que muitas vezes têm sido negligenciadas e esquecidas.

Obrigada.

Presidente: Parece não haver mais intervenções, vamos votar esta Proposta de Resolução – Biblioteca Inclusiva.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução – Biblioteca Inclusiva, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): É apenas para aclarar a posição do PP nesta matéria e na antecedente.

Como membro da Comissão de Assuntos Sociais, o PP remeteu para o Plenário a sua posição, tal como fez o PSD. Em relação ao PSD estou esclarecido, mas em relação ao PP não tenho conhecimento.

Presidente: A sua interpelação não tem uma resposta concreta. Eu também não estou esclarecido e acho que nenhum de nós está, porque não estão presentes na sala e, portanto, não exerceram o seu direito de voto. É um direito que lhes assiste.

Deputado José San-Bento (PS): Demitiram-se das suas responsabilidades.

Presidente: Cada um concluirá da forma que entender.

Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que é a **Proposta de Resolução**, apresentada pelo Partido Social Democrata – “**Escala Semanal entre Lisboa e Santa Maria**”.

Para apresentar a Proposta de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento geral que Santa Maria possui infraestruturas agro-pecuárias de elevada qualidade.

Aliado a este facto o aeroporto tem capacidade de “Handling” e de operacionalidade que a qualquer hora do dia possibilitam a operação de qualquer tipo de avião.

Sabe-se ainda que grande parte dos funcionários da navegação aérea são oriundos do continente português, resultando daí um fluxo de passageiros entre Lisboa e Santa Maria bastante grande.

Este fluxo é gerado não só por esses passageiros como também pelos seus familiares, que periodicamente os visitam.

Além disso é preciso considerar que a aposta em termos de desenvolvimento para Santa Maria se situa no sector do turismo.

Não é possível desenvolver o turismo se ao mesmo tempo não houver a correspondente melhoria das acessibilidades a uma escala semanal de um voo de e para Lisboa. Seria um passo muito significativo neste sentido.

Permitiria que rapidamente se criasse um novo circuito turístico nos Açores, semelhante aos já existentes, mas agora com início em Santa Maria.

É óbvio que esta medida irá possibilitar a diversificação da nossa oferta em termos turísticos, possibilitando aos agentes de viagens um maior leque de opções em termos de venda do destino Açores.

Só com medidas como esta é que o desenvolvimento turístico dos Açores será possível de forma harmoniosa e beneficiando igualmente todas as ilhas.

São estas as razões que levam o Grupo Parlamentar do PSD a apresentar esta Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional dos Açores as seguintes medidas:

1ª- Que nas conversações em curso entre o Governo Regional e o Governo da República sobre o concurso para o futuro serviço público de transportes aéreos para a Região Autónoma dos Açores, seja incluindo um voo semanal de Santa Maria para Lisboa e vice-versa, sendo que esse voo poderia passar em qualquer um dos, “gateaways” existentes, nomeadamente Ponta Delgada, Lages ou Horta.

2ª- Que esta escala possa potenciar um circuito turístico regional, semelhante ao já existente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 1980 os marienses foram confrontados pela súbita decisão do Governo Regional, da responsabilidade do PSD, de retirar de Santa Maria as escalas comerciais.

Todas as forças vivas da ilha se manifestaram contra esta decisão, tendo a esperança que com esta pressão o Governo de então alterasse a sua posição.

Mas, nada resultou, o PSD não se comoveu e levou por diante o seu intuito.

Os marienses, nas eleições intercalares que ocorreram no dia 24 de Julho daquele ano, agradeceram ao PSD retirando-lhe a maioria que tinha sido obtida pelos Sociais Democratas nas eleições autárquicas de 1979.

O assunto agora em apreciação foi debatido a diversos níveis e em diversas ocasiões. Assim no decorrer do mês de Fevereiro realizou-se um encontro promovido pelos Deputados do PS por Santa Maria onde estiveram presentes diversas pessoas e entidades. O mesmo aconteceu na visita dos Deputados da Assembleia da República que mantiveram reuniões com diversas entidades, nomeadamente com a Câmara do Comércio, com a Associação de Controladores de Tráfego Aéreo e com outras associações culturais, tendo todas elas manifestado o desejo e a necessidade de se realizar um voo semanal, pelo menos, Lisboa/Santa Maria/Lisboa, o que já não acontece desde 1980.

Santa Maria preenche todos os requisitos exigidos por parte da ICAO. Não há impedimentos, primeiro:

Porque a ilha tem todas as condições físicas que possibilitam a sua realização; segundo, porque depois da implementação do NAV em Santa Maria é conveniente e imprescindível melhores ligações com o exterior; terceiro, porque há uma grande percentagem de marienses a viajarem para

Lisboa; quarto, porque somos a única ilha, além de S. Miguel, Terceira e Faial, onde a SATA tem pessoal qualificado com capacidade técnica que permite assegurar a assistência a estas aeronaves e finalmente porque se estão construindo infraestruturas hoteleiras, apoiadas pelo Governo Regional dos Açores, com capacidade suficiente para acolher uma maior quantidade de turistas. Achamos viável esta operação nas vertentes técnica e comercial.

Assim, tendo em conta que a questão é deveras importante para Santa Maria e que os Deputados de Santa Maria eleitos pelo PS tinham assumido o compromisso, com o eleitorado mariense de sensibilizar o Governo Regional para esta questão, informámos formalmente o Senhor Secretário Regional da Economia que por sua vez nos referiu que o Governo Açoriano iria ter em conta esta pretensão.

Não há razão, no nosso entender, para a apresentação desta Proposta de Resolução agora em discussão, apesar do PSD ter todo o direito de o fazer.

Apesar de tudo, o Grupo Parlamentar do P.S., indo ao encontro dos desejos expressos pelas mais diversas entidades e população mariense, irá aprovar esta Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional dos Açores que nas conversações a manter com o Governo da República para a atribuição das rotas aéreas para os Açores, tenha em conta esta pretensão, a ligação Lisboa/Santa Maria/Lisboa, pois quem tudo perdeu, graças à política aérea implementada pelo PSD nos anos 80, merece sem dúvida, este voo que poderá beneficiar a ilha quer a nível turístico, com a vinda de mais pessoas, quer ao nível interno, facilitando as deslocações dos marienses com o exterior.

Tal como o fez com a implementação do NAV em Santa Maria, estou certo que o Governo Regional tudo fará, se é que não está fazendo, para alcançar os objectivos propostos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas umas brevíssimas palavras para dizer que o Grupo Parlamentar do PCP vai aprovar esta Proposta de Resolução dentro do espírito de que todas as medidas que possam ser tomadas no sentido de melhorar a multiplicidade das nossas ligações com o exterior e a sua natureza, devem ser tomadas com a maior rapidez possível face às situações.

Gostaria, aliás, não sendo objecto desta resolução, de lembrar que ainda existem duas ilhas que em termos internos não têm ligação ao Domingo e que será um assunto que de vez em quando convém lembrar, porque logo que seja possível é justo que seja também resolvido.

Se for estabelecida, da forma como é apontada, esta ligação directa de Santa Maria com Lisboa, acho que estamos a enriquecer a oferta, quer para os nossos residentes, quer para quem nos visita, e estamos a valorizar o conjunto da Região, valorizando de imediato uma das ilhas.

As condições vão evoluindo e à medida que elas forem evoluindo vai-se adequando as políticas.

Penso que é neste sentido que a Proposta de Resolução é justa.

Gostaria de, em relação à intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves, dizer uma palavra muito simples. Pode o Sr. Deputado ter toda a razão e pode neste momento o Sr. Secretário Regional estar a tratar deste assunto, mas este Grupo Parlamentar considera que é de toda a oportunidade o assunto ter vindo à Assembleia Legislativa Regional, porque estas questões não devem ser resolvidas em corredor, mas devem ser discutidas, porque não se trata aqui de resolver, mas de discutir na frente de todos.

Portanto, o partido proponente teve razão ao apresentar esta proposta e os partidos aqui representados terão razão quando votarem a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Humberto Chaves, o Sr. disse e disse muito bem quando em 1980 foi decidida a questão da política aérea, todas as forças vivas de Santa Maria se manifestaram contra.

Não vejo bem em que aspecto é isso é chamado para aqui, só se o Governo Regional agora tivesse pensando repor a situação anterior a 1980.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Uma vez que não é isso que está em causa, gostaria seguidamente de lhe fazer uma pergunta:

Por que razão é que esta Proposta de Resolução não tem cabimento?

Eu não faço ideia, nem as outras pessoas, como o Deputado José Decq Mota disse, fazem ideia das conversas que o Sr. tem com o Sr. Secretário Regional da Economia. Eu pelo menos não tive conhecimento delas. Se eu tivesse tido e o Sr. me tivesse dado essa informação, certamente não teria feito esta Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 1980 saíram todos os voos se Santa Maria e por isso mesmo é que ainda não temos lá nenhum voo.

Portanto, é na sequência da retirada dos voos comerciais de Santa Maria que nós estamos agora aqui a lutar para termos um voo.

Deputada Berta Cabral (PSD): Já os podiam ter há 5 anos.

O Orador: Já estamos há muito tempo.

Em 1998, Sr. Deputado José Decq Mota, foi apresentada aqui uma Resolução e o Governo está certamente a trabalhar baseado nessa proposta que foi apresentada anteriormente. Foi por isso que eu disse isso. Não há qualquer problema. É mais uma proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para prestar esclarecimentos.

No dia 1 de Fevereiro reuniu o grupo de trabalho que está a estudar as obrigações de serviço público para o concurso de atribuição de rotas entre as Regiões Autónomas e a Região Autónoma dos Açores e o Continente. Nesse dia com o IJF, o INAC e a Secretaria de Estado dos Transportes foi presente o tema das ligações entre Lisboa e o aeroporto de Santa Maria e o Governo Regional está neste momento a estudar, em conjunto com essas entidades, as questões relativas ao mercado potencial da introdução dessa nova rota e os respectivos custos de escala.

No plano político, o representante da Região Autónoma dos Açores nesse grupo de trabalho já transmitiu a posição favorável do Governo Regional dos Açores a essa pretensão que nos foi feita chegar pela Câmara Municipal de Vila do Porto.

Gostaria também de dizer que a discussão deste tema hoje, do meu ponto de vista, é boa, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já deu para tirar algumas imagens!

O Orador: ...porque fico a saber que para além do partido que apoia o Governo, o PSD e o PCP também apoiam as nossas pretensões no âmbito desse grupo de trabalho para que esta ligação entre Santa Maria e Lisboa possa vir a ocorrer.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Resolução sobre a Escala Semanal entre Lisboa e Santa Maria.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução – Escala Semanal entre Lisboa e Santa Maria, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Não sei se há alguma interpelação à Mesa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é que não se justificasse exactamente nos mesmos termos.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução que aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano 2001.**

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução relativa ao Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para o ano 2001, mantenham-se, por favor, como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução que aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano 2001, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente passamos à última Proposta de Resolução que é do seguinte teor:

A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Março.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se, por favor, como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Pedia aos Srs. líderes parlamentares para se acercarem aqui da Mesa para combinarmos duas ou três coisas muito rapidamente.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos.

Muito boa noite e boa viagem de regresso.

(Eram 18 horas e 25 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Avelar Nunes

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Luís Paulo de Serpa Alves

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Defesa e Preservação do Património da Indústria do Chá e criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o Chá de S. Miguel/Açores

Considerando que o cultivo e a conseqüente transformação do chá nos Açores reveste carácter único na Europa, e que esta cultura já desempenhou na ilha de São Miguel um papel primordial na ocupação e desenvolvimento do território, bem como no emprego e na animação do meio rural;

Considerando que esta indústria centenária já perdeu muito do seu património, e que algum deste encontra-se em avançado estado de degradação;

Considerando que um dos objectivos do Programa do VIII Governo é a valorização e revitalização do património cultural, aprofundando os mecanismos de preservação do património arquitectónico, móvel e imaterial;

Considerando que uma das medidas a executar pelo Governo é a inventariação do património móvel – pertencente ao Estado, à Região, à Igreja ou a Particulares -, visando a sua recuperação e conservação, bem como a sua salvaguarda e defesa contra eventuais crimes de tráfico;

Considerando que a produção de produtos típicos de qualidade atinge, segundo estimativas da Comissão Europeia, apenas 10% da produção agrícola europeia, mas 20% do valor acrescentado, podendo representar o incremento da produção do chá nos Açores uma fonte de rendimento para o nosso mundo rural;

Considerando que ao abrigo do Despacho Normativo n.º 249/93, de 9 de Dezembro, que estabeleceu as regras de execução dos Regulamentos (CEE) n.º 2081/92 e n.º 2082/92, do Conselho, ambos de 14 de Julho, e n.º 2092/91, do Conselho, de 24 de Junho, estão previstos dois sistemas de certificação de produtos agrícolas e géneros alimentícios, designadamente “Denominações de Origem Protegidas – DOP” e “Indicações Geográficas Protegidas – IGP”;

Considerando que na Região Autónoma dos Açores já foram reconhecidos ao abrigo do Regulamento acima referido os produtos agrícolas e/ou géneros alimentícios: “Queijo de S. Jorge” - DOP, “Ananás dos Açores/São Miguel” - DOP, “Maracujá de S.Miguel/Açores” - DOP, “Mel dos Açores” - DOP, “Queijo do Pico”/DOP estando estas denominações de origem devidamente registadas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial;

Considerando que outro dos objectivos do Programa do Governo é o apoio às organizações de produtores e do mundo rural como parceiros privilegiados, e o progressivo fortalecimento da sua capacidade de prestação de serviços agro-rurais;

Considerando que na Região não existem pragas ou doenças, pelo que nunca são utilizados produtos químicos nas plantações de chá, o que o torna um produto ecológico e natural;

Considerando, finalmente, que uma das acções do PRODESA é a valorização do espaço natural e do património rural;

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo assinados propõem que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional as seguintes medidas:

Inventariar e classificar o património da indústria do chá;

Elaborar um programa de recuperação dos elementos patrimoniais relacionados com a indústria do chá;

Prestar aos produtores de chá de S. Miguel o apoio técnico necessário à criação de uma Denominação de Origem Protegida para o chá produzido na ilha;

Desenvolver com o apoio do IAMA e com os produtores uma campanha de promoção deste produto com imagem de marca.

Horta, 15 de Março de 2001

Os Deputados Regionais, *Vasco Cordeiro, Francisco Sousa, José do Rego, João Ponte, Cabral Vieira, Ana Paula Marques e Hernâni Jorge.*

NOTA JUSTIFICATIVA

Chá (*caméllia sinensis*) foi introduzido nos Açores cerca de 1820, provavelmente trazido do Brasil para S. Miguel pelo comandante da Guarda Real de D. João V. À semelhança de outras exóticas, que foram introduzidas como ornamentais, o chá passou a constituir interesse económico a partir da década de 70 do século XIX. As suas sementes adaptaram-se facilmente ao solo açoriano e ao clima ameno temperado pela brisa marítima.

António Hintze Ribeiro, em 1938, referia-se a esta cultura industrial como grande empregadora de mão-de-obra de todas as idades e dos dois sexos, dando trabalho nos meses de Abril a Outubro. Foi portanto uma indústria com um enorme peso na economia local.

Deve-se à Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense de que fazia parte e era a alma, o grande açoriano José do Canto, a importação das sementes de chá, oriundas da China, do Japão e da Índia. Na ilha de S. Miguel fizeram-se as primeiras plantações experimentais nos lugares de Capelas, Ribeira Grande e Porto Formoso. José do Canto iniciou uma plantação na zona da Caldeira Velha da Ribeira Grande, onde se instalou a primeira indústria.

Em Março de 1878 chegaram a S. Miguel os mestres chineses Lau-a-Pan e Lau-a-Teng iniciando-se desde logo as primeiras experiências. Foi então nomeada uma comissão pela Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, da qual faziam parte Caetano de Andrade Albuquerque, José Maria Raposo de Amaral, Ernesto do Canto, entre outros, que tinha como finalidade acompanhar os trabalhos da preparação do chá. As primeiras chávenas de chá foram servidas no Clube Micaelense em Ponta Delgada e em Lisboa no Clube Lisbonense.

Foi enviado para Paris em 1879 uma amostra do produto para posterior análise. O resultado revelava qualidade excelente. Conforme consta do Arquivo Dos Açores, Volume I, pág. 535 “a maior parte do chá do comércio não contém mais do que 2 a 3% de theína”.

Foi assim que se iniciou a cultura do Chá nos Açores: arrotearam-se terrenos incultos, semearam-se e fizeram-se viveiros, transplantaram em traçados geométricos e, formaram-se os arbustos da família das *theaceas* que depois da floração dão uma singular e peculiar aspecto à paisagem micaelense.

A venda de chá em S. Miguel remonta a 1884. Surgiram novas fábricas mercê das condições propícias ao desenvolvimento desta cultura, ligadas às famílias Faria e Maia, Corte Real Estrela, Melo Arruda, Álvares Cabral, José do Canto e Jacôme Correia.

Hoje sobrevive ainda a Fábrica de Chá Gorreana, fundada em 1883 pela família Gago da Câmara. Foi Jaime Hintze que transformou de indústria caseira em indústria mecanizada. Nos nossos dias, esta indústria além de produzir para exportação e para o consumo interno, é um polo turístico na costa norte da ilha de S. Miguel, aliás único na Europa.

A Fábrica de chá Micaelense actual fábrica de chá Mafoma, localiza-se na Ribeira Seca da Ribeira Grande. Foi fundada por Luiz Corte Real Silveira Estrela e possuía 200 alqueires de terra de chá. É o melhor exemplo de arqueologia industrial, na área da indústria do chá. Hoje encontra-se em mau estado de conservação, incúria e negligência de alguns ou talvez responsabilidade de todos nós, pois o património é herança de todos. São necessárias medidas que valorizem este património cultural, articulando-o com uma política de turismo cultural para não correremos o risco de perdermos a nossa memória colectiva.

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*